



DESENVOLVIMENTO DO QUADRO CONTINENTAL
AFRICANO DE QUALIFICAÇÕES (ACQF)



MÓDULO DE FORMAÇÃO

10

**QUADROS DE QUALIFICAÇÕES –
UMA VISÃO SISTÉMICA**

ACQF
African Continental
Qualifications Framework

African
Union 

THE AFRICA-EU PARTNERSHIP
LE PARTENARIAT AFRIQUE-UE



Esta tradução sera revista e melhorada no 2º semestre 2022

O presente Módulo de Formação sobre uma visão sistémica dos Quadros de Qualificações é elaborado em 2022 no âmbito do projecto de qualificações da UA-UE para a Iniciativa de Empregabilidade/Qualificação De Jovens para Africa, Cooperação Técnica - Desenvolvimento do Quadro de Qualificações do Continente Africano (a posterior: "o projecto").

Os pontos de vista e as opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade do projeto e do autor e dos contribuintes e não devem, de modo nenhum, ser atribuídos à União Africana e às instituições que apoiam o projeto (União Europeia, Ministério Federal do Desenvolvimento Económico e Cooperação, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, Fundação Europeia de Formação).

Reconhecemos todos os colaboradores, instituições e especialistas que partilharam opiniões, comentários e recomendações durante o processo de consulta, e apoiamos o autor na realização desta missão.

Comentários e informações adicionais a enviar para: ecb@etf.europa.eu

O autor deste Módulo de Formação é: Andrea Bateman

Cointribuição: Eduarda Castel-Branco (contribuiu para secções sobre Micro-Credenciais e registos/bases de dados de qualificações)

Revisores: Eduarda Castel-Branco, Eusebius J. Mukhwana

Março 2022



Índice

Lista de Quadros	4
Lista de figuras	5
1 Informações gerais sobre o Módulo de Formação	7
4.2 IMPLEMENTAÇÃO DE UM NQF	14
4.3 MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DE UM NQF	16
5. Disposições de governação de um NQF	19
6. Estruturas-chave de um NQF	21
6.1 OBJETIVOS OU OBJETIVOS	22
6.2 DESCRITORES DE NÍVEL E DE DOMÍNIO	23
6.3 VOLUME DA MEDIDA DE APRENDIZAGEM	25
6.4 TIPOS DE QUALIFICAÇÕES	27
7 Lógica e coerência de um NQF	27
7.1 LÓGICA INTERNA E COERÊNCIA	27
7.2 LÓGICA DOS DESCRITORES DE NÍVEL	29
7.2.1 Base conceptual dos descritores de nível	29
7.2.2 Lógica dos descritores de nível	30
8 Ligações do NQF às modalidades de garantia de qualidade	32
8.1 LIGAÇÕES À FORMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA QUALIFICAÇÃO	32
8.2 LIGAÇÕES À OFERTA DE QUALIDADE POR PARTE DOS OPERADORES DE FORMAÇÃO	33
8.3 REGISTOS/BASES DE DADOS DE QUALIFICAÇÕES	34
8.3.2 Registos de qualificações e bases de dados noutras regiões ou países	40
9 Microcredenciais	42
9.1 MICROCREDENCIAIS NUM SISTEMA DE QUALIFICAÇÕES	42
9.2 MICRO-CREDENCIAIS NO ENSINO SUPERIOR	44
9.3 MICRO-CREDENCIAIS NO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	46
10 Desenvolvimento e formulação de qualificações	47
10.1 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E FORMULAÇÃO	47
10.1.2 Proposta de investigação e conceito	48
10.1.3 Determinação da estrutura de qualificação e das regras de conclusão	48
10.1.4 Componentes da descrição e redação	49
10.2 LOCALIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO NO NQF	50
11 Reconhecimento da aprendizagem prévia	51
11.1 VISÃO GERAL DO RECONHECIMENTO DA APRENDIZAGEM PRÉVIA	51
11.2 ABORDAGEM AO RECONHECIMENTO DA APRENDIZAGEM PRÉVIA	53
11.3 BARREIRAS E FATORES DE SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO DO RECONHECIMENTO DA APRENDIZAGEM PRÉVIA	57
11.4 ESTRATÉGIAS DE APOIO AO RECONHECIMENTO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PRÉVIA	57
11.4.1 Supporting the applicant Apoio ao candidato	57
11.4.2 Priorizar estratégias de apoio	59

12	Sumário	59
13	Glossário	60
14	Orientação para formadores e alunos	64
15	Avaliação	66
	<i>ABORDAGEM À AVALIAÇÃO</i>	<i>66</i>
	<i>AVALIAÇÃO #1: COERÊNCIA E LÓGICA DO NQF</i>	<i>66</i>
	<i>AVALIAÇÃO #2: LIGAÇÕES À GARANTIA DE QUALIDADE</i>	<i>67</i>
	<i>AVALIAÇÃO #3: RPL</i>	<i>69</i>
16	Apêndices	70
	<i>REFERÊNCIAS E LEITURA MAIS APROFUNDADA</i>	<i>71</i>
	<i>ACQF: 71</i>	
	<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>72</i>
	<i>ANEXO 1: FINALIDADE OU OBJETIVOS DOS NQF</i>	<i>75</i>
	<i>ANEXO 2: ESTUDO DE CASO NQF</i>	<i>81</i>
	<i>ANEXO 3: ANEXO 3: RESUMO DOS PRINCÍPIOS E INDICADORES DA QA – UNESCO ÁSIA-PACÍFICO (UNESCO 2017b)</i>	<i>82</i>
	<i>ANEXO 4: QUADRO EQAVET</i>	<i>90</i>
	<i>ANEXO 5: MODELOS DE GOVERNAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS NUM NQF</i>	<i>96</i>
	<i>ANEXO 6: ESTUDO DE CASO - RECONHECIMENTO DE APRENDIZAGEM PRÉVIA</i>	<i>101</i>

Lista de Quadros

Quadro 1: Questões críticas na fase de concepção	12
Quadro 2: Questões críticas na fase	14
Quadro 3: Questionar o NQF: Caso sejam feitas alterações para melhorar o NQF?	17
Quadro 4: Seis entidades do NQF como parte de um exercício de benchmarking	19
Quadro 5: Sumário dos QFs em África	22
Quadro 6: Definições de crédito	25
Quadro 7: Sub-domínios	29
Quadro 8: Visão geral sobre registos /bases de dados de qualificações (associados aos QNQ)	33
Quadro 9: Marrocos - Distribuição das qualificações na TVET por nível de qualificação e sector (2019-2020)	37
Quadro 10: Países EQF: bases de dados / registos nacionais de qualificações	38
Quadro 11: Abordagens seleccionadas para descrever e partilhar microcréditos	42
Quadro 12: Quatro fases de validação - questões principais	49
Quadro 13: Approaches and models of RPL	51

Lista de figuras

Figura 1: NQF NQF como sistema (no sistema nacional de qualificações).....	10
Figura 2: O desenvolvimento do NQF/NQS é um processo de diálogo	12
Figura 3: Símbolos de enquadramento.....	27
Figura 4: Lógica vertical e horizontal do ACQF	29
Figura 5: Cabo Verde - Qualificações TVET no Catálogo de Qualificações do NQF, por níveis	36
Figura 6: Cabo Verde - Qualificações TVET no NQF - Catálogo Nacional de Qualificações, por sector (15 professional families)	37
Figura 7: Quénia - Qualificações no registo do NQF, por níveis	37
Figura 8: Quénia - Qualificações no registo do NQF, por sectores	38
Figura 9: Factores de localização de uma qualificação no NQF.....	48
Figura 10: Fases RPL.....	50

Siglas

ACQF	Quadro Continental Africano de Qualificações
ASG-QA	African Standards and Guidelines for Quality Assurance
AU	União Africana
AUC	African Union Commission
CEDEFOP	European Centre for the Development of Vocational Training
CESA	Continental Education Strategy for Africa
EQAVET	European Quality Assurance for vocational education and training
EQF	European Qualifications Framework
ETF	European Training Foundation
EU	European Union
NZQF	New Zealand Qualifications Authority
NQF	National Qualifications Framework
QA	Quality Assurance
SAQA	South African Qualifications Authority
TVET	Technical vocational education and training
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation
VET	Vocational Education and Training
ZAQA	Zambia Qualifications Authority

1 Informações gerais sobre o Módulo de Formação

O Quadro Africano de Qualificações Continentais (ACQF) é uma iniciativa política da União Africana, apoiada por políticas de cooperação e integração continentais que vão da educação à livre circulação de pessoas e ao comércio livre. O desenvolvimento do ACQF está em curso (2019-2022), e inclui análise e investigação, elaboração da política e orientações da ACQF, divulgação em rede e divulgação das partes interessadas e do programa de desenvolvimento de capacidades. O [ACQF website](#) contém informações sobre todos os componentes, actividades e saídas do projecto de desenvolvimento ACQF.

1.1 Visão geral

1. Objectivo e alcance

O pacote de dez Módulos de Formação ACQF apoia a divulgação e aplicação das dez Diretrizes ACQF, e aborda os mesmos temas relevantes no domínio das qualificações e dos quadros de qualificações. A lista de módulos de formação é a seguinte:

- Módulo de Formação 1: Resultados de Aprendizagem
- Módulo de Treino 2: Descritores de nível
- Módulo de Formação 3: Referência a quadros ou sistemas de qualificações nacionais para a ACQF
- Módulo de Formação 4: Validação da aprendizagem
- Módulo de Formação 5: Garantia de qualidade no contexto da ACQF
- Módulo de Formação 6: Registos/bases de dados de qualificações
- Módulo de Formação 7: Monitorização e avaliação no âmbito de quadros ou sistemas de qualificações
- Módulo de Formação 8: Comunicação e divulgação
- Módulo de Formação 9: Inovação e Tecnologia no contexto de quadros ou sistemas de qualificações
- Módulo de Formação 10: Quadros de qualificação e qualificações – a visão sistémica

Este Módulo de Formação expande-se sobre o conteúdo da Orientação ACQF 10 sobre "Qualificações e NQFs (ou NQSs): Uma visão sistémica".

2. Utilização do Módulo de Formação

Os Módulos de Formação são projectados para:

- Auto-aprendizagem (individual)
- Aprendizagem dirigida por professor/ formador / facilitador – que pode incluir aprendizagem em grupo
- Uma combinação do acima.

Os Módulos de Formação são livremente acessíveis em vários formatos para uma adaptação flexível a diferentes contextos e para as necessidades e possibilidades dos alunos: como ficheiros PDF para descarregar a partir do Website da ACQF e divulgar; como conteúdo digital acessível através do Sistema de Gestão de Aprendizagem Digital ACQF, acessível online ou offline, incluindo através de uma App para Telemóveis.

Os utilizadores interessados (alunos, professores/formadores e organizações) podem utilizar o conjunto completo de Módulos, ou concentrar-se em apenas alguns.

Os Módulos de Formação ACQF podem ser utilizados numa variedade de situações, por exemplo:

- Ministérios e departamentos que lidam com o desenvolvimento e coordenação de quadros de qualificações, especialmente em fases iniciais do processo de desenvolvimento, ou quando a operacionalização começa e mais pessoal, partes interessadas e pessoas de recursos técnicos estão envolvidos
- Conselhos de qualidade, agências de garantia de qualidade - para o seu pessoal, membros e pessoas de recursos técnicos
- Projetos técnicos que concebem ou revejam quadros nacionais de qualificações com grupos de trabalho nacionais e grupos de trabalho
- Os prestadores de educação e formação, por exemplo, como módulos de formação facultativos ou regulares sobre os temas e questões relacionadas com quadros e sistemas de qualificações: institutos de formação de professores, instituições de ensino superior (departamentos de ensino), centros de formação para pessoal de instituições do sector público, centros de formação de associações de empregadores e organismos profissionais, conselhos de competências sectoriais envolvidos no desenvolvimento de qualificações.
- Centros de formação de organizações internacionais e actividades de desenvolvimento de capacidades.

3. Conceito e estrutura

Os Módulos de Formação

- Baseiam-se nos conteúdos elaborados na Orientação Técnica e expandem-no, explorando a literatura, pesquisas recentes e experiências.
- Levantar assuntos e questões em debate que não puderam ser expressas na Orientação Técnica
- Fornecer exemplos e casos que ilustram os principais conceitos, questões e aplicação das abordagens e métodos
- Exemplos e casos são retirados de práticas e desenvolvimentos relevantes em todo o mundo, com foco em quadros e sistemas com experiência substancial e relevante para os diferentes temas.

Os Módulos de Formação incluem

- Questões reflexivas que podem ser abordadas como um indivíduo ou como um grupo (por exemplo, grupo de trabalho, grupo de trabalho)
- Actividades de aprendizagem que possam ser abordadas como um indivíduo ou em grupo (por exemplo.class/grupo de workshop, grupo de trabalho)
- Acesso a estudos de caso ou exemplos, leituras, opiniões divergentes (se relevante)
- Tarefas de avaliação

2 Visão geral do Módulo de Formação 10

2.1 Resumo

O Módulo de Formação 10 aborda em detalhe como um NQF faz parte de um ecossistema, um sistema de qualificações, e está integralmente ligado aos seus acordos de garantia de qualidade. O Módulo de Formação centra-se na concepção, implementação e revisão de um NQF; regimes de governação; estruturas-chave de um NQF; como analisar o NQF para lógica e coerência; identificação das ligações à

garantia da qualidade; e implementação de estratégias associadas, como o reconhecimento da aprendizagem prévia.

2.2 Resultados esperados da aprendizagem

No final deste Módulo de Formação, o aluno poderá:

1. Descrever as três fases-chave de um NQF
2. Comparar diferentes acordos de governação de um NQF
3. Identificar como um NQF e a sua garantia de qualidade estão ligados num sistema de qualificações
4. Identificar e compreender as estruturas-chave de um NQF
5. Analisar um NQF pela sua lógica e coerência
6. Identificar as principais abordagens de garantia da qualidade à formulação e aprovação das qualificações e a disponibilização de qualificações através de prestadores de educação e formação
7. Identificar estratégias de implementação para reduzir os obstáculos ao reconhecimento da aprendizagem prévia.

2.3 Definições-chave

As seguintes definições-chave foram utilizadas na Linha De Orientação 10 e estão incluídas aqui como um foco chave para o Módulo de Treino 10.

O crédito significa a confirmação de que uma parte de uma qualificação, constituída por um conjunto coerente de resultados de aprendizagem, foi avaliada e validada por uma autoridade competente, de acordo com uma norma acordada; o crédito é concedido pelas autoridades competentes quando o indivíduo tiver alcançado os resultados definidos da aprendizagem, evidenciado por avaliações adequadas e que pode ser expresso num valor quantitativo (por exemplo, créditos ou pontos de crédito) que demonstre a carga de trabalho estimada de que um indivíduo normalmente necessita para alcançar resultados de aprendizagem relacionados.

Fonte: Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações. .
[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

Descritor de nível: Uma declaração que descreve o resultado da aprendizagem a um nível específico do Quadro Nacional de Qualificações (NQF) que fornece uma indicação ampla dos tipos de resultados de aprendizagem que são adequados a uma qualificação a esse nível.

Fonte: Ajustado a partir de SAQA NQFPedia 2017

Sistema Nacional de Qualificações: Isto inclui todos os aspetos da atividade de um país que resultam no reconhecimento da aprendizagem. Estes sistemas incluem os meios de desenvolver e operacionalizar a política nacional ou regional em matéria de qualificações, disposições institucionais, processos de QA, processos de avaliação e adjudicação, reconhecimento de competências e outros mecanismos que liguem a educação e a formação ao mercado de trabalho e à sociedade civil. Os sistemas de qualificações podem ser mais ou menos menos e coerentes. Uma característica de um sistema de qualificações pode ser um quadro explícito de qualificações.

Fonte: OCDE 2006

Qualificação: Um resultado formal de um processo de avaliação e validação obtido quando uma autoridade competente determina que um indivíduo obteve resultados de aprendizagem para determinadas normas.

Fonte: Conselho da União Europeia (2017)

Significa uma combinação planeada de resultados de aprendizagem que tem um objectivo ou propósitos definidos, destinada a proporcionar aos aprendentes qualificados uma competência aplicada e uma base para aprendizagem futura e que foi avaliada em termos de resultados de nível de saída, registada no QNQ e certificada e atribuída por um organismo reconhecido.

Fonte: SAQA NQFPedia 2017

Garantia da qualidade: Processos e procedimentos para garantir que as qualificações, a avaliação e a entrega do programa satisfaçam determinadas normas.

Fonte: Tuck 2007

Validação da aprendizagem não formal e informal: o processo de confirmação por uma autoridade competente de que um indivíduo adquiriu resultados de aprendizagem adquiridos em contextos de aprendizagem não formais e informais medidos contra uma norma pertinente e consiste nas seguintes quatro fases distintas:

- identificação através do diálogo de experiências particulares de um indivíduo,
- documentação para tornar visíveis as experiências do indivíduo,
- uma avaliação formal dessas experiências, e
- certificação dos resultados da avaliação que podem conduzir a uma qualificação parcial ou completa.

Também conhecido como reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL), é a confirmação por uma autoridade competente de que os resultados da aprendizagem, que um indivíduo adquiriu em contextos de aprendizagem não formais e informais, foi medido contra uma norma relevante.

Fonte: AQCF Thematic Brief 1 2021a, adaptado da Recomendação EQF 2017

3 NQFs como parte de um sistema de qualificações

A Orientação 10 explica que um sistema de qualificações inclui disposições de garantia de qualidade (especialmente em relação a qualificações, disposições do fornecedor, avaliação e processos de atribuição) e um quadro de qualificações implícito ou explícito. A Figura 1 abaixo resume as ligações no âmbito do sistema de qualificações.



Figura 1: NQF como sistema (no sistema nacional de qualificações)

Fonte: Adaptado do Resumo Temático 1.1 da ACQF em NQFs. 2022. Autor: Castel-Branco E. (em breve)

Ver o quadro nacional de qualificações como um dispositivo de classificação e independente das disposições de garantia de qualidade e da governação destas disposições, significa que o NQF pode apoiar as disposições de garantia de qualidade mas não é necessariamente central para ele.

Esta abordagem ao NQF e às disposições de garantia de qualidade permite flexibilidade no sistema de qualificações quanto à forma como as disposições de garantia de qualidade são aplicadas nos diferentes sectores. Por exemplo, pode haver um NQF (que abrange todos os sectores), mas pode haver diferentes organismos responsáveis pela supervisão das disposições de garantia da qualidade nos diferentes sectores.



Questões reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Dentro do sistema de qualificações do seu país, existe um ou vários NQFs (sectoriais, por exemplo, ensino superior) ou existe um NQF abrangente?
2. Existem vários organismos responsáveis que fornecem a supervisão dos múltiplos sectores ou existe apenas um?

4 Fases de um NQF

O Guia 10 do ACQF observa que a "vida" de um NQF pode ser categorizada em três fases distintas:

1. Fase de concepção e desenvolvimento
2. Fase de implementação
3. Fase de revisão.

Estas três fases são apresentadas a seguir com exemplos.

4.1 Conceber e desenvolver um NQF

Para a fase de concepção e desenvolvimento do NQF, a Orientação 10 propõe 14 passos-chave no processo, que são descritos abaixo:

1. Definir a lógica do NQF: quais as questões, problemas e objectivos e ligações às estratégias e políticas nacionais/regionais relevantes
2. Definir o panorama das partes interessadas e das instituições interessadas
3. Formar um grupo de trabalho representativo das partes interessadas e das instituições líderes relevantes, com tarefas e funções definidas relacionadas com o processo de desenvolvimento do NQF
4. Delinear um roteiro/plano de acção que apoie uma abordagem coordenada para desenvolver ou consolidar o NQF
5. Garantir o apoio especializado e técnico ao processo, bem como outros recursos
6. Definir o âmbito de aplicação do NQF e os principais componentes da política e dos documentos técnicos a elaborar.
7. Analisar a situação de base, elaborar um inventário de base das qualificações em todos os subsectoriais/níveis do sistema existente, identificar questões importantes e lacunas de informação
8. Aprenda com processos semelhantes e em NQFs em países da região/para além
9. Informar e comunicar com instituições e grupos mais vastos de partes interessadas sobre o processo NQF, partilhar os principais conceitos e objectivos
10. Realizar as actividades técnicas, recolher feedback e comentários, monitorizar o processo

11. Realizar consulta pública sobre os projetos de política e documentos técnicos do NQF
12. Planear as etapas relacionadas com a consulta e aprovação das propostas nos canais governamentais/processo legislativo
13. Realizar actividades de desenvolvimento de capacidade para as partes interessadas e os representantes das instituições participarem na governação do NQF.
14. Assegurar os recursos públicos para a criação de uma governação inicial que apoie a implementação do NQF.

Correia (2021) propõe uma visão esquemática da dinâmica, etapas e participação a considerar quando um país decide planear e envolver-se com o desenvolvimento de um NQF.

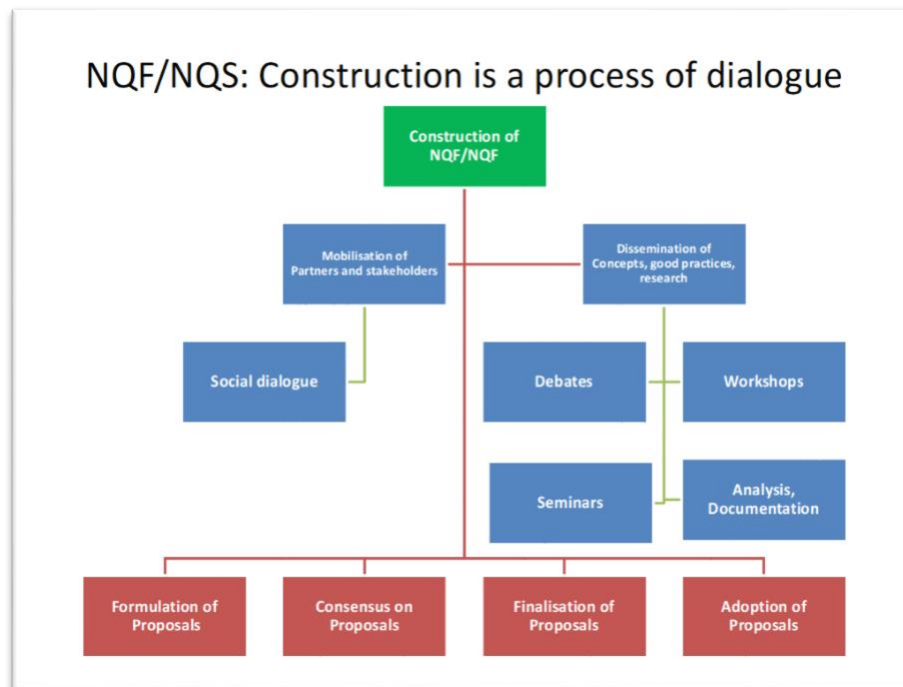


Figura 2: O desenvolvimento do NQF/NQS é um processo de diálogo

Fonte: Correia O. 2021. Apresentação no 10º ACQF Peer Learning Webinar, 22 de Julho de 2021. https://acqf.africa/capacity-development-programme/webinars/acqf-10th-peer-learning-webinar/session-2_en_acqf_plw-10_22jul2021_olavo-correia.pdf/@@display-file/file/session-2_en_acqf_plw-10_22jul2021_olavo-correia.pdf.pdf

Esta fase inclui:

1. A conceptualização e concepção do NQF durante os quais os países analisam e definem a lógica e os principais objectivos do futuro NQF. Isto resultará frequentemente num esboço do NQF que fornece as bases para uma maior divulgação e discussão dentro de um grupo mais pequeno de principais partes interessadas. As principais características arquitetónicas, tais como propósito, âmbito e estruturas, são elaboradas.
2. Fase de consulta e testes, durante a qual a futura proposta do NQF é apresentada e discutida no âmbito de um grupo mais alargado de partes interessadas, normalmente no âmbito de um processo de consulta pública. Os países podem optar por testar os níveis e tipos de qualificação propostos para o NQF através de projectos ou consultas direccionadas.
3. Fase oficial de estabelecimento/adpoção em que o NQF é formalmente documentado e acordado através de um decreto/lei ou de um acordo formal entre as partes interessadas.

Nesta fase, há algumas questões críticas a colocar no que diz respeito à documentação do NQF, às ligações com outras estratégias, às potenciais ligações com a garantia da qualidade e à adopção de um quadro jurídico e de acordos de governação. Ao fazê-lo, o processo de desenvolvimento tem de ser planeado e negociado e envolver uma série de partes interessadas. O quadro abaixo descreve algumas áreas críticas e questões a colocar na fase de concepção.

Quadro 1: Questões críticas na fase de concepção

Foco	Perguntas
Plano de desenvolvimento	<p>Que abordagem global deve ser adoptada para o desenvolvimento do NQF? Quem será o corpo central (ou grupo) para gerir o desenvolvimento do NQF?</p> <p>Que partes interessadas devem participar nas consultas do NQF?</p> <p>Como é que estas partes interessadas serão informadas e consultadas?</p> <p>Como será negociado o desenho do NQF?</p> <p>Como é que o NQF vai ser testado ou testado?</p>
Design NQF: Finalidade e âmbito	<p>Quais são os objectivos a atingir?</p> <p>Qual será o âmbito do QF? Como se ligará a outros QFs dentro do país (se aplicável)?</p>
NQF design: Estruturas	<p>Níveis e descritores de nível:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como é que o número de níveis e os domínios serão determinados? Quais são os factores-chave que devem ser considerados? <p>Volume da medida de aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual será o volume de medida de aprendizagem? <p>Descritores de tipo de certificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como serão documentados os descritores de qualificação? <p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O desenho do NQF promove a utilização de resultados de aprendizagem? • A concepção estrutural reflecte o "senso comum" no que respeita aos tipos de qualificação chave? Reflecte necessidades futuras, necessidades do mercado de trabalho e parâmetros de referência internacionais? • A concepção do NQF promove a aprendizagem ao longo da vida e os percursos de aprendizagem? • A concepção do NQF promove o acesso e os princípios de equidade para todos os cidadãos?
Base jurídica	<p>Como é que o NQF será formalizado, por exemplo, decreto, regulamentos, acordados na política?</p>
Governação e financiamento	<p>Como é que o NQF será gerido e governado? Como é que o NQF será 'propriedade' das partes interessadas? Como vai ser financiado? Como vai ser pessoal?</p>
Links: RPL	<p>Como é que o NQF fornecerá a base política e apoiará o acesso à validação de aprendizagem não formal e informal?</p> <p>Que ligações políticas podem ter de ser feitas com as estratégias de garantia da qualidade, por exemplo, incorporadas em normas de qualidade para as especificações de qualificação e para a prestação de prestadores?</p>

Foco	Perguntas
Links: Sistema de transferência de crédito	Como é que o NQF fornecerá a base política e apoiará o acesso à validação da aprendizagem formal? A transferência de créditos será baseada em aconselhamento político ou será ligada a um sistema de acumulação e transferência de créditos estabelecido?
Links: Registos	Que registos devem ser estabelecidos para as qualificações localizadas e aceites no NQF proposto? Quem será o responsável por estes registos, por exemplo, organismo centralizado do NQF ou organismo sectorial de garantia da qualidade?
Links: Garantia de qualidade	Como é que o NQF estará coerentemente ligado a outras estratégias de garantia da qualidade para: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e concepção e aprovação de especificações de qualificação • Aprovação de fornecedores e aprovação de programas que conduzam a uma qualificação NQF? Como será determinada a coerência política das estratégias de garantia da qualidade para apoiar os objectivos do NQF e as estratégias associadas (por exemplo, RPL, transferência de crédito)?
Links: Outras leis e regulamentos	Que outras leis e regulamentos serão afectados pelo NQF proposto? Quem será o responsável por assegurar a coerência entre leis e regulamentos?



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

A Quadro 1 aborda algumas questões críticas a serem abordadas na fase de concepção de um NQF.

1. Considerar quais as estratégias de envolvimento das partes interessadas que poderiam ser utilizadas no processo de desenvolvimento?
2. Selecione pelo menos duas áreas de foco e considere como as partes interessadas-chave podem ajudar os designers de NQFs na resposta às perguntas.

4.2 Implementação de um NQF

A fase de implementação passa do desenho inicial das políticas e do quadro jurídico do NQF para a operacionalização do quadro. Esta fase está focada em:

- Consolidação da governação e leis associadas
- Estabelecer e aplicar praticamente as ligações às estruturas associadas e aos acordos de garantia da qualidade, passando à plena implementação prática
- Consolidação da capacidade administrativa e técnica e da especialização.

Ao longo de um período de tempo esta fase inclui práticas aplicadas em larga escala do NQF e requer a implementação e o cumprimento das disposições de garantia de qualidade. A implementação completa requer tempo e nem todas as estratégias e capacidades estarão disponíveis ao mesmo tempo.

Nesta fase, as ligações propostas entre o NQF e as suas estratégias associadas e as modalidades de garantia da qualidade devem ser determinadas, documentadas, acordadas e formalizadas. As disposições relativas à garantia da qualidade podem ser controladas centralmente juntamente com o NQF, mas podem ser distribuídas por organismos sectoriais de garantia da qualidade. Garantir as ligações e a coerência da concepção do sistema de qualificações é fundamental para o sucesso da implementação do NQF, juntamente com o reforço da compreensão e credibilidade do NQF com as partes interessadas.

As questões críticas relacionadas com a concepção do sistema de certificações e o papel do NQF no sistema devem ser consideradas, e a implementação levada a cabo pelos organismos responsáveis.

Quadro 2: Questões críticas na fase de implementação

Foco	Perguntas
Concepção para implementação plena	<p>Que documentos, por exemplo, um plano estratégico nacional, irão articular os objectivos e aspirações do país e ligar o NQF e o sistema de qualificações?</p> <p>Quem irá desenvolver um plano de implementação? Quem precisa de concordar com o plano de implementação? Quem financiará a implementação e os recursos (incluindo os recursos humanos)? Qual é a cronologia colocada na implementação integral?</p> <p>Como é que a implementação será monitorizada? Consulte a secção 4.3 para mais informações.</p>
QA das qualificações	Como será feita a ligação do NQF às normas ou critérios de desenvolvimento das qualificações e à aprovação para o NQF? Quais serão os processos de desenvolvimento e aprovação e de localização de uma qualificação no NQF?
QA de prestação de fornecedores	Como será documentado o fornecimento de programas conducentes a uma qualificação NQF pelo fornecedor? Quem é responsável pelo controlo do fornecimento do fornecedor? Como será efectuado o controlo dos prestadores? Que recompensas ou sanções relacionadas com o desempenho do prestador serão aplicadas?
Avaliação e validação dos resultados	Quem é o responsável pela avaliação dos resultados da aprendizagem dos indivíduos? Como é que as decisões de avaliação serão moderadas ou validadas?
Certificação	Quem é responsável pela emissão da documentação do NQF? Quem será responsável pela qualidade dos processos de emissão?
Registos	Como é que os registos serão tornados públicos? Que informações serão tornadas públicas? Como serão os registos actualizados?
Recolha de dados	Quem será responsável pela recolha de dados relevantes do sistema de qualificações? Que dados serão recolhidos? Como é que se organiza a consistência dos dados? Como serão utilizados os dados para monitorizar a implementação do NQF?
Sistema de transferência de crédito	Como será negociado o sistema de acumulação e transferência de créditos? Fará parte do NQF ou será um sistema negociado separado? Como é que será operacionalizado?

Visibilidade da NQF e envolvimento das partes interessadas	Os utilizadores finais precisam de estar atentos ao NQF e ao serviço que presta. Como é que o NQF e as estruturas associadas e os acordos de garantia da qualidade serão comunicados às partes interessadas? Como será facilitado o diálogo entre as partes interessadas?
Capacidade técnica	Como é que a experiência do pessoal do corpo da QA será desenvolvida? Como é que será desenvolvido o conhecimento do fornecedor e do desenvolvedor de qualificações?



Actividade

A actividade pode ser realizada como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

Error! Reference source not found. descreve algumas questões a ter em conta na fase de implementação de um NQF.

1. A área de foco final é a da capacidade técnica do pessoal do organismo de garantia da qualidade e também dos prestadores e desenvolvedores de qualificações. No quadro a seguir, sugerem-se que áreas específicas em que cada uma destas três exigiria um desenvolvimento de capacidade.

Pessoal do corpo da QA	Fornecedores	Desenvolvedores de qualificação

4.3 Monitorização da implementação e revisão de um NQF

A Orientação 10 explica que os NQFs não são construções estáticas, e que irão (e deverão) evoluir ao longo do tempo para satisfazer as necessidades em mudança do país. Ao fazê-lo, a implementação do NQF precisa de ser monitorizada e revista periodicamente. Embora a monitorização ocorra na fase de implementação está incluída neste capítulo por ser independente da implementação e orientada para a reflexão e avaliação.

4.3.1 Monitorização da implementação do NQF

Embora uma revisão seja efectuada frequentemente após um período de anos após a sua implementação, muitos países realizam um acompanhamento e avaliação contínuas da implementação do NQF. As informações obtidas através da monitorização podem ser utilizadas em revisões periódicas ou podem ser utilizadas para "ajustar" o NQF ou as suas iniciativas associadas às horas extraordinárias.

Os organismos de garantia da qualidade ou ministérios relevantes podem exigir que os fornecedores recolham dados, de acordo com uma norma nacional de dados. As normas de dados descrevem as definições, campos e respostas potenciais que devem ser recolhidas pelo prestador e transmitidas a um

depositário central, ou mesmo recolhidas a nível nacional. Estes padrões de dados estão geralmente ligados ao sistema de gestão de dados dos estudantes.

Na África do Sul, o NQF e a National Learners's Records Database (NLRD) fornecem as seguintes informações de alguns campos-chave que forneceriam dados suficientes para monitorizar a implementação do NQF, incluindo:

- Qualificações e qualificações parciais (incluindo normas de unidade) registadas no QNQ, as suas declarações de objectivos, resultados de nível de saída e critérios de avaliação, e o subquadro do QNQ atribuído a cada qualificação e qualificação parcial
- Fornecedores acreditados
- Avaliadores registados
- Os registos dos alunos que obtêm qualificações ou qualificações parciais registadas no NQF e as suas realizações.
- Os registos dos alunos que obtenham qualificações ou qualificações de parte registadas no NQF e as suas realizações.

Para os registos dos alunos:

Cada prestador de educação e formação envia os seus dados de realização do aluno ao organismo de garantia de qualidade que acredita o fornecedor para oferecer essa qualificação específica. Estes conjuntos de dados são enviados no formato especificado por cada organismo assegurado de qualidade, e os fornecedores são encorajados a obter estas especificações a partir dos seus organismos assegurantes de qualidade..

Os organismos assegurantes de qualidade submetem os seus conjuntos de dados ao NLRD (no formato especificado pela SAQA) para carregamento de lotes no NLRD.

Fonte: <https://www.saqa.org.za/nqf-and-national-learners-records-database-nlrd>

Existem outros exemplos regionais que os organismos responsáveis poderiam utilizar para monitorizar a implementação do NQF. Incluindo a proposta pela UNESCO para o sector Ásia-Pacífico TVET e o quadro EQAVET¹ no sector dos TVET da UE. Estes dois quadros poderiam igualmente ser aplicados ao sector do ensino superior. Ambos os quadros estão incluídos no anexo 3 e no anexo 4.



Actividade

Esta actividade pode ser realizada como um indivíduo ou como um grupo.

Rever tanto as Diretrizes do TVET da UNESCO para a Ásia-Pacífico (anexo 3) como o Quadro EQAVET (anexo 4).

1. Para cada quadro, os princípios e indicadores (UNESCO) e os indicadores (EQAVET Parte B), analisem e identifiquem quais os indicadores que seriam úteis na revisão da implementação de um NQF.
2. Se forem excluídos alguns indicadores, explique o motivo da exclusão.

¹ [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020H1202\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020H1202(01)&from=EN)

4.3.2 Rever um NQF

Uma revisão importante de um NQF pode ocorrer em qualquer altura, no entanto, revisões geralmente após um período de tempo a partir da implementação do NQF e das suas funções de garantia de qualidade associadas. É importante separar a implementação do NQF da implementação das funções de garantia da qualidade.

A Autoridade de Qualificações da Zâmbia está actualmente a proceder a uma revisão do seu NQF². A principal motivação para a revisão inclui:

- a) Assegurar que o Quadro se mantém actual e continua a responder às mudanças nas exigências de educação e formação no país, em conformidade com a Lei n.º 13 da ZAQA de 2011;*
- b) Assegurar a continuação da comparabilidade regional e internacional das qualificações e normas zambianas;*
- c) Satisfazer os requisitos para o reconhecimento das qualificações actualmente não contempladas no Quadro, por exemplo, Nível Avançado (Nível A), Prémios de Competências, Certificados Comerciais II e III, etc.; e*
- d) Prever a implementação dos Sistemas de Acumulação e Transferência de Crédito (CATS).*

A Orientação 10 declarou que os quadros de qualificações são utilizados para promover a confiança e a transparência das qualificações individuais e dos sistemas de qualificações a que pertencem. Ao fazê-lo, eles:

1. Agir como um dispositivo de classificação para organizar qualificações de acordo com o tipo e/ou nível
2. Definir (ou associar) as medidas de qualidade para as qualificações a introduzir ou aceitar no quadro de qualificações
3. Agir como ponte oficial para os utilizadores internacionais de qualificações nacionais e titulares de qualificações internacionais³.

Os organismos responsáveis ao considerarem a oportunidade de uma revisão poderiam considerar a utilização destas três funções-chave e fazer algumas perguntas críticas, incluídas no quadro abaixo.

Quadro 3: Questionamento do NQF: Devem ser feitas alterações para melhorar o NQF?

Dispositivo de classificação	Define (ou liga) medidas de qualidade	Ponte entre qualificações nacionais e internacionais
O NQF está a ajudar a criar aspirações a aprender? Os cidadãos usam o NQF para ver oportunidades de progressão? O NQF ajuda a ultrapassar barreiras às qualificações, incluindo a validação de	O NQF está a elevar o padrão de qualificações em termos de utilização de resultados de aprendizagem, conteúdos, avaliação e processos de certificação?	As pessoas no estrangeiro usam o NQF para apreciar elementos de qualificações domésticas específicas? É fácil fazer comparações entre as qualificações nacionais e as qualificações internacionais?

² <https://www.zaqa.gov.zm/about#zqf>

³ Qualidade e Qualificações Ireland 2017.

Dispositivo de classificação	Define (ou liga) medidas de qualidade	Ponte entre qualificações nacionais e internacionais
<p>aprendizagem não formal e informal?</p> <p>As qualificações valiosas estão fora do NQF que devem ser trazidas?</p>	<p>O NQF está a aplicar os tipos certos de pressões aos proprietários de qualificações para descrever e operar adequadamente a sua qualificação?</p> <p>O NQF está a ajudar a aumentar o potencial das qualificações para proporcionar retornos sociais e económicos aos titulares?</p>	<p>As ligações com as qualificações internacionais são claras?</p> <p>As funções de garantia da qualidade do NQF inspiram confiança entre a aplicação internacional aos programas de educação e formação doméstica?</p>

Fonte: Adaptado de QQI 2017.

Ao empreender uma revisão importante, para além da monitorização contínua, sugere-se que o organismo responsável pela revisão:

1. Desenvolver um caderno de encargos para a revisão
2. Identificar um comité de coordenação (ou similar) para gerir a revisão, e incluir as principais partes interessadas
3. Identificar o âmbito e a extensão da revisão
4. Desenvolver uma estratégia e prazos para a revisão e o envolvimento total das partes interessadas.

O organismo responsável basearia parte da sua investigação nos dados obtidos (tal como referido na secção acima relacionada com o acompanhamento da implementação de um NQF), mas também em consultas às partes interessadas.

À medida que os NQFs mudam as horas extraordinárias, os organismos responsáveis poderiam pensar em mudanças incrementais para o NQF para alcançar um objectivo final, em vez de grandes mudanças num curto período de tempo.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser empreendidas como uma discussão individual ou em grupo

1. Qual seria um prazo razoável desde o início até à revisão de um NQF?
2. O que pode desencadear uma revisão de um NQF um país que conhece?
3. No seu país, que partes interessadas podem ser identificadas para se envolverem com a revisão?

5. Disposições de governação de um NQF

A orientação 10 observa que a interacção do NQF com o país de acordos específicos de garantia da qualidade proporciona a cada país um sistema de qualificações único. Ao fazê-lo, existem variações em termos de governação dos acordos de garantia da qualidade e também da governação do NQF. Em alguns países, a gestão do NQF não depende de uma agência que é também a autoridade de garantia da qualidade ou qualificações.

Não há uma forma correta de estabelecer os acordos de governação de um NQF, mas há que ter em conta a forma como a gestão do NQF reúne todas as partes interessadas que possam ter uma participação no

NQF ou no sistema de qualificações mais amplo, por exemplo, empregadores, estudantes, organismos de reconhecimento [para o reconhecimento das qualificações internacionais], associações profissionais, e fornecedores de educação e formação.

O website da ACQF inclui um exercício de benchmarking de 6 países⁴, e as suas funções-chave. Estes seis estudos de caso indicam que o NQF se enquadra no mandato de uma entidade central.

Quadro 4: Seis entidades NQF no âmbito de um exercício de benchmarking

País	Entidade NQF	Âmbito de funções da entidade NQF
França	<u>Departamento de Qualificações Profissionais</u> ; um dos 5 departamentos operacionais da 'France Compétences'. História: desde 1972; Decreto 2019 (novo NQF)	<ul style="list-style-type: none"> - <u>O Departamento de Qualificações Profissionais gere</u>: - Registos nacionais de qualificações: RNCP e RSCH - Lista actualizada de profissões emergentes ou altamente em evolução <u>Comissão de Qualificações</u>: tomada de decisão sobre o registo de novas qualificações (mediante solicitação). Tomada de decisão autónoma.
Bahrein	Direcção Geral do NQF e dos Exames (GDQ), no âmbito da Autoridade de Educação e Formação (BQA) Instituição independente	2 funções (Direcções): <ul style="list-style-type: none"> - Direcção de Exames - Direcção de Operações da NQF
Namíbia	Autoridade de Qualificações da Namíbia (NQA) NQA Act: 1996; Regulamento NQF: 2006 Financiamento combinado: orçamento do Estado, receitas de serviços, projectos	<ul style="list-style-type: none"> - Evaluation and validation of qualifications <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de normas, qualificações, registo de qualificações. - Acreditação de prestadores e programas de formação - Avaliação e validação de qualificações
Irlanda	1. Autoridade Nacional das Qualificações (2001-2012) 2. QQI (Qualidade e Qualificações Irlanda) – desde 2012 Lei de 2012 (Qualificações e QA) Financiamento combinado: 11 milhões de euros por ano (Orçamento do Estado, receitas de serviços – 50/50)	"Canivete suíço" – muitas funções: <ul style="list-style-type: none"> - Garantia da Qualidade (pós-secundário não-tetiário) - NQF – registo, integridade, referência; análise de impacto e revisão do NQF - Reconhecimento de diplomas, certificações - Promoção das qualificações Irlanda
Quénia	Autoridade Nacional de Qualificações do Quénia (KNQA) KNQA Act 2014 + NQF Regulation 2018 Financiamento combinado: orçamento do Estado, receitas de serviços, projectos	Cinco serviços principais: <ul style="list-style-type: none"> - Verificação, reconhecimento das qualificações - Registo de qualificações - Reconhecimento da aprendizagem prévia - Certificado de equivalência de qualificações estrangeiras - Acumulação e transferência de crédito
Portugal	ANQ (Agência Nacional de Qualificações): 1º formato ANQEP (Agência Nacional de Qualificações e Educação Profissional) – desde 2012	<ul style="list-style-type: none"> - Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) - online: actualização, integridade, desenvolvimento - RVCC (RPL): desenvolver e gerir, coordenar centros de qualificação - Acompanhamento, avaliação, regulação da oferta de cursos de EFP para jovens e adultos

⁴ <https://acqf.africa/capacity-development-programme/nqfs-learning-materials/6-nqfs-governance-models>

País	Entidade NQF	Âmbito de funções da entidade NQF
		- Concepção de cursos, normas, metodologias

Fonte: Adaptado de Castel-Branco 2021, <https://acgf.africa/resources/library/publications-from-international-sources/etf-nqf-rqf-interplay-and-governance-models-2021>

Um NQF deve ser considerado como pertencente ao sistema de qualificações e aos cidadãos que acedam ou utilizam o sistema (ou desejam aceder ou utilizar o sistema). O guardião/s do NQF é apenas isso, os guardiões, e estabelecer os acordos de governação para refletir esta posição é, na maioria dos casos, primordial para o sucesso do NQF e para satisfazer as necessidades do país.

A forma como os acordos de governação do NQF incluem, ou são liderados pelos interessados, varia de país para país. Como mencionado, na maioria dos casos, o órgão directivo do NQF é também uma agência de qualificação/garantia da qualidade, contudo, nem sempre é esse o caso. O Anexo 5 fornece detalhes adicionais relativamente ao envolvimento das partes interessadas nos acordos de governação de três NQF seleccionados em África (isto é, Quénia, Namíbia e África do Sul), mais três exemplos internacionais. Os modelos internacionais de governação do QNQ fornecidos incluem:

- Hong Kong - que utiliza um ministério do governo
- Escócia – que tem uma organização de caridade para gerir o NQF
- Nova Zelândia - que tem uma autoridade com uma comissão que fornece supervisão, semelhante aos modelos aqui apresentados para Quénia, Namíbia e África do Sul.

O anexo descreve as funções mais pormenorizadas dos órgãos sociais e também o nível de participação das partes interessadas nestes convénios, incluindo a adesão a quaisquer conselhos ou conselhos.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo. Reveja os vários modelos de envolvimento das partes interessadas na governação do NQF. A Escócia tem provavelmente a abordagem mais diferente da dos outros modelos, uma vez que foi legalmente estabelecida e não é uma autoridade de garantia de qualidade ou qualificações.

1. Considere os prós e os contras da abordagem da Escócia para envolver as partes interessadas na gestão do seu NQF
2. No âmbito de outros modelos enumerados no anexo 5, por exemplo, como é que a adesão incentivou o envolvimento das partes interessadas?

6. Estruturas-chave de um NQF

A orientação 10 fornece informações detalhadas em relação às estruturas-chave do NQF. A compreensão da interação entre as diferentes estruturas é importante para o desenvolvimento e revisão dos NQFs.

6.1 Objectivos ou objetivos

A orientação 10 indica que, em África, vários quadros de qualificações têm diferentes propósitos ou objectivos e âmbito. No entanto, existem temas comuns relacionados com a finalidade ou objectivos, incluídos na promoção:

- Acesso, caminhos e progressão
- Transparência
- Harmonização
- Reconhecimento tanto a nível local como internacional
- Qualidade e necessidades de reunião do país.

No que diz respeito ao âmbito dos quadros de qualificações, a base de dados do Estudo e Inventário de Mapeamento da ACQF indica que dos 41 países, 23 países aprovaram NQFs, alguns dos quais são sectoriais, mas a maioria tem um âmbito abrangente.

O Anexo 1 apresenta um resumo dos países africanos seleccionados (Botsuana, Cabo Verde, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seicheles, África do Sul, Zimbabué). O resumo revela que o propósito ou os objectivos são variados, com alguns NQFs com uma lista altamente detalhada e outros menos assim. Alguns objectivos alteraram as horas extraordinárias, por exemplo, no Ruanda, e os objectivos podem ter sido actualizados devido à evolução do contexto no país e ao nível de maturidade do sistema de qualificações.

Manter a finalidade ou objectivos claros e concisos ajuda ao desenvolvimento dos aspectos técnicos do NQF.



Questões Reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

Rever o anexo 1 e analisar as seguintes questões.

1. Moçambique tem um quadro de ensino superior e um quadro TVET e está a mudar-se para um NQF abrangente em Março de 2022. Os objectivos do quadro do Ensino Superior e do quadro TVET são diferentes. Refletir sobre estes objectivos e considerar como o foco de cada sector influenciou os propósitos ou objectivos.
2. Para Moçambique, considere então os objectivos revistos para o novo NQF no Anexo 1. Compare estes objectivos com a versão recentemente revista no anexo 1. Que mudança ou alargamento do foco pode ser discernida?
3. O Quadro de Qualificações para a Educação do Ruanda 2016 (a anterior iteração do NQF) tinha os seguintes objectivos. Compare estes objectivos com a versão recentemente revista no anexo 1. Que mudança ou alargamento do foco pode ser discernida?

Moçambique:

QF do ensino superior

- *Estabelecer parâmetros e critérios comuns para a concepção das qualificações e facilitar a sua comparabilidade*
- *Estabelecer coerência e transparência, ajudando na compreensão e articulação de diferentes qualificações num sistema uniforme e harmonizado*
- *Facilitar a harmonização com os sistemas de ensino superior da região com vista a melhorar a mobilidade, empregabilidade e competitividade*



Questões Reflexivas

TVET QF

- Capacidade de resposta às exigências do mercado de trabalho e às necessidades de desenvolvimento do país
- Assegurar mecanismos de diálogo permanente, participação activa e articulação entre as partes interessadas
- Estabelecer um quadro de equivalência entre a formação profissional adquirida nas instituições e fora
- Fornecer recursos humanos qualificados e expandir a oferta de mão-de-obra para o desenvolvimento
- Operacionalizar o princípio da aprendizagem ao longo da vida, facilitando o reconhecimento de cursos e competências de curta duração adquiridos fora das instituições de formação
- Incentivar percursos de aprendizagem flexíveis e formação contínua da força de trabalho
- Proporcionar um quadro para a equivalência entre qualificações profissionais e gerais
- Estabelecer o quadro de avaliação e certificação, em termos de resultados profissionais
- Fornecer uma base para a acumulação e transferência de créditos dentro e entre qualificações
- Alinhar o sistema nacional de educação profissional com os requisitos internacionais e regionais, especialmente a SADC

Fonte: Estudo de Mapeamento ACQF: Relatório do país documento de trabalho Moçambique

O REQF foi concebido para:

- Promover uma abordagem mais integrada do sistema de educação e formação ruandês que abranja a educação de adultos, o ensino básico, o TVET e o ensino superior
- Melhorar e coordenar a qualidade da educação e da formação, estabelecendo padrões entre os níveis de qualificações
- Gerar qualificações e prémios comparáveis aos de outros NQF, tanto a nível regional como internacional
- Promover práticas e qualificações baseadas em competências em todos os subsectores de educação do país
- Proporcionar múltiplas vias que incentivem os alunos a melhorar as suas competências, conhecimentos e competências para responder às necessidades em mudança da educação e do mercado de trabalho
- Promover o reconhecimento da aprendizagem prévia de forma a trazer a bordo aprendizagem experiencial adquirida e experiência de trabalho.

Fonte: Quadro de Qualificações para a Educação do Ruanda 2016

6.2 Descritores de nível e de domínio

A orientação 10 indica que em todo o continente africano existe uma predominância de 10 NQFs de nível, 13 destes numa região que tem um quadro regional de qualificações de 10 níveis.

Quadro 5: Resumo dos QFs em África

QFs	Número	Comentários
NQF 10 níveis	16	13 na SADC, 1 Quénia, 1 Ruanda, 1 Gâmbia,
Níveis de NQF 8	6	no Oeste, Leste, Norte de África

QFs	Número	Comentários
Níveis de NQF 7	1	Tunísia
Sector QF 6 níveis	1	Nigéria (NSQF - TVET)
Níveis do Sector QF 5	1	Senegal (TVET)

Fonte: ACQF 2021a, ACQF 2021b

A orientação 10 explica que a determinação dos níveis no sistema de qualificação de um país dependerá muito provavelmente de quantos tipos de qualificações (e seus níveis implícitos de complexidade) que precisam de ser abordados. Além disso, o desejo de se associar a outros NQFs ou a quadros de qualificações regionais será também uma grande influência.

Um quadro de qualificações não precisa de refletir todo o sistema de educação e formação, mas apenas os sectores em que são emitidas qualificações (ou certificação). Isto significa que o mapa ou quadro do NQF não precisa de incluir todos os sectores, deve incluir apenas os sectores que emitem qualificações formais e, por conseguinte, são relevantes para um quadro de qualificações. Além disso, os NQFs não precisam de se alinhar com a classificação ISCED⁵. O ISCED não é diretamente relevante para um NQF, uma vez que os níveis de ISCED dizem respeito a fases de aprendizagem num sistema de educação e formação e serve um propósito diferente, ou seja, a recolha de estatísticas educativas.

Em todos os NQFs notados na Quadro 5, os domínios comuns são quase universalmente conhecimentos e competências, com variações em um terço ou mais domínios, por exemplo, autonomia, responsabilidade, atitudes, competência, trabalho com outros, e comportamentos. Outros domínios que poderiam ser considerados num futuro que olha para o NQF é o da inclusão de competências verdes, digitais, de inovação, de resiliência e sociais.

A orientação 10 explica que os países abordam os descritores de nível de duas maneiras distintas:

- Como domínios separados
- Domínios fundidos num único descritor global.

Além disso, a Orientação 10 também explica que os descritores de nível são escritos:

- Como declarações de complexidade de aprendizagem a que é atribuído um tipo de qualificação, utilizando um mapa ou Quadro e/ou um descritor baseado em texto.
- Uma declaração de complexidade de aprendizagem para um tipo específico de qualificação.

⁵ <http://uis.unesco.org/en/topic/international-standard-classification-education-isced>



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Considere quais são os prós e contras do desenvolvimento de descritores de nível em domínios separados.
2. Considere quais são os prós e contras do desenvolvimento de descritores de nível aos quais é atribuído um tipo de qualificação, utilizando um mapa ou Quadro e/ou, um descritor baseado em texto.
3. Considere um NQF que esteja familiarizado. Como se pode construir nos domínios adicionais da NQF (ou sub-domínios), tais como verde, digital, inovação, resiliência e competências sociais?

6.3 Volume da medida de aprendizagem

A Orientação 10 utiliza um termo genérico, "volume de medida de aprendizagem" para descrever como os QNQs descrevem o "grande" tipo de qualificação em termos de duração (geralmente definida como anos) ou esforço do aprendente (geralmente definido como horas ou pontos de crédito). Se os QNQ incluírem um valor de crédito, podem ser utilizados para ajudar na consistência do tamanho de um tipo de qualificação, ou ser utilizados dentro de um sistema de transferência de crédito e acumulação, quer a nível nacional quer internacional.

Ao desenvolver um NQF, a pergunta é frequentemente "quantas horas equivale a um ponto de crédito", e muitas vezes é feito um grande esforço para discutir e explorar este cálculo. No entanto, a definição de um ponto de crédito é uma discussão mais complexa e mais interessante, e que tem um impacto directo na compreensão de uma qualificação dentro de um país. O quadro abaixo resume uma série de definições de países africanos.

Quadro 6: Definições de crédito

País	Definição
Lesoto	Actividade de aprendizagem que se espera que um aluno médio esteja envolvido. Isto inclui o tempo de aula/workshop/palestra, estudo e avaliação, e baseia-se no que pode ser alcançado nesse tempo por um aluno médio . Por conseguinte, desta vez é nocional , a ser considerado na concepção de qualificações e programas. Fonte: Quadro de Qualificações do Lesoto 2019
Namíbia	Tempo de aprendizagem nocional incluindo a aprendizagem dirigida e auto-dirigida e a avaliação Fonte: Regulamentos que estabelecem o Quadro Nacional de Qualificações para a Namíbia 2006
Ruanda	As horas de aprendizagem nocional incluem tempo de contacto directo com professores ou formadores ('aprendizagem direccionada'), tempo gasto em estudos, tarefas e realização de tarefas práticas ('auto-dirigido') bem como tempo gasto em avaliação. O número de créditos é elaborado com base no tempo que se espera que um aluno " médio " a um nível de estudo especificado possa demorar a alcançar os resultados esperados da aprendizagem. Fonte: Quadro de Qualificações do Ruanda 2021

País	Definição
Seychelles	As horas nocional referem-se ao contacto directo com professores e formadores e ao tempo de não contacto, que é o tempo gasto em estudos independentes, trabalhando em atribuições e em outras formas de avaliação. Fonte: Regulamentos que estabelecem o Quadro Nacional de Qualificações para a República das Seychelles 2008
África do Sul	"Horas nocionais de aprendizagem" significa a estimativa acordada do tempo de aprendizagem que seria necessário a um aprendente médio para atingir os resultados definidos, inclui a consideração do tempo de contacto, investigação, conclusão de tarefas, tempo gasto em aprendizagem estruturada no local de trabalho, aprendizagem individual, trabalho de grupo, projectos e outros. Dez (10) horas nocionais equivalem a um (1) crédito. Fonte: Política de acumulação e transferência de crédito no Quadro Nacional de Qualificações 2021

Uma revisão das definições indica que o volume de aprendizagem através destes exemplos se baseia em:

- Horas nocional ou horas estimadas e não são um valor 'fixo'
- Um aluno médio. Dentro desta noção de um aluno médio é também uma consideração de que o aluno tem conhecimentos e competências limitados no campo de estudo/prática. Alguns quadros indicam que o aluno médio não tem conhecimentos e competências subjacentes no campo do estudo.

Igualmente importante nestas definições é a determinação do que constitui a aprendizagem nocional, e o que é dirigido e não dirigido.

Embora muitas definições de tempo de aprendizagem nocional incluam tempo auto-dirigido, é importante que isso também seja identificado e claro sobre o porquê de ser incluído. A inclusão de tempo não estruturado ou não direcionado num volume de medidas de aprendizagem é um reflexo da entrada de um aluno individual e não do tempo estimado calculado para uma concepção, aprendizagem e avaliação do programa para satisfazer os requisitos do tipo de qualificação ou qualificação.

Sugere-se que uma definição seja melhor excluir a noção de atribuição de pontos de crédito suplementares para uma potencial realização excepcional individual, nem para a aprendizagem extra gasta, uma vez que é a "média". O tempo gasto fora do tempo de professor direcionado ainda pode ser calculado como tempo direcionado se a abordagem incluir o tempo gasto a realizar actividades de aprendizagem que tenham sido dirigidas pelo professor fora do horário de aula.

Mais informações relativas aos valores de crédito e como os determinar estão incluídos na Secção 8 deste Módulo de Formação.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Enumerar que actividades de aprendizagem e avaliação considera que devem ser incluídas numa definição de tempo direcionado?
2. Poderá o tempo de aprendizagem passado no local de trabalho (como um estágio) ser incluído na definição de tempo orientado? Se não, por que não. Se sim, será necessário que sejam incluídos requisitos adicionais na modalidade de aprendizagem para que seja incluída?
3. Acha que durante o tempo não dirigido, por exemplo, o aluno realiza um estudo extra para obter

uma pontuação mais elevada na definição? Se sim, porquê? Se não, por que não?

6.4 Tipos de qualificações

Os descritores de tipo de qualificação reúnem as duas principais métricas de um quadro de qualificações; nível de complexidade e volume. Alguns países (por exemplo, Ruanda) resumem o tipo de qualificação (por exemplo, pontos de crédito), enquanto outros incluem informações específicas baseadas em texto (por exemplo, Botsuana e Namíbia). Finalmente, alguns países usam o descritor de nível para também descrever um tipo de qualificação (por exemplo, Etiópia, Lesoto e Zimbabué). num mapa ou Quadro que coloca o título de tipo de qualificação num nível e inclui uma medida de volume

A orientação 10 sugere que a abordagem utilizada tanto pelo Botsuana como pela Namíbia proporciona a maior flexibilidade. A abordagem permite que vários tipos de qualificação sejam incluídos num nível e permite que o país inclua informações adicionais que possam ser pertinentes ao tipo de qualificação, por exemplo, finalidade, requisitos de entrada, ligações a outros tipos de qualificação.

A orientação 10 propõe que as áreas sugeridas a abordar num descritor de tipo de qualificação baseado em texto devem incluir:

- Requisitos de entrada (apenas para licenciatura e acima para promover o acesso às qualificações)
- Objectivo como este ajudar especialmente na distinção entre dois tipos de qualificação ao mesmo nível
- Ligações a outros tipos de qualificação, uma vez que promove a discussão de percursos
- Valor de crédito.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Concorda com a inclusão dos Requisitos de Entrada num descritor de qualificação ou não? Se sim, porquê? Limitaria a inclusão a certos tipos de qualificação? Se não, por que não?
2. Existem outras áreas que precisam de ser incluídas num descritor de tipo de qualificação?

7 Lógica e coerência de um NQF

7.1 Lógica interna e coerência

A orientação 10 discute tanto a finalidade como os objectivos e o âmbito de um NQF, bem como os descritores de nível, tipos de qualificações e ligações a outras estratégias, tais como o reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL) e a transferência de crédito, potencialmente dentro de um sistema de transferência e acumulação de crédito.

Um NQF como instrumento de política primária dentro de um sistema de qualificações, tem de ser claro, inequívoco e coerente. É necessário estabelecer ligações entre as estruturas do NQF e as estratégias, tais como a RPL, a transferência de crédito e a aprendizagem ao longo da vida. Por exemplo:

- Se o valor de crédito for atribuído num NQF, diz respeito à formulação e desenvolvimento de uma qualificação, e/ou diz respeito a um sistema de transferência e acumulação de crédito.
- Se o foco do NQF é a mobilidade laboral e o reconhecimento internacional, é necessário incluir o ensino básico, especialmente se não forem emitidas qualificações nesse sector.

Alguns países do seu NQF muitas vezes tentam não usar um mapa ou Quadro que implica uma relação hierárquica com apenas um foco de progressão vertical, e implica separação sectorial. Estes países usam um diagrama para sublinhar que todas as qualificações são importantes. Os três exemplos NQF abaixo fornecem uma representação visual para as partes interessadas. O diagrama de fãs da estrutura irlandesa é provavelmente um dos mais conhecidos. O recém-revisto Quadro de Qualificações do Ruanda inclui um diagrama de fãs, e o último na suite abaixo é um simples diagrama de rodas do Quadro australiano de qualificações indicando nenhuma divisão sectorial.

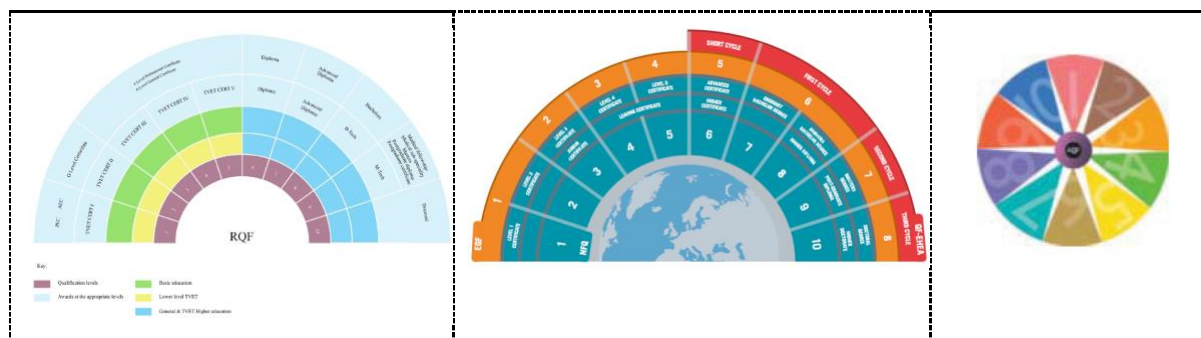


Figura 3: Símbolos-quadro

Fonte: Quadro de Qualificações do Ruanda 2021, <https://gazettes.africa/archive/rw/2021/rw-government-gazette-dated-2021-10-20-no-Special.pdf>, Quadro Nacional irlandês de Qualificações <https://nfq.qqi.ie/>, Quadro australiano de qualificações <https://www.aqf.edu.au/>

Um estudo cuidadoso da terminologia, diagramas, mapas/Quadros e símbolos/logotipos e garantindo que refletem as necessidades, aspirações e entendimentos das partes interessadas é fundamental no documento final de design e política do NQF.



Perguntas reflexivas

O anexo 2 inclui um extrato selectivo de um NQF não dentro do continente Africano. Reveja o estudo de caso e considere as seguintes questões.

1. As duas declarações na lógica são consistentes entre si em termos de âmbito?
2. A declaração de racionalidade 1 alinha-se com o mapa/Quadro do âmbito?
3. O mapa/quadro implica que existem algumas inscrições sectoriais para as quais não é aparente qualquer tipo de qualificação, pelo que não são emitidas qualificações a esse nível (e nesse sector)?
4. O ensino primário e os níveis de ensino secundário mais baixos alinham-se com a declaração objetiva nº 2 e a declaração de âmbito nº 2?
5. Se um dos objectivos for caminhos e movimentos laterais, separa os tipos de qualificação em colunas ajudam na noção de um sistema integrado de qualificações, ou cria distinções entre os sectores que podem ser barreiras à aprendizagem de vias e movimentos laterais?
6. Se um objectivo-chave é promover a aprendizagem ao longo da vida, o mapa/Quadro promove este ideal, uma vez que parece realçar apenas a progressão vertical/lateral?

7.2 Lógica dos descritores de nível

7.2.1 Base conceptual dos descritores de nível

A orientação 10 indica que há muito pouco escrito sobre a base conceptual dos descritores de nível. Observou que, no desenvolvimento do QEQ, foram realizadas investigações significativas e que os domínios dos conhecimentos e competências foram acordados em parte devido às taxonomias existentes de aprendizagem baseadas na revisão do Bloom sobre taxonomias de aprendizagem (Anderson et al., 2001). Para o domínio de Competência, era mais difícil desenvolver e foi realizada investigação adicional e houve consideração sobre outras taxonomias relacionadas com vários níveis de desenvolvimento de competências, como o trabalho de Dreyfus e Dreyfus (1986).

A revisão mais recente dos níveis de SADCQF (Keevy et al 2017) e o relatório de mapeamento para o desenvolvimento do ACQF (ACQF 2021g) utilizaram os seguintes taxonomies para a análise do QEQ e outros quadros:

- Domínio do conhecimento: reviu a taxonomia do conhecimento da Bloom (Anderson et al 2011), que vai desde factual, conceptual, processual e conhecimento metacognitivo
- Domínio de competências: SOLO taxonomia (Biggs e Collis 1982) para cinco níveis de desempenho e compreensão do aluno
- Domínio de responsabilidade e autonomia: Dreyfus e Dreyfus (1986) principiantes à taxonomia especializada.

No entanto, outros investigadores (ETF 2021) argumentam que a taxonomia SOLO e a taxonomies de Dreyfus e Dreyfus podem não ser adequadas para desenvolver as taxonomias nos domínios de competências e habilidades (autonomia e responsabilidade), como:

- SOLO (1982) refere-se à Estrutura do Resultado da Aprendizagem Observada, e é uma taxonomia para descrever como o desempenho e a compreensão de um aluno cresce em complexidade ao dominar tarefas específicas. Os níveis de desempenho incluem: resumo pré-estrutural, uniestrutural, multi-estrutural, relacional e alargado.
- Dreyfus e Dreyfus (1986) é uma taxonomia de aquisição de competências que traça a progressão de um indivíduo em cinco níveis: novato, principiante avançado, competente, competente e perito. O modelo está relacionado com o nível de aquisição de uma tarefa específica de um indivíduo.

Tanto estas taxonomias (SOLO e Dreyfus e Dreyfus) concentram-se na aquisição ou desempenho de competências de um indivíduo em tarefas específicas e, portanto, não são necessariamente aplicáveis aos níveis de complexidade de aprendizagem de um NQF ou RQF e podem não ser adequadas como formando a base para alguns domínios de níveis de complexidade de aprendizagem.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Considera que as taxonomias relacionadas com os níveis individuais de competência (aquisição e demonstração de competências) podem ser utilizadas para ajudar na formulação de descritores de nível? Se sim, porquê? Se não, por que não?

7.2.2 Lógica dos descritores de nível

O foco para os desenvolvedores dos descritores de nível é geralmente em garantir que os descritores de nível são tecnicamente sólidos. No entanto, isto desmente a noção de que, em alguns aspectos, os quadros de qualificações são construções sociais que fazem parte de uma estratégia de gestão da mudança no âmbito do sistema de qualificações e são o resultado do envolvimento e negociação das partes interessadas.

Existem duas dimensões ao desenvolver descritores de nível. Orientação 10 refere-se a:

1. Dimensão vertical que delinhe o nível de complexidade da aprendizagem implícita no sistema de qualificações e a que estão ligados tipos de qualificação (ou qualificações).
2. Dimensão horizontal que delinea os domínios da aprendizagem. Dentro de um NQF, os domínios geralmente refletem o que é importante para a nação e que são considerados desejáveis para ser refletido nas qualificações desenhadas. Os domínios são quase universalmente descritos como conhecimentos e competências, e acompanhados por outros domínios como aplicação, competência, autonomia e responsabilidade, e inovação. Determinar quantos domínios incluir torna-se um acto de equilíbrio entre "o que é razoável" sem complicar demasiado o quadro.

Os descritores de nível num NQF precisam de:

- Capture os domínios e sub-domínios (dimensão horizontal), e deve haver um grau geral de comparabilidade de complexidade entre os domínios.
- Ser hierárquico de natureza, de níveis mais baixos para mais altos (dimensão vertical):
 - Com detalhes suficientes para permitir a diferenciação de um nível para o outro. Quanto mais níveis se desenvolverem, mais difícil é o grau de diferenciação.
 - Com uma progressão diagonal; uma clara progressão ascendente ao longo dos níveis.

No que diz respeito à dimensão vertical, a análise dos descritores de nível na revisão da SADCQF (Keevy et al 2017, p. 33) afirma que "idealmente, a progressão deve estar na diagonal", o que significa que deve haver uma clara progressão ascendente, o que permitiria diferenciar entre níveis de complexidade.

No entanto, muitos quadros não demonstram necessariamente uma clara "construção" de níveis de complexidade em todos os níveis de uma taxonomia num determinado domínio ou sub-domínio, com alguns a serem apenas "construídos" sobre um número menor de níveis do que o do quadro (ETF 2021). Há pouca investigação para determinar qual é a melhor abordagem, no entanto, os países na fase de desenvolvimento dos descritores de nível devem confirmar que as partes interessadas vêem a lógica e os benefícios das taxonomias que não abrangem o número total de níveis do quadro.

A orientação 2 explica ainda como a lógica vertical e horizontal pode ser abordada, e a figura abaixo resume a lógica horizontal e vertical no ACQF.

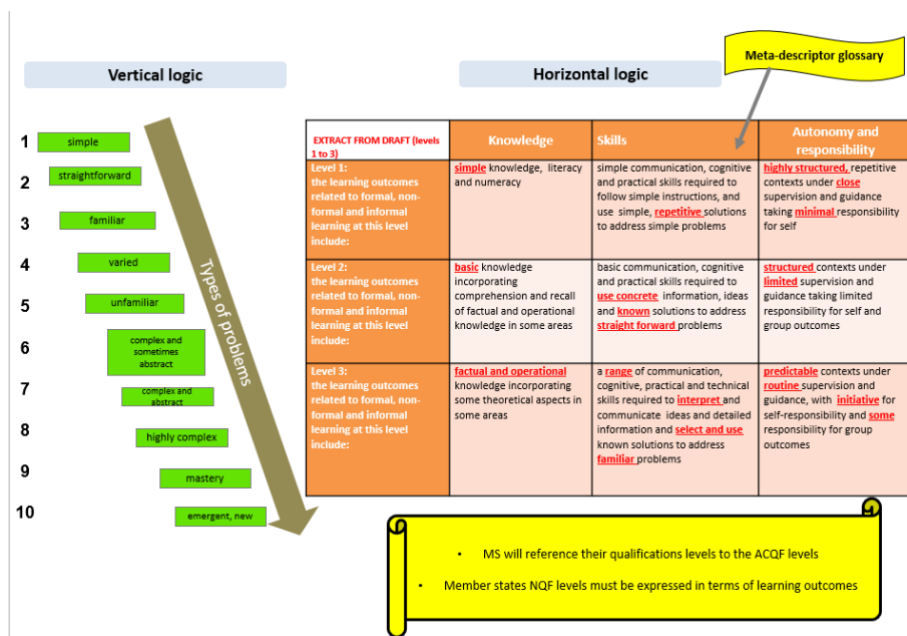


Figura 4: Lógica vertical e horizontal do ACQF

Fonte: Coleen Jaftha 2022 apresentação na Reunião do Grupo Consultivo ACQF 13 Janeiro 2022

Pode ver do diagrama acima que o desenvolvimento vertical no domínio do Conhecimento inclui os seguintes termos, do simples, ao básico, ao factual e operacional. Para a dimensão horizontal, o Nível 2 utiliza termos como básico, concreto, simples, limitado, estruturado.


Em relação aos sub-domínios, alguns NQFs colapsam taxonomias num domínio abrangente, que muitas vezes é o caso da autonomia e da responsabilidade. No exemplo ACQF acima do domínio da Autonomia e responsabilidade é composto por:

1. Contexto
2. Nível de autonomia, tais como supervisão de nível e orientação
3. Nível de responsabilidade.

Quando existem vários sub-domínios e os desenvolvedores ou revisores estão a verificar a lógica dos descritores, é útil separar os sub-domínios em colunas separadas. Tal como o exemplo abaixo extraído do ACQF na Figura 2 acima. Este exemplo separa os sub-domínios do domínio "Autonomia e responsabilidade".

Quadro 7: Sub-domínios

Nível	Contexto	Autonomia	Responsabilidade
2	Contextualizações estruturadas	Supervisão e orientação limitadas	Responsabilidade limitada por resultados próprios e de grupo

 **Actividade**

Esta actividade pode ser realizada como um indivíduo ou como um grupo.



Actividade

Selecione um NQF que esteja familiarizado, idealmente com descritores de nível que estão separados em domínios. Identifique se os domínios têm sub-domínios. Pode ser necessário separar estes sub-domínios em diferentes colunas.

1. Verifique as dimensões verticais e horizontais para obter lógicas. Há alguma lacuna? A progressão vertical está espalhada pelos níveis ou não? A progressão vertical aparece fora de sequência?

8 Ligações do NQF às modalidades de garantia de qualidade

A força de um NQF reside nas suas ligações com a garantia de qualidade. Os requisitos do NQF podem ser abordados em todo o sistema de qualificações, no entanto, a garantia da qualidade poderia ser implementada sectorialmente. As principais estratégias de garantia da qualidade incluem:

- Ligações à formulação, desenvolvimento, aprovação e revisão da qualificação
- Ligações aos prestadores e a disponibilização de programas que conduzam a uma qualificação
- Registos de qualificações e prestadores de qualidade garantidos
- Monitorização e avaliação de todo o sistema.

8.1 Ligações à formulação e desenvolvimento da qualificação

O NQF está intrinsecamente ligado à garantia de qualidade da especificação de qualificação, à sua formulação, desenvolvimento, aprovação e revisão.

A aprovação de uma especificação de qualificação é separada e não é a mesma que um programa concebido por um fornecedor para satisfazer os requisitos de uma qualificação. Em alguns países os dois processos de aprovação são fundidos, mas em alguns sistemas, especialmente nos sistemas TVET com a utilização de especificações de qualificação nacionais, a aprovação de programas é uma etapa separada e ligada à oferta de fornecedores. A separação da aprovação da especificação de qualificação da concepção do programa do fornecedor de aprovação e da capacidade de fornecimento proporciona uma maior flexibilidade no sistema de qualificações.

Dado que o NQF promove uma abordagem de resultados de aprendizagem, os países devem promover uma abordagem de resultados de aprendizagem das qualificações. Os resultados de aprendizagem podem ser aplicados ao nível do NQF, do perfil de qualificação e dos componentes (tanto como declaração de resultados como os resultados de aprendizagem incorporados). A Orientação 1 e o Cedefop (2017) fornecem informações sobre o desenvolvimento de resultados de aprendizagem.

A orientação 10 indica que as agências de garantia de qualidade visam definir os requisitos para a apresentação das especificações de qualificação, principalmente para garantir a coerência da documentação e para gerir o formato em que são apresentadas as especificações de qualificação. O controlo do formato das especificações de qualificação pode ser através de padrões de qualidade, formulários ou modelos. Os temas comuns a abordar incluem:

- Título e finalidade da qualificação
- Nível e número de créditos (ou outra medida de volume relevante para o NQF)
- Resultados, por exemplo, declaração de resultados de qualificação, licenciamento ou resultados de associação profissional
- Requisito para reconhecimento de aprendizagem prévia (RPL) e transferência de crédito

- Regras de estrutura e conclusão (por exemplo, núcleo, electivos)
- Métodos de entrega e métodos de avaliação (e processo para assegurar a qualidade dos julgamentos do avaliador)
- Recursos necessários
- Processos de avaliação ou revisão
- Lista de componentes (por exemplo, módulos, unidades de competência)
- Especificações dos componentes (para todos os listados).



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Poderia e deve ser aplicado um formato-tipo às especificações de qualificação em todos os sectores? Que outras opções existem para assegurar a qualidade?
2. Existem campos adicionais que devem ser adicionados aos campos de formato acima indicados?
3. Que campos podem ser incluídos numa especificação de componente?
4. Que formatos de componentes são utilizados no seu país (por exemplo, módulos, temas, competência) e que campos estão incluídos nos mesmos?
5. No seu país, como é que os resultados da aprendizagem são promovidos e implementados no desenvolvimento de qualificações?

8.2 Ligações à oferta de qualidade por parte dos operadores de formação

Garantir a qualidade da prestação de qualificações é fundamental para gerar confiança nos resultados de qualificação dos listados no NQF. A orientação 10 explica que a maioria das agências de garantia da qualidade tendem a basear os requisitos dos fornecedores em legislação (leis ou regulamentos), normas de qualidade ou política. Os requisitos do fornecedor geralmente focam-se nos seguintes temas comuns:

- Governação (institucional e académica)
- Sustentabilidade financeira e probidade
- Processos de gestão e certificação de dados
- Garantia interna da qualidade e melhoria contínua
- Suporte para aprendizes
- Capacidade de entrega do programa.

A capacidade de entrega do programa concentra-se geralmente na capacidade dos fornecedores de:

- Conceber um programa específico para os resultados das qualificações e modo de entrega, por exemplo, presencial, online, misturado
- Ter no local instalações e equipamentos necessários para o programa
- Ter em vigor materiais de formação e ferramentas de avaliação necessárias para o programa
- Ter número e perfil suficientes de educações com qualificações e experiência vocacionais/profissionais, incluindo qualificações e experiência pedagógica.

Dentro de alguns sistemas de qualificações, a aprovação da entrega do programa é misturada com os processos de aprovação de qualificações. No entanto, a aprovação da entrega do programa assenta claramente nos domínios da capacidade do prestador. A separação entre a aprovação das especificações de qualificação e a aprovação do programa permite um processo em duas fases. O primeiro passo é

centrar-se em saber se a especificação de qualificação satisfaz os requisitos do NQF e quaisquer acordos de garantia de qualidade de design, e o segundo passo centrado na capacidade do fornecedor.

O Manual⁶ de Procedimentos-Quadro de Qualificações do Lesoto prevê esta distinção clara entre qualificação e programa.

When considering the design of a programme of learning, a clear distinction must be made between a programme and a qualification:

A programme of learning is a course, curriculum, training package, units of study, or structured workplace learning that leads to the award of a qualification.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Dentro do seu sistema de qualificações (e sector) que se aplicam:

- a. Qualificação mista e aprovação do programa
- b. Processo de passos separados?

2. O que acha que são os prós e os contras de ambas as abordagens?

8.3 Registos/bases de dados de qualificações

Um instrumento crítico para proporcionar transparência e confiança no sistema de qualificações é o dos registos. O fornecimento de informação pública inclui:

- Registos de qualificações que satisfaçam os requisitos do NQF e registos de prestadores aprovados de qualificações NQF que possam incluir informações sobre o seu cumprimento aos requisitos especificados (por exemplo, normas de qualidade, critérios de qualidade) bem como o desempenho destes prestadores (tais como conclusão de programas e componentes e satisfação dos estudantes e empregadores)
- Avaliações mais amplas do sistema.

Os registos de qualificações são instrumentos importantes para a transparência em todo o panorama das qualificações dos diferentes países. A qualidade, a completude e a acessibilidade a esta informação são fundamentais para os utilizadores finais (alunos, formadores, empregadores e trabalhadores). Os registos de qualificações também oferecem uma visão sobre o estado real de implementação dos NQFs.

Um registo pode ser simultaneamente uma ferramenta de conformidade, bem como uma ferramenta de marketing. Por exemplo, um registo só pode enumerar qualificações que satisfaçam os requisitos do NQF, e estar ligado a um registo que apenas enumera os prestadores que tenham cumprido os requisitos especificados (por exemplo, normas de qualidade, critérios de qualidade) e as qualificações que são aprovadas para prestar serviços de educação e formação. Não estar na lista pública significa que as partes interessadas, incluindo os potenciais alunos, sabem que o prestador e os seus programas que conduzem a

⁶ <https://acqf.africa/resources/nqf-inventory/countries/lesotho>

uma qualificação não são garantidos pela qualidade e, para isso, pode haver um risco potencial aplicado a este fornecedor. Em alguns países, não cumprir os requisitos especificados e não estar no registo resulta em redução ou sem financiamento ou apoio do governo.

8.3.1 Snapshot das bases de dados/registos nacionais de qualificações em África

A seguinte visão geral baseia-se na pesquisa web (registos online e bases de dados), no relatório de viabilidade do ACQF (2021) e no estudo ACQF Mapping (2021). Esta breve secção explora duas questões principais:

- O que podemos aprender com registos e bases de dados do NQF?
- Quais as qualificações incluídas nos registos e bases de dados do NQF – por níveis e por sectores?

Para efeitos desta breve análise, o estudo de viabilidade da ACQF explorou os registos existentes e acessíveis de qualificações em cinco países: Cabo Verde, Quénia, Marrocos, Moçambique e África do Sul.

Quadro 8: Visão geral dos registos/bases de dados de qualificações (associadas aos NQF)

País	Registo/base de dados de qualificações	Qualificações incluídas	Principais características
Botsuana	Autoridade de Qualificações do Botsuana - Registo de qualificações	401 qualificações completas - todos os níveis de NCQF	<p>O registo é pesquisável por título de qualificação (pesquisa por ferramenta palavra-chave). Os documentos de qualificações podem ser vistos e descarregados.</p> <p>O registo online publica uma lista de qualificações (título, tipo, nível, campo, documento). Todas as qualificações registadas são formatadas com base num modelo normalizado. Secção B do modelo - Qualificações As especificações contêm: perfil de graduação (resultados de aprendizagem) e os critérios de avaliação associados (pormenor e clarificar os resultados da aprendizagem).</p>
Cabo Verde	Catálogo Nacional de Qualificações	64 qualificações completas (níveis 2 a 5 do NQF)	<p>O Catálogo Online digital é acessível como um repositório de PDFs.</p> <p>Todas as qualificações são estruturadas com base num formato normalizado, incluindo: perfil profissional, unidades de competência (resultados de aprendizagem e critérios de avaliação), programa de formação (módulos) e módulo de formação no contexto real do trabalho.</p> <p>As qualificações no Catálogo são distribuídas em 15 famílias profissionais. O Catálogo inclui ainda um novo Módulo de Formação Transversal de 3 unidades (competências empresariais).</p>

País	Registo/base de dados de qualificações	Qualificações incluídas	Principais características
Quênia	<p>1. Novo : Sistema Nacional de Gestão de Informação de Qualificações (NAQIMS)</p> <p>2. Registo das qualificações (dos organismos acreditados)</p>		<p>O NAQMIS é um sistema de automatização de processos, baseado na tecnologia Blockchain para registar: a) qualificações que concedem às instituições (QAIs), b) qualificações e c) registos de alunos.</p>
Marrocos	<p>Formação vocacional em números (2019 - 2020)</p> <p>Resumo de todas as qualificações registadas mantidas pelo Departamento de TVET. Atualização annual</p>	<p>352 programas TVET que conduzem a qualificações em 4 níveis de NQF</p>	<p>Distribuição dos programas por níveis de qualificação e sectores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 níveis: especialização, qualificação, técnico, técnico especialista - 21 sectores
Moçambique	<p>Catálogo Nacional de Qualificações Profissionais</p> <p>Gerido e mantido pela ANEP</p>	<p>164 qualificações registadas, nos níveis 2 a 5. Publicado no Catálogo Online: 149.</p> <p>19 módulos independentes</p>	<p>O Catálogo Online digital é acessível como um repositório de PDFs.</p> <p>Todas as qualificações são estruturadas com base num formato normalizado, incluindo: informação geral, unidades de competências gerais, unidades de competências profissionais, módulos de formação (geral e profissional), programa de formação (módulos) e módulo de formação no contexto real do trabalho.</p> <p>As qualificações no Catálogo são distribuídas em 16 famílias profissionais. Além disso, o Catálogo também inclui 19 módulos independentes.</p>
África do Sul	<p>SAQA: registo de qualificações e qualificações parciais</p> <p>Gerido e mantido pela SAQA</p>	<p>Grande número de qualificações de todos os níveis (mais de 22.000)</p>	<p>SAQA online register contains searchable databases:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Todas as qualificações e normas de unidade (independentemente do seu estatuto) 2. Qualificações registadas e normas de unidade (qualificações NQF) 3. Qualificações e normas de unidade que tenham ultrapassado a data final do seu registo

País	Registo/base de dados de qualificações	Qualificações incluídas	Principais características
			4. Organismos profissionais e designações profissionais

Os registos de qualificações do NQF e as bases de dados dos seis casos são estruturados de forma diferente.

- Em cinco dos 6 países mencionados nesta análise, os registos nacionais de qualificações estão disponíveis online e mantidos no site da instituição encarregado da coordenação e implementação do NQF. Marrocos publica relatórios anuais que atualizam as informações sobre as qualificações existentes e está atualmente a desenvolver um sistema de informação pes pesjável abrangente de normas, programas e qualificações do TVET, e planeia estabelecer um registo abrangente do NQF numa fase posterior.
- A SAQA assegura a integridade e manutenção do [Registo de qualificações e habilitações parciais](#). O Registo contém quatro bases de dados pesquisáveis (mais informações no Quadro 8).
- A KNQA, como guardiã das qualificações nacionais, desenvolveu o NAQIMS, com base na tecnologia Blockchain. Neste momento, o acesso a documentos de qualificações é possível através desta base de base de [dados KNQA](#). As qualificações na base de dados são estruturadas por instituição e, atualmente, o número de qualificações das instituições de TVET excede em grande medida o número de qualificações de outros organismos (organismos universitários, organismos profissionais, organismos de atribuição de qualificações estrangeiras, organismos de nível básico). Análise com base em dados apresentados por KNQA, Figura 6 e Figura 7
- Botsuana: [Botsuana Qualificações Autoridade - Registo de qualificações](#) contém 401 qualificações em todos os níveis do NCQF. Os fornecedores de educação e formação registados e acreditados (ETPs) são encorajados a desenvolver programas de aprendizagem, com base nas qualificações registadas, para acreditação no Botsuana. A função de pesquisa permite consultas por título de qualificação.
- Cabo Verde está a implementar um NQF inclusivo e já revisto de oito níveis. O registo NQF ([Catálogo Nacional de Qualificações](#)) está disponível online e é gerido pela instituição líder NQF – a Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações (UC-SNQ). No entanto, inclui apenas qualificações de TVET (níveis 2-5). Todas as qualificações no registo NQF são apresentadas de acordo com um modelo padrão, que inclui o perfil de qualificações, as normas de formação e a avaliação, descritos nos resultados da aprendizagem. As qualificações do sistema de ensino superior são registadas pela entidade reguladora do ensino superior, a Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES). Análise dos dados das qualificações do Catálogo Nacional de Qualificações, Figura 4 e Figura 5.
- Moçambique avançou significativamente o processo de concepção e consulta do NQF integrado e o seu decreto deverá ser aprovado em 2022 pelo Gabinete de Ministros. Historicamente Moçambique implementou dois quadros de qualificações sectoriais, que funcionam em paralelo (TVET e Ensino Superior). Cada quadro baseia-se numa base jurídica diferente, definindo os descritores de nível, tipos de qualificações e requisitos de garantia de qualidade. O QF do TVET é implementado pela Autoridade Nacional de TVET (ANEP), enquanto o QF do Ensino Superior é coordenado pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade (CNAQ). Os dados relativos às qualificações do ensino superior não estão disponíveis num registo online, mas foram obtidos

através de um pedido à CNAQ. Todas as qualificações na base de dados-quadro de qualificações do TVET ([Catálogo Nacional de Qualificações](#)) são apresentadas de acordo com um modelo padrão.

A distribuição do número de qualificações nos registos NQF indicados, por níveis e por sectores, é visualizada abaixo por dois gráficos para dois países (Quênia e Cabo Verde) (Figura 7 e Figura 8, e Figura 5 e Figura 6). Um gráfico retrata a distribuição das qualificações por níveis; o outro mostra a distribuição por sector. Além disso, para Marrocos, o Quadro 9 mostra a distribuição das qualificações por sector.

Uma constatação saliente diz respeito à grande diferença no número total de qualificações incluídas nos registos do NQF. Comparando os dois casos que têm registos abrangentes que incluem todos os níveis: o Quênia tem 1.262 qualificações, enquanto a África do Sul tem 22.026 qualificações. A distribuição por níveis nestes dois casos mostra um padrão diferente de concentração de qualificações em níveis mais altos, médios e inferiores. O registo sul-africano de NQF apresenta uma concentração clara de qualificações nos níveis mais elevados (especialmente os níveis 8 e 9), enquanto o registo NQF do Quênia mostra uma distribuição equilibrada entre os níveis 3 a 7. Além disso, existem variações no âmbito das qualificações entre as classificações do sector da indústria.

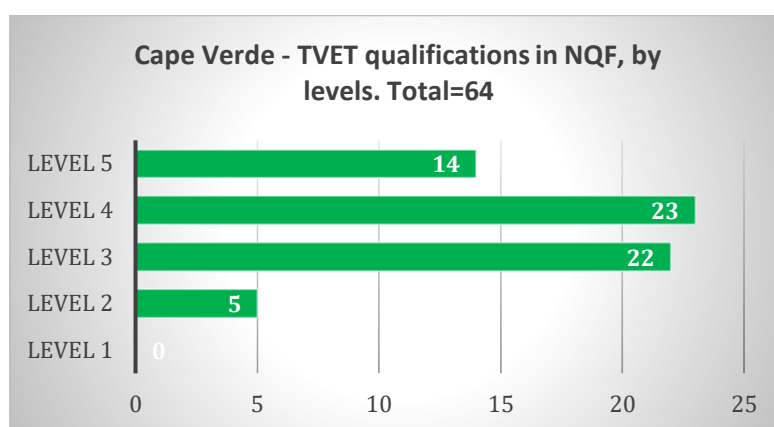


Figura 5: Cabo Verde - Qualificações TVET no Catálogo NQF de Qualificações, por níveis

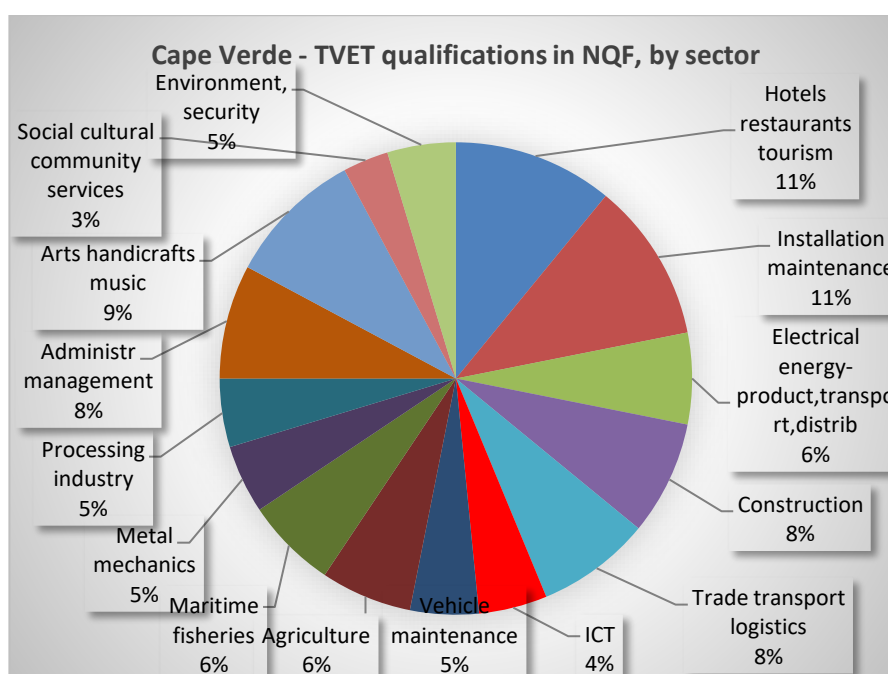


Figura 6: Cabo Verde - Qualificações TVET no NQF – Catálogo Nacional de Qualificações, por sector (15 famílias profissionais)

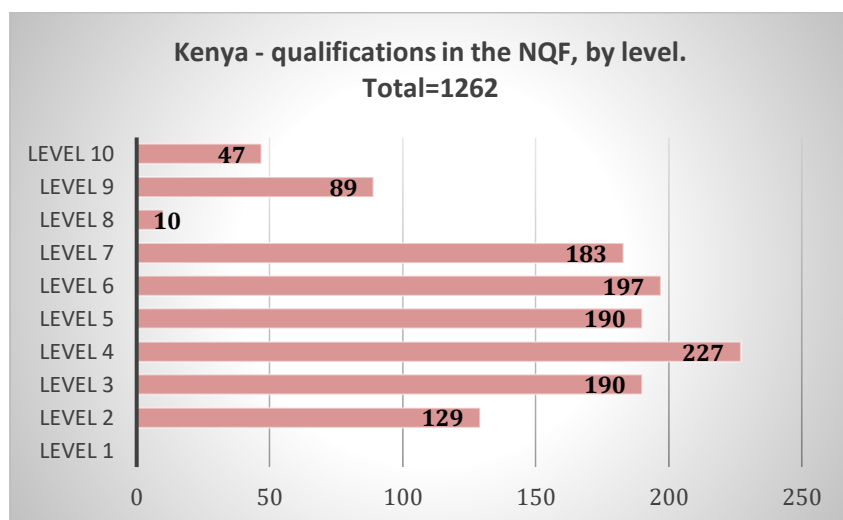


Figura 7: Quênia - Qualificações no registo NQF, por níveis

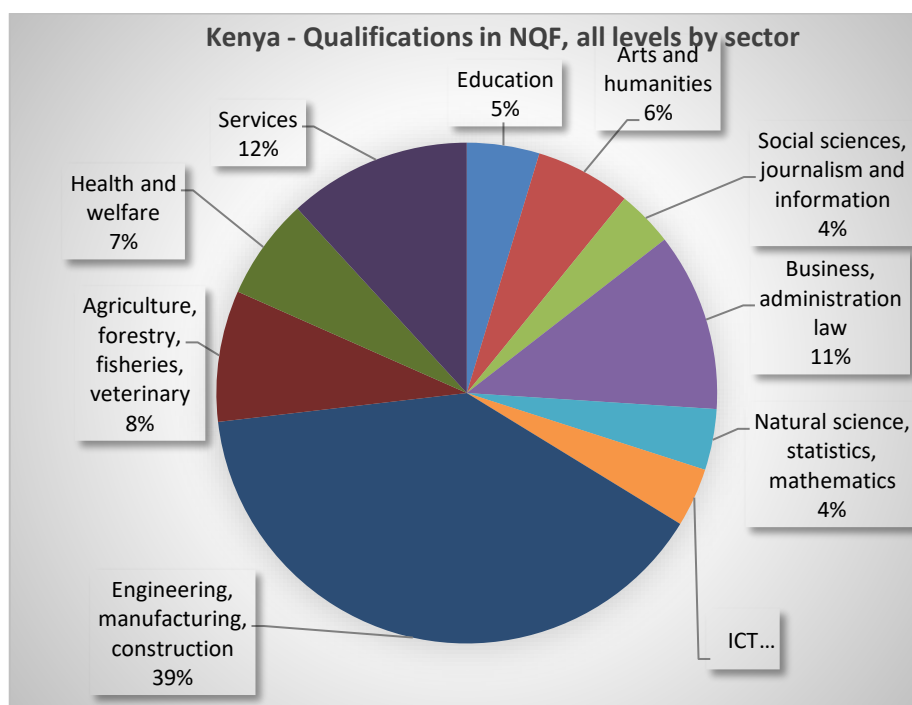


Figura 8: Quênia - Qualificações no registo NQF, por sectores

Quadro 9: Marrocos - Distribuição de qualificações em TVET por nível de qualificação e sector (2019-2020)

SECTOR	Nível de formação - qualificação				Total
	Especialização	Qualificação	Técnico	Especialista em técnico	
GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO	1	7	10	12	30

SECTOR	Nível de formação - qualificação				Total
	Especialização	Qualificação	Técnico	Especialista em técnico	
AGRICULTURA		8	3	10	21
ARTESANATO	10	8	5	4	27
ASSISTÊNCIA DOMÉSTICA	1	4	2	3	10
AUDIO VISUAL E CINEMA		1	8	12	21
CONSTRUÇÃO	7	7	9	18	41
QUIMICA PLASTURGIA MINAS		1	1	5	7
CABELEIREIRO E ESTETICA	2	3	1		6
COURO	3	4	5	2	14
HOTELARIA E TURISMO		5	7	11	23
IMME METALURGIA		12	13	12	37
INDUSTRIA AGROALIMENTAR		4	3	11	18
PARAMÉDICAL E SAÚDE		2	5	13	20
PESCAS MARÍTIMAS		2	3		5
VESTUÁRIO TÊXTIL	2	5	8	3	18
DESPORTO EQUESTRE	1		6	2	9
TIC			3	5	8
AERONÁUTICA			3	5	8
TRANSPORTE ET LOGÍSTICA			4	4	8
AUTOMÓVEL		2	3	10	15
ENERGIA RENOVÁVEL				6	6
TOTAL	27	75	102	148	352

8.3.2 Registos de qualificações e bases de dados noutras regiões ou paíse

A aplicação do Quadro Europeu de Qualificações (EQF) e a disponibilidade de financiamento direcionado do orçamento da EU (Erasmus+ e outros programas) contribuíram para o desenvolvimento e operacionalização dos NQF nos 38 países envolvidos, incluindo bases de dados de qualificações acessíveis em linha. A mais recente atualização sobre o estado da implementação do NQF nos países do EQF fornece informações sobre bases de dados/registos NQF. O quadro 10 contém os URLs nas bases de dados/registos nacionais de qualificações existentes e acessíveis. Alguns países do EQF não estão incluídos na Quadro devido à falta de informação sobre o registo online mais recente e funcional das qualificações.

Quadro 10: Países do QEQ: bases de dados/registos nacionais de qualificações

País/NQF	Base de dados/registo de qualificações
Áustria	Registo de Qualificações Ligação ao Europass em preparação
Bélgica (Francófona)	Registo de habilitações Ligado ao Europass
Bélgica (Flandres)	Base de dados VKS ligado ao Europass (fase de teste)
Bulgária	Lista de qualificações de : NAVET Registo Nacional de Qualificações

País/NQF	Base de dados/registo de qualificações
República Checa	Ligado ao Europass 1448 qualificações disponíveis
Dinamarca	UddannelsesGuiden (Guia de Educação)
Estónia	Registo de Qualificações - pesquisa Ligado ao Europass Disponíveis 4.279 qualificações
Finlândia	StudyInfo
França	RNCP – pesquisa Ligação ao Europass em fase de testes
Alemanha	Registo de Qualificações - pesquisa Ligado ao Europass
Grécia	Registo de Qualificações - pesquisa Ligado ao Europass
Irlanda	Irish Register of Qualifications - QQI Ligado ao Europass
Letónia	Letónia Base de Dados de Qualificações Ligado ao Europass
Lituânia	AIKOS – register of qualifications Ligado ao Europass
Hungria	Quadro de Qualificações Húngaro - registo Ligado ao Europass
Malta	
Países Baixos	NLQF Quadro de Qualificações Ligado ao Europass
Polónia	Registo de Qualificações Integradas Ligado ao Europass
Portugal	Catálogo Nacional de Qualificações Ligado ao Europass
Eslovénia	SQF Registero Ligado ao Europass
Eslováquia	Registo de Qualificações SOK
Suécia	Registo de Qualificações NQF Ligado ao Europass

Outros países têm registos/bases de dados funcionais bem desenvolvidos e funcionais de qualificações e credenciais.

- Estados Unidos: [Credential Engine](#) tem uma tecnologia sofisticada, serviços e capacidades analíticas.
 - [Localizador de Credenciais](#): é uma ferramenta para explorar toda a informação publicada no Registo Credencial. Até março de 2022, o Registo contém 30 258 credenciais
 - [Editora de Credenciais](#): Publicar para a Editora Credencial
- Nova Zelândia: a ferramenta de pesquisa para encontrar qualificações está integrada no site [Autoridade de Qualificações da Nova Zelândia..](#)

- Austrália: [base de dados TVET](#) integra todas as qualificações e unidades de competência acreditadas e os detalhes de todos os fornecedores registados e as suas aprovações para a prestação de serviços específicos de educação e formação.
- Hong Kong: [Registo de Qualificações](#) (QR). O QR é uma base de dados online centralizada que contém informações sobre qualificações garantidas de qualidade e os seus operadores e agências de avaliação para o reconhecimento da aprendizagem prévia. Todas as qualificações enumeradas no QR são garantidas pela qualidade e reconhecidas no âmbito [de Quadro de Qualificações](#). Ao abrigo da Portaria de Acreditação de Qualificações Académicas e Profissionais, o de [Conselho de Acreditação de Qualificações Académicas e Profissionais de Hong Kong](#) é especificado como Autoridade QR.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas individualmente ou como uma discussão em grupo.

1. Quais os registos existentes no seu sistema de qualificações?
2. Se houver registos, são tornados públicos? Quais são os benefícios de ter um registo público?
3. Existe um registo de qualificações separado ao dos prestadores, ou é um registo combinado que informa as partes interessadas das qualificações que o prestador foi aprovado para prestar serviços de educação e formação?
4. Se sim, para o registo/s qualificações fornece mais informações do que apenas o título de qualificação? Que outras informações estão incluídas ou podem ser incluídas?
5. Se sim, para o registo/s do fornecedor, que informações contém? Para uma maior transparência do desempenho do fornecedor, que informações adicionais poderiam ser incluídas?

9 Microcredenciais

9.1 Microcredenciais num sistema de qualificações

A orientação 10 explica que nos últimos anos tem havido um interesse crescente em microcredenciais e programas reconhecidos mais curtos como alternativa, ou um acréscimo às qualificações, dentro de um sistema de qualificações. Foram aplicadas as seguintes definições na Orientação 10.

As micro-credenciais são tipicamente focadas num conjunto específico de resultados de aprendizagem num campo restrito de aprendizagem e alcançados durante um período de tempo mais curto⁷

As definições existentes (da OCDE, Comissão Europeia, UNESCO) apontam para características-chave das micro-credenciais:

- Referindo-se à aprendizagem durante um período limitado e/ou numa área específica
- Pode fazer parte ou adicionar a qualificações formais
- Potencialmente 'empilhável' ao longo do tempo, adicionando às carreiras de aprendizagem individuais
- Dado o seu tamanho e foco limitados, mais flexíveis do que as qualificações tradicionais

⁷ UNESCO 2021

- Frequentemente entregue em formato digital.

Os microcredenciais podem ser oferecidos por fornecedores de educação e formação, fornecedores (por exemplo, Microsoft, CISCO), organismos profissionais e outros tipos de organizações.

Os microcredenciais são promovidos como uma forma de apoiar a aprendizagem ao longo da vida, de oferecer oportunidades e caminhos de aprendizagem mais flexíveis e modulares, e como uma forma eficiente de aumentar ou requalificar os trabalhadores. Os microcredenciais são cada vez mais importantes quando o sistema de qualificações do ensino superior ou do TVET apenas oferecem programas completos que conduzem a uma qualificação e há uma oportunidade limitada de entrada para a conclusão parcial para fins específicos.

A tensão para incluir microcredenciais num sistema de qualificações é multifacetada:

- Não é uma qualificação completa e o processo de aprovação de qualificações pode ser limitado apenas a qualificações completas
- As qualificações tendem a oferecer um resultado coerente, muitas vezes relacionado com uma mão-de-obra ou um papel profissional
- Que sejam de qualidade assegurada pelo organismo responsável ou não.

Os microcredenciais devem:

- Seja um registo do que um aluno alcançou confirmando o que o aluno sabe, compreende ou pode fazer, e é premiado pelo provedor aprovado para o fazer
- Incluir avaliação com base em padrões claros de realização
- Ter um valor autónomo e pode ser empilhável para uma qualificação
- Cumprir padrões de qualidade relevantes para aprovação⁸

Uma proposta da Comissão Europeia (2021) descreve alguns princípios fundamentais para os microcredenciais:

1. Qualidade - na medida em que estão sujeitos a acordos internos e externos de garantia da qualidade
2. Transparência – na medida em que são mensuráveis, comparabilidade e compreensíveis com informações claras sobre os resultados da aprendizagem, a carga de trabalho, o conteúdo, o nível e a oferta de aprendizagem, conforme relevante
3. A relevância - deve ser concebida como distintas, orientadas para a aprendizagem e as oportunidades de aprendizagem que as conduzem a serem actualizadas, se necessário, para satisfazer as necessidades de aprendizagem identificadas
4. Avaliação válida - são avaliadas em relação a referenciais transparentes
5. Percursos de aprendizagem – na acção, destinam-se a apoiar vias de aprendizagem flexíveis
6. Reconhecimento – na medida em que são reconhecidos como uma oferta mais ampla de experiências de aprendizagem
7. Portátil – são propriedade do aluno e podem ser armazenados e partilhados, por exemplo através de carteiras digitais
8. Centradas no aprendiz / estudante – são desenhadas para satisfazer as necessidades do grupo-alvo
9. Autêntica – para que haja informações suficientes para verificar a identidade do titular, o emitente, os dados e a localização da emissão

⁸ Adaptado de Oliver 2021

10. Informação e orientação - que devem ser integradas nos serviços de orientação para a aprendizagem ao longo da vida.

9.2 Micro-credenciais no ensino superior

A OCDE (2021) analisa a qualidade e o valor das micro-credenciais no ensino superior. Esta investigação fornece inúmeros casos que ilustram as experiências existentes, bem como novas perspectivas emergiram das respostas à crise Covid-19.

A OCED (2021) compara dois sistemas de micro-credenciais anteriores à crise covid19: Irlanda e Nova Zelândia.

Irlanda: Em 2011, o Governo da Irlanda lançou o Trampolim (e, posteriormente, o Trampolim+), uma iniciativa nacional de requalificação e requalificação, oferecendo programas de ensino superior gratuitos e fortemente subsidiados à mão-de-obra, com prioridade dada em muitos casos a pessoas desempregadas. O Trampolim+ tem como objectivo complementar a oferta de programas tradicionais de ensino superior e apoiar os indivíduos a desenvolverem competências altamente procuradas no mercado de trabalho. Combina programas de ensino superior mais curtos e mais longos no âmbito da mesma iniciativa, reconhecendo que os requisitos de requalificação e de requalificação podem variar de acordo com o campo de estudo. Os programas Trampolim+ são desenvolvidos a diferentes níveis de ensino (entre o Quadro Nacional de Qualificações da Irlanda - nível 6 e 9, equivalente à Classificação Padrão Internacional das Qualificações Educativas (ISCED) nível 5 a 7. Diferem no tamanho do crédito (de 10 a 100 ECTS) e podem ser a tempo inteiro ou a tempo parcial. Nomeadamente, o Governo irlandês prevê também o futuro desenvolvimento de micro-credenciais como um produto de educação autónomo, amplamente reconhecido em todo o sistema, e integrar a colaboração da indústria, de forma semelhante ao modelo Neozelandês.

A **Nova Zelândia** tem sido um dos líderes na elaboração de políticas nacionais em torno de micro-credenciais. As micro-credenciais do sistema são um complemento ao ensino superior tradicional, embora, ao contrário da Irlanda, os seus programas de micro-credenciais sejam definidos como uma oferta de educação autónoma e incluam um envolvimento obrigatório do empregador. A Autoridade de Qualificações da Nova Zelândia (NZQA) criou em 2018 um sistema de garantia de qualidade para micro-credenciais, definindo-as em regulamentos específicos e estabelecendo os seus padrões de qualidade. A Comissão de Educação Terciária da Nova Zelândia começou a disponibilizar financiamento a fornecedores de ensino superior para o desenvolvimento e entrega de programas de micro-credenciais em 2019. As taxas podem ser cobradas aos alunos, mas um limite máximo de NZD 60 (cerca de USD 40) por crédito é especificado nos regulamentos. O reconhecimento das micro-credenciais pelo NZQA exige que os prestadores demonstrem que os seus programas não duplicam os programas existentes no ensino superior e abordam as necessidades de competências não satisfeitas no mercado de trabalho e na sociedade. Os prestadores também são obrigados a provar a sua capacidade para fornecer uma educação de qualidade. Os programas de micro-credenciais aprovados pelo NZQA são revistos anualmente em conformidade com os critérios de qualidade. Existem actualmente cerca de 150 programas de micro-credenciais aprovados pela NZQA oferecidos por instituições de ensino superior e outros prestadores de formação, com o nível de educação a variar entre o Nível 2 e 8 da Nova Zelândia, equivalente ao nível 3 ao 6 do ISCED. A carga de trabalho das micro-credenciais varia entre 5 e 40 créditos (equivalente a 2,5-20 ECTS).

A OCDE (2021) sugere perspectivas sobre o futuro das micro-credenciais: potencial, desafios e soluções.

- a) Potencial

- As micro-credenciais podem aumentar a flexibilidade da oferta de educação e formação e melhorar o seu alinhamento com os mercados de trabalho
- As micro-credenciais podem alargar e aprofundar a colaboração entre as instituições de ensino, organismos profissionais, e empresas

b) Desafios à frente

- Existe o risco de as inovações micro-credenciais aprofundarem as desigualdades existentes no acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida
- Os alunos não dispõem de informação sobre ofertas e benefícios micro-credenciais
- O reconhecimento generalizado das micro-credenciais por instituições académicas ainda não está bem estabelecido, limitando a sua portabilidade e stackability

c) Algumas soluções

- Micro-credenciais e o desafio da equivalência: Para reconhecer uma experiência de aprendizagem a partir de uma micro-credencial e incorporá-la num programa de licenciatura, as instituições de ensino superior devem primeiro resolver um problema de equivalência: o que é esta experiência de aprendizagem equivalente ao nosso currículo?
- Partilhar a descrição, validação e partilha de credenciais, incluindo micro-credenciais. O quadro 11 descreve algumas abordagens para incluir detalhes de microcredenciais.

Quadro 1: Abordagens selecionadas para descrever e partilhar microcredenciais

Instrumento	Proprietário	Descrição
Linguagem de descrição da transparência credencial	Credential Engine (EUA)	Fornecer um vocabulário comum, unificado, consistente e transparente para descrever credenciais, permitindo comparar os dados dessa credencial em todas as outras credenciais do registo.
Credentify	Consórcio MicroHE	É um serviço API que permite que universidades e estudantes emitam e recebam micro-credenciais que podem ser empilhadas em ECTS.
Iniciativa de Credenciais Digitais	Consórcio de universidades coordenadas pelo MIT (Estados Unidos)	É uma plataforma central para armazenar registos de realização dos alunos com base em infraestruturas-chave, livros públicos e cadeias de bloqueio que pretende tornar-se o padrão para armazenar e verificar a autenticidade das credenciais.
Dígitary	Dígitary	É uma plataforma online usada para verificar a autenticidade de graus, transcrições ou outros registos académicos.
Suplemento de Diploma	Conselho da Europa, Comissão Europeia e UNESCO	Foi concebido como uma ajuda para apoiar o reconhecimento das qualificações académicas. Contém informações como o titular da qualificação, o tipo de qualificação, o conteúdo e os resultados da qualificação, bem como alguns detalhes sobre o sistema nacional de ensino superior.

Credenciais Digitais Europeias	Comissão Europeia	Trata-se de um conjunto de normas, serviços e software que permitem às instituições emitir qualificações digitais, à prova de adulteração e outras credenciais de aprendizagem na Area Europeia da educação.
Passaporte de Educação Aberta	Consórcio OEPass	É um formato padrão para descrever experiências de educação aberta e mobilidade virtual em termos de ECTS utilizando um projecto segmentado em cinco etapas.

Fonte: OCDE, 2021: 20.

A conclusão é que as micro-credenciais podem ser integradas de formas diversificadas e flexíveis nos sistemas de ensino superior para apoiar uma série de objetivos políticos.

9.3 Micro-credenciais no ensino e formação profissional

A investigação sobre micro-credenciais no contexto do ensino profissional e do mercado de trabalho (empresa) é menos desenvolvida do que no ensino superior.

A Cedefop iniciou uma vertente de investigação em larga escala sobre on [Micro-credenciais para a educação e formação no mercado de trabalho](#) (a primeira publicação está a chegar) na Europa. Uma conferência internacional relacionada nos dias 25 e 26 de novembro de 2021 ofereceu uma plataforma de debate, reunindo participantes de mais de 40 países. Esta área de investigação aborda:

- O papel potencial dos microcredenciais no ensino e formação profissionais e vocacional, nas empresas e nos sectores do mercado de trabalho.
- Aprender mais sobre as características dos microcredenciais, a sua mais-valia para os alunos individuais, os colaboradores e os empregadores, bem como o seu impacto nas qualificações e sistemas de reconhecimento existentes.
- Entenda se estamos a observar uma revolução na forma como a aprendizagem está a ser valorizada ou se os microcredenciais são apenas um novo nome para algo que sempre existiu.

As principais conclusões do primeiro estudo desta pesquisa apontam para

- Incerteza ligada ao nomeação e função das micro-credenciais.
- Micro-credenciais que emergem principalmente em áreas como as TIC, engenharia, fabrico e construção, mas também em setores como a hotelaria, a saúde humana e o trabalho social.
- Claros benefícios dos microcredenciais no que diz respeito à flexibilidade e capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho.
- Também é necessário uma maior sensibilização para os microcredenciais.
- A garantia de qualidade dos microcredenciais é um dos aspectos mais importantes. No entanto, os processos de garantia da qualidade diferem e nem todas as micro-credenciais são asseguradas com base nos padrões de qualidade estabelecidos a nível nacional.

O estudo menciona uma compensação entre flexibilidade e regulação: "Os microcredentes são prova de experiências práticas, flexíveis, a pedido e de aprendizagem curta. Isto é o que os torna tão atraentes. As normas europeias comuns devem preservar esta atractividade e não limitá-la através da sua sobre-regulação e - formalização. É, portanto, fulcral encontrar um equilíbrio adequado entre fomentar a confiança e a transparência como parte de uma abordagem comum sem comprometer a flexibilidade dos microcredenciais" (Cedefop, 2021b).



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Os microcredenciais devem ser assegurados de qualidade (para formulação, desenvolvimento, aprovação e revisão) da mesma forma que as qualificações? Caso contrário, que variações no processo seriam necessárias?
2. Que disposições teriam de ser tomadas para que os microcredenciais fossem implementados no seu sistema de qualificações?
3. Como é que os vários registos podem acomodar microcredenciais e a aprovação dos prestadores para fornecer estes microcredenciais?

10 Desenvolvimento e formulação de qualificações

A orientação 10 descreve alguns passos-chave no processo de desenvolvimento e formulação de uma especificação de qualificação. Esta secção fornece uma maior elaboração de uma abordagem de desenvolvimento e também sobre alguns pontos críticos do processo.

10.1 Processo de desenvolvimento e formulação

Um processo para o desenvolvimento de uma especificação de qualificação inclui várias fases e considerações. A informação a seguir refere-se a "desenvolvedores de qualificações" que variariam consoante o contexto do sistema de qualificações, podendo incluir os responsáveis pelo desenvolvimento de uma qualificação dentro de um Ministério, ou de um prestador, ou de uma associação profissional, ou de um conselho que tenha a competência necessária para o fazer.

O desenvolvimento da qualificação requer um planeamento significativo no processo de consulta, a investigação empreendida e a elaboração do caderno de encargos

10.1.1 Envolver as partes interessadas

As qualificações conferem o reconhecimento do valor de uma pessoa no mercado de trabalho e na formação contínuas. Em alguns países e profissões ou comércio que sejam um requisito legal para exercer essa profissão ou comércio. Por conseguinte, é importante para os desenvolvedores de qualificação que a qualificação concebida irá satisfazer as suas necessidades-alvo e também seja aceite como tal pelas partes interessadas relevantes. É também por esta razão que muitas autoridades de qualificações (ou organismos responsáveis) estipulam os requisitos para o envolvimento das partes interessadas, por exemplo na Nova Zelândia.

Criterion 4 Acceptability of the programme and consultation

There is a written summary of the consultation undertaken, the views expressed, and consideration of the views. The consultation and summary must articulate the need for and acceptability of the programme to the relevant communities (*including ākongā, whānau, hapū, iwi and where appropriate, hāpori Māori*) and other key stakeholders (*including the qualification developer and any relevant academic, employer, industry, professional and other bodies*) and any required endorsement by a WDC under section 366(1)(g) of the Act has been obtained.

Fonte: NZQA 2021

Os desenvolvedores de qualificação terão de considerar o número e a mistura de partes interessadas relevantes ao longo das fases de desenvolvimento, bem como o nível de consulta necessário. Dependendo da qualificação a conceber, as partes interessadas podem incluir uma mistura do seguinte:

- Empresas ou empregadores
- Líderes ou grupos comunitários
- Sindicatos
- Associações profissionais ou industriais
- Entidades reguladoras ou de licenciamento
- Educadores (nacionais e internacionais)
- Capitais próprios ou grupos desfavorecidos

Nas fases iniciais da investigação, as partes interessadas relevantes podem ajudar na clarificação dos resultados profissionais, educativos ou sociais. Nestas últimas fases de desenvolvimento, as partes interessadas podem ajudar no aperfeiçoamento do projecto de especificação de qualificação e prestar um apoio explícito à concepção.

10.1.2 Proposta de investigação e conceito

As agências de qualificação (ou organismos responsáveis) em África geralmente exigem que os desenvolvedores de qualificações apurem que existe necessidade da qualificação e dos seus resultados. No mundo do trabalho, isto relaciona-se geralmente com os resultados do emprego ou as necessidades laborais; no entanto, é menos claro no ensino superior onde as qualificações nem sempre têm um resultado profissional ou vocacional.

A identificação da necessidade e do âmbito da qualificação inclui duas fases fundamentais de investigação no processo de desenvolvimento.

1. Detecção da necessidade da indústria, da educação, da comunidade ou do profissionalidade relevante. A detecção pode incluir a análise das ocupações actuais e futuras ou a consulta com as partes interessadas relevantes. As fontes de informação podem incluir: requisitos legais de licenciamento, requisitos de associação profissional, relatórios do mercado de trabalho, relatórios de iniciativas estratégicas nacionais, acordos regionais relacionados com comércio e serviços, referências internacionais (de outros sistemas de qualificações do condado ou qualificações regionais acordadas), normas internacionais ou multinacionais de organização
2. Investigação como a tarefa de trabalho e a análise de processos de trabalho utilizando uma série de metodologias de desenvolvimento (TVET/Skills) e/ou identificando resultados profissionais e/ou identificando conhecimentos, competências e atributos esperados dos licenciados. Os métodos de investigação podem incluir: inquéritos, entrevistas, técnicas críticas de incidentes, processos de grupo (como DACUM), análise funcional, observação).

10.1.3 Determinação da estrutura de qualificação e das regras de conclusão

As qualificações devem ter um resultado coerente e satisfazer as especificações do descritor e do tipo de qualificação de nível NQF. Os desenvolvedores precisam de descrever claramente os resultados de aprendizagem das qualificações no seu conjunto, uma vez que isso influenciará o desenvolvimento de componentes e a estrutura final e as regras de conclusão da qualificação.

Os desenvolvedores de qualificação devem garantir que a estrutura de qualificação proposta e a coerência da mistura de componentes satisfaçam os resultados do tipo de qualificação NQF.

Ao determinar a estrutura de uma qualificação, os desenvolvedores poderiam envolver as principais partes interessadas e procurar aconselhamento sobre a estrutura mais adequada para alcançar os resultados da

aprendizagem da qualificação. Isto pode ocorrer através de um processo de consulta ou de um processo DACUM. No que diz respeito às qualificações de TVET, os componentes que são consistentes em contextos de trabalho serão provavelmente tratados como componentes fundamentais, enquanto os que não são considerados aplicáveis a todos os contextos seriam considerados especializações ou electivos. Para as qualificações de ensino superior, os desenvolvedores podem procurar esclarecimentos através de normas ou agências profissionais e utilizar exemplos de estruturas adequadas (de outros fornecedores a nível nacional ou internacional), podendo utilizar as competências de um especialista em desenho curricular. A comparação das regras de estrutura, conteúdo e conclusão propostas em comparação com os critérios de referência internacionais revistos na fase de investigação constituirá uma preocupação importante nesta fase do desenvolvimento da qualificação. A consideração da actividade de análise comparativa influenciará, por sua vez, quando a qualificação se situa no NQF, refere-se à secção 10.2.

Existem diferentes formas de agrupar os componentes dentro de uma qualificação, incluindo os modelos potenciais abaixo:

- Apenas núcleo
- Núcleo e electivos
- Núcleo e especialização
- Núcleo, especialização e electiva
- Só electivos.

10.1.4 Componentes da descrição e redação

A forma de desenvolver cada componente (por exemplo, sujeito, unidade, competência) de uma qualificação dependerá da definição do NQF de qualificação e de quaisquer requisitos definidos pela agência de garantia da qualidade (ou organismo responsável) no que diz respeito à elaboração dos resultados da aprendizagem a nível de componentes. Os desenvolvedores de qualificação devem garantir que os resultados da aprendizagem (especificados em componentes) no seu conjunto satisfazem os resultados de aprendizagem especificados da qualificação.

A directiz 1 do ACQF Resultados de Aprendizagem e o módulo de formação que acompanha, fornece aconselhamento e informação em relação aos resultados da aprendizagem. Dois recursos no sector TVET fornecem orientação nesta área (isto é, a OIT 2016; Banco Mundial 2001) e o processo de definição e escrita de resultados de aprendizagem está bem documentado no manual cedefop (Cedefop 2017).

Ao elaborar componentes individuais não deve haver necessidade de satisfazer todos os aspectos (implícitos nos domínios). No entanto, como um pacote completo, os componentes devem satisfazer todos os aspectos de um descritor de nível. Em alguns países (em alguns sectores), é necessário um mapeamento para demonstrar que é esse o caso.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

Dentro do seu país, ou de outro país que conheça, considere como as partes interessadas estão incluídas no desenvolvimento e formulação de especificações de qualificação.

1. Em que fases do desenvolvimento e formulação das especificações de qualificação estão envolvidas as partes interessadas?
2. Sugira estratégias adicionais para reforçar o envolvimento das partes interessadas no processo, incluindo a aprovação e a revisão das qualificações.

10.2 Localização da qualificação no NQF

Uma compreensão clara de como as qualificações estão localizadas num NQF é um aspecto importante do processo de formulação e desenvolvimento. No entanto, nem sempre existem orientações claras ou uma compreensão clara de como o nível e o tipo de qualificação são determinados na elaboração de uma qualificação. A confiança neste processo gerará confiança na consistência do desenho das qualificações dentro de um país, e também gerará confiança em quaisquer ligações que sejam feitas entre os descritores de nível NQF para descritores de nível RQF no processo de referência.

A orientação 10 indica que, em termos gerais, existem duas abordagens dependendo se a qualificação inclui uma medida de volume (valor de crédito) ou não:

- Melhor abordagem de ajuste (Best fit approach)
- Abordagem baseada em créditos.

Estas duas abordagens não são mutuamente exclusivas e um NQF e os seus processos de garantia de qualidade podem ter uma mistura de abordagens. Em ambas as abordagens, não se supõe que todos os componentes estarão no mesmo nível de complexidade de aprendizagem, podendo haver uma mistura de componentes acima e abaixo do nível de NQF de qualificação.

Como um NQF pode ser visto como uma construção social, outros factores podem influenciar a localização de uma qualificação no NQF. Estes factores podem não ser explícitos e podem depender de tradições, entendimentos ou acordos sociais, históricos ou laborais/emprego. O diagrama abaixo resume as considerações ao determinar a localização de uma qualificação no NQF.

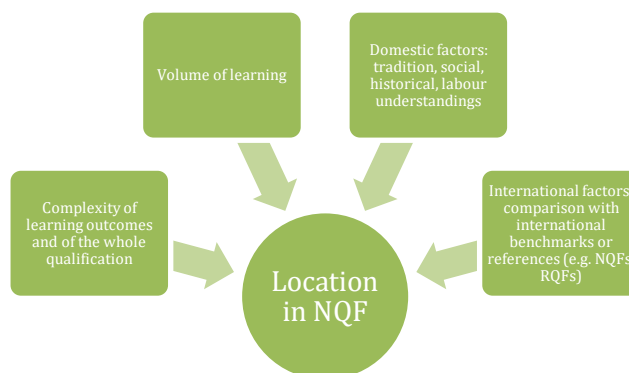


Figura 9: Factores para a localização de uma qualificação no NQF

A metodologia para a atribuição de um nível, medida de volume e tipo de qualificação a uma especificação de qualificação (e seus componentes) variará em todos os NQFs e não há um caminho certo. O exemplo que se segue ao Quadro de Qualificações do Lesoto fornece uma explicação pormenorizada.

O Lesoto no Quadro de Qualificações do Lesoto (LQF) O Manual⁹ de Desenhos e Modelos de Procedimentos descreve uma metodologia para a classificação da especificação de qualificação proposta. O LQF é um quadro baseado no crédito e, por conseguinte, toma a abordagem baseada no crédito. O Manual inclui dois processos:

- Determinação do nível de complexidade da qualificação

⁹ <https://acqf.africa/resources/nqf-inventory/countries/lesotho>

- Classificar o valor de crédito para cada componente (por exemplo, sujeito, unidade) da qualificação e da qualificação como um todo.

Ao determinar o nível de LQF de uma qualificação ou de qualificação parcial, os seguintes elementos são considerados críticos:

- Assegurar o alinhamento com os descritores de nível em termos de profundidade, amplitude, complexidade e volumes de aprendizagem
- Os resultados específicos da aprendizagem (ligados a unidades/cursos/módulos) devem conduzir à obtenção dos atributos nos resultados de nível.
- Os descritores de qualificação, especialmente para programas especializados e profissionais, regulam o planeamento e o design para melhorar o rigor e o reconhecimento das qualificações.

No LQF, o valor do crédito é o valor médio de tempo de aprendizagem e avaliação necessário para alcançar a componente. Para determinar a contrapartida do valor do crédito das actividades potenciais num programa, incluem:

- sessões formais de ensino (palestras, aulas, coaching, seminários, tutoriais)
- trabalhos práticos (em laboratórios e outros locais)
- actividades relevantes das ICT
- utilização da biblioteca ou centros de recursos de aprendizagem para leitura e investigação
- tempo de estudo privado
- tempo de estudo auto-dirigido utilizando materiais de aprendizagem aberto online e/ou baseados em texto
- actividades de aprendizagem informais (por exemplo, grupos comunitários, workshops de base comunitária)
- reflexão
- avaliação.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

Dentro do seu país, ou noutra país que conheça, orita quaisquer documentos relevantes relacionados com o NQF e processos de desenvolvimento de uma especificação de qualificação. Do ponto de vista de um desenvolvedor de qualificações:

1. Existe uma explicação clara sobre a mente da especificação de qualificação proposta no NQF?
2. Que informações acha que precisa para o ajudar a determinar o nível, o valor do crédito (se for relevante) e o tipo de qualificação da especificação de qualificação?

11 Reconhecimento da aprendizagem prévia

11.1 Visão geral do reconhecimento da aprendizagem prévia

A orientação 10 coloca a definição de reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL) em consonância com a definição de validação da aprendizagem não formal e informal do Conselho da União Europeia (2017).

A RPL é considerada simultaneamente um processo e uma avaliação. Castel-Branco (2022) resume o processo de RPL no diagrama seguinte.

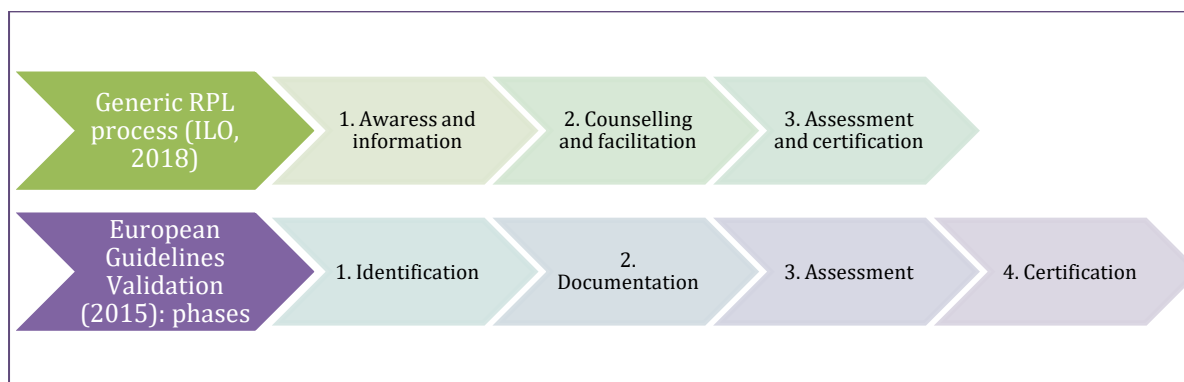


Figura 10: Fases de RPL

Fonte: Castel-Branco 2022 (adaptado da OIT 2018, Cedefop 2015)

As quatro fases das orientações europeias assinaladas na Figura 5 são também explicadas através de questões-chave a seguir assinaladas.

Quadro 12: Quatro fases de validação – principais questões

Identificação	Documentação	Avaliação	Certificação
<p>Que procedimentos e ferramentas?</p> <p>Mistura de abordagens de identificação normalizadas e baseadas no diálogo?</p> <p>Como é incluída a orientação e o aconselhamento?</p>	<p>Que critérios são utilizados para a admissão de provas no processo?</p> <p>Que formatos são utilizados para documentar a aprendizagem não formal e informal?</p> <p>Os formatos de documentação suportam a transferência e portabilidade dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridas?</p>	<p>As ferramentas de avaliação estão adaptadas às necessidades e características do indivíduo?</p> <p>Que ponto de referência (padrão) está a ser utilizado e quão adequado é este para capturar variações individuais caracterizando a aprendizagem não formal e informal</p> <p>As condições de avaliação foram claramente definidas e comunicadas em termos de procedimentos, instrumentos e normas de avaliação (aos candidatos; aos empregadores e instituições de ensino)?</p>	<p>Certificação – ligada aos sistemas nacionais de qualificações?</p> <p>Credibilidade órgão de adjudicação?</p> <p>Os certificados especificam a qualificação (idêntica aos certificados de aprendizagem formal?)</p> <p>Os resultados da validação (documentos, carteiras, certificados, etc.) podem ser trocados em educação posterior, emprego?</p>

Fonte: Adaptado das *Orientações Europeias para validação da aprendizagem não formal e informal*, Cedefop 2015.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como individual ou como uma discussão em grupo.

1. Considera que as quatro fases das orientações europeias constituem um quadro claro para um país basear a aplicação do reconhecimento da aprendizagem prévia?
2. Que perguntas pode acrescentar a cada uma das quatro fases?

11.2 Abordagem ao reconhecimento da aprendizagem prévia

A orientação 10 explica que há uma série de abordagens e modelos de RPL em todos os países. Alguns países constroem processos e estruturas separadas para reconhecimento, enquanto outros fundiram os processos no âmbito dos processos de avaliação de todos os alunos (independentemente da forma como a aprendizagem foi adquirida). Alguns países limitam ou colocam limites em torno do acesso à RPL (dentro ou em todos os sectores), enquanto outros consideram que não deve haver limitações ou limites em torno da RPL dentro ou em todos os sectores.

O webinar de aprendizagem por pares da ACQF na RPL em 18 de Fevereiro de 2022¹⁰ realizou uma pesquisa sobre o reconhecimento da aprendizagem prévia indicando que para países dentro de África, a maioria dos sistemas incluíam o acesso ao RPL para todas as qualificações no NQF ou estavam principalmente a ser implementados no sector TVET. Um pequeno número de países indicou que apenas uma qualificação parcial poderia ser alcançada através da RPL.

O quadro a seguir apresenta um resumo de alguns países selecionados, em termos da base para a RPL e para o modelo geral tomado.

Quadro 13: Abordagens e modelos de RPL

País	Base	Modelo
Cabo Verde	A Lei (Decreto-Lei 54/2014, de 22 de Setembro - prevê o reconhecimento, validação e certificação da competência como direito para todos os cidadãos. Fonte: Castel-Branco 2022	A lei define o processo em mais de 3 frases: informação e orientação, reconhecimento e validação de competências, certificação de competências.
Maurícias	Lei da Autoridade de Qualificações da Maurícias de 2001 – exige que a autoridade reconheça e valide competências Fonte: Castel-Branco 2022	A RPL considera o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal, bem como a aprendizagem formal (acreditada). Reconhecimento das Directrizes de Aprendizagem Prévia (2016) delinea a fundamentação, as fases, o processo de

¹⁰ <https://acqf.africa/capacity-development-programme/webinars/13th-peer-learning-webinar-focus-on-recognition-of-prior-learning>

País	Base	Modelo
		recurso e a garantia de qualidade da RPL. As fases incluem: pré-candidatura, nova triagem, facilitação, avaliação
Marrocos	<i>Visão Estratégica 2030 para uma Escola de Qualidade e Promoção de Capitais</i> Próprios para um sistema abrangente para a RPL.	O processo inclui: informação e aconselhamento, admissibilidade, certificação de anúncios de acompanhamento. A qualificação atribuída como resultado do processo de RPL não tem o mesmo valor e a sua posição como qualificações de percursos formais de TVET.
Moçambique	Decreto n.º 58/2021, de 17 de Agosto de 2021, que o novo Sistema de Reconhecimento de competências adquiridas recebeu estatuto jurídico e apoiado por um regulamento (Regulamento SRCA foi publicado no Boletim da República em 16/12/2021). Fonte: Castel-Branco 2022	O Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (QNQP) valida e certifica a aprendizagem fora dos prestadores de formação e permite o acesso à formação formal. Os candidatos devem ter 18 anos ou mais e ter pelo menos 3 anos de experiência profissional comprovada na área relevante. As avaliações são efectuadas pelos centros aprovados para o fazer.
Seychelles	A Autoridade de Qualificações das Seychelles (SQA) adoptou em 2017 uma revised Política Nacional da RPL e Directrizes Nacionais da RPL A política fornece uma orientação política abrangente. As orientações esboçam para todas as organizações e pessoas envolvidas no processo RPL o desenvolvimento de um modelo, implementação e RPL de RPL.	As orientações constataam que o resultado deve ser valorizado ao mesmo nível dos resultados obtidos através da aprendizagem formal, não há limite para o nível de realização, por exemplo, todas as qualificações. Fases: iniciação, candidatura, nomeação de um coordenador de RPL (registado no SQA), reunião, desenvolvimento de carteira, submissão, identificação de componentes de qualificações, pré-rastreo de carteira, avaliação de carteira, identificação do provedor de RPL e matriz de transferência de crédito fornecida, prestador realiza uma avaliação de RPL utilizando 2 a 4 avaliadores selecionados (utilizando uma série de metodologias), certificação. As avaliações de RPL são internamente moderadas e verificadas externamente.


País	Base	Modelo
África do Sul	<p>Política,</p> <p>https://www.saga.org.za/documents/policies-and-criteria/national-policy-and-criteria-implementation-rpl-amended-march-2019</p> <p>A política descreve os papéis e responsabilidades de diferentes intervenientes no sistema, incluindo: SAQA, Conselhos de Qualidade, instituições de educação e formação, organismos profissionais, empregadores, profissionais de RPL e candidatos a RPL.</p>	<p>Avaliação para acesso e admissão, reconhecimento e certificação, ou aprendizagem posterior.</p> <p>Tem um fluxo de efeito para outras abordagens de sub-quadros.</p> <p>Ênfase na paridade de valor/igualdade de resultados (excepto a necessária para a análise de dados)</p> <p>Os dados são recolhidos sobre a taxa de RPL</p>
TVET da Austrália	<p>Normas de qualidade na lei (qualificação e prestador)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificações nacionais, https://www.dese.gov.au/aisc/trainin-g-packages • Qualificações de prestador, https://www.legislation.gov.au/Details/F2021L00269 • https://www.legislation.gov.au/Series/F2014L01377 	<p>Avaliação de um indivíduo contra normas definidas individuais. A certificação ocorre a nível de unidade ou nível de qualificação individual (se possível).</p> <p>O desenho da qualificação não pode limitar caminhos específicos.</p> <p>Os fornecedores devem oferecer RPL aos candidatos. A transferência de crédito (de aprendizagem formal) é obrigatória para as unidades nacionais de competência previamente conseguidas.</p> <p>Os dados são recolhidos sobre a taxa de RPL e transferência de crédito.</p>
França	<p>Várias leis foram implementadas, tais como:</p> <p><i>A lei de Modernização Social</i> de 2002 estabeleceu a validação dos resultados da aprendizagem experiencial (VAE) como um direito para cada cidadão.</p> <p>Lei de 2014 sobre educação e formação profissional, tornando a RPL acessível abaixo do nível 3.</p> <p>A legislação laboral de 2016 exige apenas um ano de experiência para procurar RPL (havia um limite de 3 anos), e não há limite de tempo para manter as componentes avaliadas sem atingir a qualificação completa (havia um limite de 5 anos).</p>	<p>A avaliação contra as normas pode resultar numa qualificação completa. Houve uma mudança de foco do processo para uma avaliação.</p> <p>Os dados são recolhidos sobre a taxa de RPL</p>

País	Base	Modelo
	<p>A reforma do TVET de 2018 confirma o bloco de competências, horas de experiência de trabalho e contas de mentoria no local em limitação de 1 ano.</p> <p>Legislação laboral de 2018 sobre a liberdade de escolha do futuro profissional exige qualificações para permitir validação de competências adquiridas</p> <p>Fontes: Werquin 2021, França actualizada relatório de referência à EQF (n.d.), https://europa.eu/europass/en/reports-referencing-national-qualifications-frameworks-efq</p>	

As várias abordagens ao RPL indicam que existem variações especialmente em termos de:

- Âmbito de RPL, por exemplo, nãoformal, informal e formal
- Acessibilidade (ou limitações) à RPL
- Comparabilidade da estima do resultado.

O site da ACQF inclui um relatório: "O reconhecimento da aprendizagem prévia dá-nos asas" (<https://acqf.africa/resources/recognition-of-prior-learning/recognition-of-prior-learning-gives-us-wings>) que aborda a forma como a RPL é implementada em 10 países africanos. A seguinte actividade diz respeito a este relatório.

 Actividade			
<p>Esta actividade pode ser realizada como um indivíduo ou como um grupo.</p> <p>Leia o relatório, o reconhecimento da aprendizagem prévia dá-nos asas, que podem ser originárias no seguinte weblink (https://acqf.africa/resources/recognition-of-prior-learning/recognition-of-prior-learning-gives-us-wings).</p> <p>1. Selecione dois estudos de caso do país da lista abaixo da Quadro. Reveja os estudos de caso e resumir (muito brevemente) as informações-chave em relação à RPL.</p>			
País	Aplicação sectorial	Limitações de quem pode candidatar-se	Quem pode prestar serviços em RPL
Cabo Verde			
Quénia			
Maurícias			

11.3 Barreiras e fatores de suporte à implementação do reconhecimento da aprendizagem prévia

A orientação 10 fornece a partir da investigação uma lista de barreiras e facilitadores para implementar o reconhecimento da aprendizagem prévia.

O webinar de aprendizagem por pares da ACQF na RPL em 18 de Fevereiro de 2022¹¹ realizou uma sondagem sobre a implementação do reconhecimento da aprendizagem prévia:

- Os participantes observaram que as principais barreiras ou desafios para a implementação do RPL foram: falta de profissionais de RPL formados, falta de orientação e informação para o público, falta de centros/prestadores de RPL, RPL não é uma componente forte do sistema de educação e formação, e falta de recursos financeiros.
- Os participantes observaram os fatores que facilitam e favorecem a implementação do RPL incluídos: mudança de mentalidade reconhecendo que todas as formas de aprendizagem têm valor, necessidade de uma grande campanha de informação de RPL e envolvimento dos empregadores. Outros fatores de suporte mencionados: um NQF, recursos financeiros e legislação de apoio.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como um indivíduo ou como uma discussão em grupo.

1. Quais são as três principais barreiras à implementação de RPL no seu país?
2. Quais os três fatores de suporte para a implementação de RPL no seu país?

11.4 Estratégias de apoio ao reconhecimento do processo de aprendizagem prévia

A orientação 10 indica que o reconhecimento da aprendizagem prévia é simultaneamente um processo e uma avaliação.

Como processo, pode ser visto como diferentes etapas ou fases, sendo a avaliação e certificação o ponto final. As etapas ou fases anteriores a estas últimas fases têm a ver com informar e apoiar o candidato através do processo e da organização de provas.

11.4.1 Supporting the applicant Apoio ao candidato

Considerando a fase de 4 etapas na Figura 5, o processo inclui tanto a sensibilização como a informação e também o aconselhamento e facilitação. Estas duas fases podem abranger os seguintes passos:

1. Preparação do candidato
2. Facilitar a autoavaliação do candidato
3. Identificar provas relevantes que sejam atuais (ou do passado recente) e possam ser autenticadas.

O candidato deve ser considerado no centro do processo e a **preparação do candidato**

¹¹ <https://acqf.africa/capacity-development-programme/webinars/13th-peer-learning-webinar-focus-on-recognition-of-prior-learning>

é fundamental para o êxito do envolvimento do candidato. A preparação do candidato incluiria a **prestação de informações** ao candidato sobre:

- O que é RPL
- O processo inclui: como ocorre, como é que os elementos de prova devem ser avaliados, o que se espera do requerente, que apoio está disponível, as normas contra as quais serão avaliados, como entrar no processo
- O resultado e a paridade de valor nas decisões.

A forma como os candidatos recebem esta informação variará em função do nível de conhecimento dos candidatos do processo, da sua confiança em entrar no processo, da forma como lidam bem com a informação escrita e de preparação e do apoio que poderão necessitar.

No que se faz da preparação de um candidato, é frequentemente efetuada uma **autoavaliação**. Uma autoavaliação permite ao candidato determinar se tem um forte argumento para se candidatar ao reconhecimento e também identificar os componentes (por exemplo, competências ou matérias) a que devem candidatar-se. Uma autoavaliação tem de ser capaz de identificar a força da experiência do indivíduo e também de provas potenciais, mas não deve colocar demasiados obstáculos para impedir o processo. Uma autoavaliação também pode identificar lacunas na experiência e/ou na evidência.

A autoavaliação é o passo preparatório para **identificar provas relevantes**. Um processo de RPL geralmente pressupõe que os candidatos terão gerado provas antes do início do processo. Os candidatos podem precisar de assistência para identificar provas relevantes que sejam atuais (ou no passado recente) e possam ser autenticados. Os processos de validação podem incluir:

- Carteira de provas e uma entrevista para procurar esclarecimentos e verificar conhecimentos e compreensão, conforme pode ser usado para verificar autenticidade
- Desafie avaliações para colmatar eventuais lacunas identificadas, por exemplo, tarefas especificamente concebidas para gerar provas que possam incluir entrevista, demonstração e desenvolvimento de produtos

A preparação do requerente para as várias estratégias para recolher provas tornar-se-á um aspeto crítico do processo de apoio.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como individual ou como uma discussão em grupo.

A política da SAQA relacionada com a RPL¹² faz ligações com os diferentes intervenientes na validação de processos de aprendizagem não formais e informais. Descreve os papéis e responsabilidades dos diferentes intervenientes, incluindo: SAQA, Conselhos de Qualidade, instituições de educação e formação, organismos profissionais, empregadores, profissionais de RPL e candidatos a RPL.

As seguintes questões podem ser respondidas a partir de diferentes contextos, tais como: a nível de garantia de qualidade ou de qualificações, a nível de prestadores, a nível de associação profissional ou a nível do empregador. Antes de responder ou discutir as questões, especifique claramente a que contexto a resposta se refere.

¹² <https://www.saga.org.za/documents/policies-and-criteria/national-policy-and-criteria-implementation-rpl-amended-march-2019>



Perguntas reflexivas

3. No âmbito da organização, que estratégias poderiam ser implementadas para informar os potenciais candidatos da validação da aprendizagem não formal e informal?
4. No âmbito da organização, que estratégias de apoio poderiam ser implementadas para ajudar os candidatos no processo?

11.4.2 Priorizar estratégias de apoio

Várias estratégias de apoio poderiam ser implementadas pela entidade que realiza processos de RPL. Tal suporte poderia incluir:

- Sessão de briefing ou reunião para informar o potencial candidato da RPL
- Assistência com autoavaliação
- Fornecer a uma pessoa de contacto para responder a perguntas enquanto o candidato prepara provas
- Ajudar o candidato a compreender as normas (por exemplo, competências)
- Fornecer aos candidatos exemplos de provas
- Permitir que mentores ou pessoas de apoio participem na aplicação, recolha de provas e processo de avaliação
- Suporte à linguagem, à alfabetização e à incapacidade.



Perguntas reflexivas

As questões reflexivas podem ser levadas a cabo como individual ou como uma discussão em grupo.

1. Dada a lista acima, como um potencial candidato à RPL, qual a forma de apoio que mais gostaria de ter ?
2. Quais seriam os prós e os contras do envolvimento de mentores ou pessoas de apoio no processo de avaliação?

12 Sumário

Um NQF como instrumento político não funciona isoladamente, mas faz parte de um ecossistema mais amplo, o sistema de qualificações. Está intrinsecamente ligada às suas disposições de garantia de qualidade e a uma série de estruturas associadas (por exemplo, registos) e estratégias, exemplo RPL.

Os quadros de qualificações têm a capacidade de ser transformadores, independentemente de terem no seu cerne:

- Acessibilidade para todos os cidadãos
- Reconhecimento formal independentemente de como ou onde a aprendizagem foi obtida; aprendizagem formal, não formal e informal
- Transparência dos resultados da aprendizagem, bem como dos acordos de garantia de qualidade
- Relevância para as necessidades do país e dos cidadãos; não apenas limitado às necessidades laborais, mas relevante para as necessidades sociais e comunitárias mais amplas
- Acordos de garantia de qualidade para que as qualificações sejam reconhecidas e aceites como reflexo preciso do que um indivíduo sabe, compreende e pode fazer.

Os NQFs como instrumento político é apenas um dos muitos que os decisores políticos terão de utilizar numa resposta coerente dentro do sistema de qualificações do país.

13 Glossário

Quadro Africano de Qualificações Continentais: A ACQF é uma iniciativa política da União Africana e o seu processo de desenvolvimento está em curso (2019-2022). A visão actual para o ACQF é: aumentar a comparabilidade, a qualidade e a transparência das qualificações de todos os subsectoriais e níveis de educação e formação; Facilitar o reconhecimento de diplomas e certificados; Trabalhar em cooperação e complementaridade com quadros de qualificações nacionais e regionais; promover a cooperação e o alinhamento entre quadros de qualificações (nacionais e regionais) em África e em todo o mundo.
Fonte: ACQF Thematic Brief 1 2021^a

Ensino básico: Educação e formação que se realizam nas escolas do ensino básico e secundário, bem como nos centros de educação e formação de adultos. Também conhecido como educação geral.
Fonte: ACQF Thematic Brief 1 2021a, adaptado a partir de SAQA NQFPedia 2017

Domínio da autonomia e da responsabilidade: o contexto em que os conhecimentos e competências são aplicados de forma autónoma e responsável; este domínio de aprendizagem refere-se à quantidade de independência necessária para resolver problemas e completar tarefas, incluindo a tomada de decisões e a responsabilidade por si e pelos outros.

**Nova orientação do descritor de nível*

Competência: A capacidade comprovada de utilizar conhecimentos, competências e capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações de trabalho ou estudo e no desenvolvimento profissional e pessoal.

Fonte: Recomendação do Conselho de 22 de Maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações.
[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

O crédito significa a confirmação de que uma parte de uma qualificação, constituída por um conjunto coerente de resultados de aprendizagem, foi avaliada e validada por uma autoridade competente, de acordo com uma norma acordada; o crédito é concedido pelas autoridades competentes quando o indivíduo tiver alcançado os resultados definidos da aprendizagem, evidenciado por avaliações adequadas e que pode ser expresso num valor quantitativo (por exemplo, créditos ou pontos de crédito) que demonstre a carga de trabalho estimada de que um indivíduo normalmente necessita para alcançar resultados de aprendizagem relacionados.

Fonte: Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações .
[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

Sistemas de crédito significam ferramenta de transparência para facilitar o reconhecimento do crédito. Estes sistemas podem incluir, entre outras coisas, equivalências, isenções, unidades/módulos que podem ser acumulados e transferidos, a autonomia dos prestadores que podem individualizar percursos e a validação de aprendizagem não formal e informal.

Fonte: Recomendação do Conselho de 22 de Maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações .
[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

Transferência de crédito significa o processo de permitir que indivíduos que tenham acumulado crédito num contexto o tenham valorizado e reconhecido noutra contexto.

Fonte: Recomendação do Conselho de 22 de Maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações.
[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

Domínio significa uma categoria de aprendizagem. Pode ser estruturado em sub-domínios.

** Nova orientação de descritor de nível*

Aprendizagem formal: Aprendizagem que ocorre num ambiente organizado e estruturado (numa instituição de ensino ou formação ou no trabalho) e é explicitamente designada como aprendizagem (em termos de objectivos, tempo ou recursos). A aprendizagem formal é intencional do ponto de vista do aluno. Normalmente leva à validação e certificação.

Fonte: Cedefop Glossário 2014

Ensino geral (ensino primário e secundário): Ver ensino básico.

Ensino superior:

- Todos os programas de estudo, ou conjuntos de cursos de estudo, formação ou formação para investigação a nível pós-secundário que sejam reconhecidos pelas autoridades competentes de um Estado Parte como pertencentes ao seu sistema de ensino superior.

Convenção addis,

- Ensino superior que seja de nível académico superior ao ensino secundário, normalmente requer um nível mínimo de admissão e uma conclusão bem sucedida do ensino secundário.

Resumo temático 1

Aprendizagem informal: Aprendizagem resultante de actividades diárias relacionadas com trabalho, família ou lazer. Não é organizada nem estruturada em termos de objetivos, tempo ou apoio à aprendizagem. A aprendizagem informal na maioria dos casos não é intencional do ponto de vista do aluno. Normalmente não leva à certificação.

Fonte: Cedefop Glossário 2014

Domínio do conhecimento significa os vários tipos de conhecimentos, tais como factos, princípios, teorias e práticas; conhecimento pode ser teórico ou factual.

**Nova orientação do descritor de nível*

Resultados da aprendizagem: Declarações do que um aluno sabe, compreende e é capaz de fazer após a conclusão de um processo de aprendizagem, que são definidos em termos de conhecimento, competências e competência.

Fonte: Conselho da União Europeia (2017)

Nível: Uma das séries de níveis de realização de aprendizagem segundo os quais é organizado um NQF ou RQF. Os níveis são tipicamente organizados em ordem ascendente, do mais baixo ao mais alto, dependendo do número de níveis no NQF ou RQF.

**NOVA Orientação de referência*

Descritor de nível: Uma declaração que descreve o resultado da aprendizagem a um nível específico do Quadro Nacional de Qualificações (NQF) que fornece uma indicação ampla dos tipos de resultados de aprendizagem que são adequados a uma qualificação a esse nível.

Fonte: Ajustado a partir de SAQA NQFPedia 2017

Aprendizagem ao longo da vida: Toda a actividade de aprendizagem realizada ao longo da vida, o que resulta na melhoria do conhecimento, know-how, competências, habilidades e/ou qualificações por razões pessoais, sociais e/ou profissionais.

Fonte: Cedefop Glossário 2014

Quadro Nacional de Qualificações: Uma política e instrumento para o desenvolvimento e classificação das qualificações de acordo com um conjunto de critérios para determinados níveis de aprendizagem alcançados, que visa integrar e coordenar os subsistemas nacionais de qualificações e melhorar a transparência, o acesso, a progressão e a qualidade das qualificações em relação ao mercado de trabalho e à sociedade civil.

Fonte: Recomendação do Conselho de 22 de Maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações.

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

Sistema Nacional de Qualificações: Isto inclui todos os aspectos da actividade de um país que resultam no reconhecimento da aprendizagem. Estes sistemas incluem os meios de desenvolver e operacionalizar a política nacional ou regional em matéria de qualificações, disposições institucionais, processos de QA, processos de avaliação e adjudicação, reconhecimento de competências e outros mecanismos que liguem a educação e a formação ao mercado de trabalho e à sociedade civil. Os sistemas de qualificações podem ser mais ou menos integrados e coerentes. Uma característica de um sistema de qualificações pode ser um quadro explícito de qualificações.

Fonte: OCDE 2006

Aprendizagem não formal: Aprendizagem que está incorporada em actividades planeadas não explicitamente designadas como aprendizagem (em termos de objetivos de aprendizagem, tempo de aprendizagem ou apoio à aprendizagem). A aprendizagem não formal é intencional do ponto de vista do aluno.

Fonte: Cedefop Glossário 2014

Qualificação: Um resultado formal de um processo de avaliação e validação obtido quando uma autoridade competente determina que um indivíduo obteve resultados de aprendizagem para determinadas normas.

Fonte: Conselho da União Europeia (2017)

Entende-se por uma combinação planeada de resultados de aprendizagem com metas ou finalidade definida, destinada a proporcionar aos alunos qualificados competências aplicadas e uma base para uma aprendizagem mais aprofundada e que tenha sido avaliada em termos de resultados do nível de saída, registadas no NQF e certificadas e concedidas por um organismo reconhecido.

Fonte: SAQA NQFPedia 2017

Quadros de qualificações: Sistemas de classificação, registo, publicação e articulação de qualificações garantidas de qualidade.

Fonte: Convenção addis, UNESCO 2014

Garantia da qualidade: Processos e procedimentos para garantir que as qualificações, a avaliação e a entrega do programa satisfaçam determinadas normas.

Fonte: Tuck 2007

Reconhecimento de qualificações estrangeiras: Reconhecimento formal por autoridade competente de uma parte do valor de uma qualificação de ensino estrangeiro ou de uma formação validada.

Fonte: Convenção addis, UNESCO 2014

Referência: Uma metodologia utilizada para comparar os quadros de qualificações nacionais/níveis de qualificações com um quadro abrangente. Através de um processo de referenciação estruturado, um organismo nacional multi-partes interessadas de referências de peritos (define e estabelece a relação/ligação) os níveis de NQF/NQS e os níveis e garantia de qualidade de um Quadro Regional de Qualificações. (DEFINIÇÃO EM DISCUSSÃO)

**NOVA Orientação de referência*

Quadro regional de qualificações: Uma ampla estrutura de níveis de resultados de aprendizagem que é acordada pelos países de uma região geográfica. Um meio de permitir que um quadro nacional de qualificações se relacione com outro e, posteriormente, para que uma qualificação num país seja comparada com uma qualificação de outro país.

Fonte: Quadro de Referência de Qualificações da ASEAN 2015

Domínio "Competências": "Competências" significa a capacidade de aplicar conhecimento e utilizar o know-how para completar tarefas e resolver problemas. As competências são descritas como cognitivas (envolvendo o uso de pensamento lógico, intuitivo e criativo) ou prática (envolvendo destreza manual e uso de métodos, materiais, ferramentas e instrumentos).

Resumo temático 1

Partes interessadas: Pessoa ou organização com interesse ou preocupação em algo. No ensino e formação profissional, as partes interessadas incluem governo, fornecedores de formação, indústria, clientes e comunidade.

Fonte: TESDA Filipinas,

<https://www.tesda.gov.ph/uploads/File/RelatedTvetInfo/The%20TVET%20Glossary%20of%20Terms,%204th%20Edition.pdf>

Sub-domínio: uma subcategoria de qualquer domínio de aprendizagem.

**Nova orientação do descritor de nível*

O ensino e formação profissionais técnicas (TVET): O TVET, no âmbito da aprendizagem ao longo da vida, pode realizar-se a nível secundário, pós-secundário e terciário e inclui a aprendizagem baseada no trabalho e a formação contínua e o desenvolvimento profissional, o que pode levar a qualificações. O TVET também inclui um vasto leque de oportunidades de desenvolvimento de competências sintonizadas com contextos nacionais e locais. Aprender a estudar, o desenvolvimento de competências de alfabetização e numeracia, competências transversais e competências de cidadania são componentes integrais do TVET.

Fonte: AQCF Thematic Brief 1 2021a, fonte original, UNESCO 2015

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234137>

Validação da aprendizagem não formal e informal: o processo de confirmação por uma autoridade competente de que um indivíduo adquiriu resultados de aprendizagem adquiridos em contextos de aprendizagem não formais e informais medidos contra uma norma pertinente e consiste nas seguintes quatro fases distintas:

- identificação através do diálogo de experiências particulares de um indivíduo,
- documentação para tornar visíveis as experiências do indivíduo,
- uma avaliação formal dessas experiências, e
- certificação dos resultados da avaliação que podem conduzir a uma qualificação parcial ou completa.

Também conhecido como reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL), é a confirmação por uma autoridade competente de que os resultados da aprendizagem, que um indivíduo adquiriu em contextos de aprendizagem não formais e informais, foi medido contra uma norma relevante.

Fonte: AQCF Thematic Brief 1 2021a, adaptado da Recomendação EQF 2017

14 Orientação para formadores e alunos

No final deste Módulo de Formação, o aluno poderá:

1. Identificar de que forma um NQF e a sua garantia de qualidade estão ligados num sistema de qualificações
2. Identificar e compreender as estruturas-chave de um NQF
3. Analisar um NQF pela sua lógica e coerência
4. Comparar diferentes disposições de governação de um NQF
5. Identificar as principais abordagens de garantia da qualidade à formulação e aprovação das qualificações e a disponibilização de qualificações através de prestadores de educação e formação
6. Identificar estratégias de implementação para reduzir os obstáculos ao reconhecimento da aprendizagem prévia.

São fornecidas orientações aos formadores e alunos em termos das exigências do programa de aprendizagem.

Área de orientação	Notas
Pré-requisito recomendado	<p>Não há pré-requisitos para realizar este Módulo de Formação. Todavia, dada a natureza técnica do material, os alunos devem ter o seguinte pano de fundo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Conhecimento geral e compreensão dos quadros de qualificações e qualificações- Conhecimento geral e compreensão da garantia da qualidade no que diz respeito a um sistema de qualificações- Experiência prática (por exemplo, em organizações que lidam com NQFs, qualificações).
Tempo nocional para completar o módulo	<p>O Módulo de Formação abrange um vasto leque de informações técnicas relativas ao quadro de qualificações e conhecimentos com uma série de questões e actividades reflexivas.</p> <p>Prevê-se que, se este Módulo de Formação é empreendido individualmente ou em grupo, deverá levar aproximadamente 16 horas de aprendizagem e 8 horas de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Leitura: 4 horas- Interação com formador(a): 16 horas- Avaliação: 8 horas. <p>A pré-leitura incluiria a Orientação 10.</p>
Materiais	<p>Não são necessários materiais específicos ou ligações associadas durante o módulo de aprendizagem. A necessidade de aceder a ligações externas associadas limita-se a:</p> <p>Pergunta reflexiva relacionada com a RPL, o reconhecimento da aprendizagem prévia dá-nos asas. (https://acqf.africa/resources/recognition-of-prior-learning/recognition-of-prior-learning-gives-us-wings).</p> <p>A avaliação #1 requer que o aluno aceda a um documento NQF de um país à sua escolha.</p> <p>A avaliação #2 requer que o aluno mapeia as modalidades de garantia da qualidade nos sistemas de qualificações, em todos os sectores, para o NQF escolhido na Avaliação # 1.</p>

Área de orientação	Notas
Organização	<p>Se for entregue dentro de um grande grupo, sugere-se que agrupamentos mais pequenos sejam restritos a cerca de 4 a 6 pessoas para incentivar a participação de cada membro. Sugere-se que cada pequeno grupo, para cada tarefa, atribua um anotador e um orador. As opiniões devem ser partilhadas em todos os grupos com o objectivo de suscitar mais discussões e revelações.</p>
Avaliação	<p>As avaliações podem ser efectuadas como individual ou em grupo.</p> <p>Se o Programa de Formação se tornar parte de uma componente acreditada de uma qualificação (por exemplo, módulo, disciplina), as avaliações terão de ser ajustadas para garantir que o desempenho individual possa ser demonstrado.</p> <p>Não são necessários recursos específicos, excepto os incluídos na Avaliação # 1 e # 2, que requerem acesso a informações relativas a um NQF e aos seus acordos de garantia de qualidade associados.</p>

15 Avaliação

Abordagem à avaliação

As avaliações foram desenvolvidas para permitir que um indivíduo ou um grupo complete as tarefas. Há três avaliações centradas em:

1. Coerência e lógica do NQF
2. Ligações NQF à garantia da qualidade
3. Consideração das fases de reconhecimento da aprendizagem prévia, com base num estudo de caso.

As tarefas de avaliação 1 e 2 exigem o acesso individual ou em grupo a um NQF que conheçam e também as suas disposições associadas de garantia da qualidade dentro e em todos os sectores da educação e formação.

Avaliação #1: Coerência e lógica do NQF

A seguinte avaliação pode ser concluída como um indivíduo ou como um grupo.

Selecione um documento de política NQF à sua escolha. Escreva um relatório, como se fosse à autoridade responsável, fornecendo uma crítica ao documento político e sugestões para melhorar ou sugerir áreas para que isso exija uma maior consideração

1. Analisar criticamente o documento e em relação às seguintes questões. As perguntas não são exaustivas, mas visam orientar a sua resposta. Sugere-se que para cada área de interesse,
2. Depois de analisar o documento de política do NQF, forneça sugestões para melhorar ou sugerir áreas que exijam uma análise mais aprofundada. Justifique a sua resposta.

O quadro que se segue descreve algumas áreas-chave a que o seu relatório terá de abordar. No entanto, a lista de áreas-chave depende do que está incluído no documento de política do NQF, pelo que a lista é indicativa bastante exaustiva.

Área	Perguntas
Âmbito de aplicação	Qual é o âmbito do NQF? A informação é consistente em todo o documento?
Objectivos	Quais são os propósitos ou objectivos do NQF? São consistentes com o âmbito do NQF?
Descritores de nível	Os descritores de nível são genéricos ou específicos de um tipo de qualificação? Os domínios são separados ou misturados? Existe uma lógica vertical e horizontal?
Volume da medida de aprendizagem	Que volume de medida de aprendizagem é utilizado? Se for atribuído um valor de crédito: <ul style="list-style-type: none">• A definição está clara? É dirigido e não direccionado (ou termos semelhantes) bem definidos.

Área	Perguntas
	<ul style="list-style-type: none"> Para que é utilizada a medida de volume? Consistência da construção de qualificações e/ou de um sistema de crédito e acumulação? O propósito está claro?
Descritores de tipo de qualificação	Os tipos de qualificação são atribuídos a um nível no NQF? Existe um descritor de mapas/Quadros e/ou texto? Existe alinhamento com outros aspectos do NQF? Existem inscrições no mapa/Quadro que não são tipos de qualificação, mas sim uma fase no sistema de educação e formação mais amplo?
Coerência	Existe uma coerência abrangente? Todas as estruturas se ligam.
Promoção de outras estratégias	Como é que o NQF promove outras estratégias, como a aprendizagem ao longo da vida, o reconhecimento da aprendizagem prévia? Estes conceitos estão claramente explicados? A informação que o acompanha e os diagramas apoiam a intenção das estratégias?

Comprimento da palavra: O comprimento da palavra sugerido é de 2000 palavras.

Avaliação #2: Ligações à garantia de qualidade

A seguinte avaliação pode ser concluída como um indivíduo ou como um grupo.

Para o NQF seleccionado na Avaliação # 1, considere os acordos de garantia de qualidade para dois sectores, por exemplo, TVET e ensino superior.

Escreva um relatório para uma audiência internacional, explicando os acordos de garantia de qualidade para os dois sectores. Sugere-se que os dois sectores sejam tratados separadamente e que haja alguma análise de eventuais variações.

O quadro que se segue descreve algumas áreas-chave a que o seu relatório terá de abordar. No entanto, a lista de áreas-chave depende do que está incluído no sistema de qualificações, pelo que a lista é indicativa bastante exhaustiva.

Área	Perguntas
NQF	Quem é o responsável pelo NQF? Qual é a base jurídica do NQF e/ou da autoridade? Como é reconhecido o envolvimento das partes interessadas na governação do NQF?
Organismo responsável pela garantia da qualidade	Quem é o responsável pela garantia de qualidade no sector? Qual é a sua missão legal? Como é que a agência (ou agências) inclui as partes interessadas na governação da agência ou no sistema de qualificações?
Garantia da formulação e desenvolvimento das qualificações	Existe um processo transparente de qualidade que assegura a formulação e o desenvolvimento das qualificações, por exemplo, normas de qualidade, orientações, critérios? Como são aprovadas as qualificações? Existe um processo de controlo da eficácia das

Área	Perguntas
	qualificações, por exemplo, continuar a satisfazer uma necessidade identificada? Como é que as partes interessadas, por exemplo, associações profissionais, estão incluídas nos processos de garantia da qualidade?
Garantia dos prestadores	Existe um processo transparente para assegurar a qualidade dos prestadores, por exemplo, normas de qualidade, orientações, critérios? Como são aprovados os fornecedores? Como são monitorizados os fornecedores? Os relatórios das atividades de monitorização são tornados públicos? Tendo em conta os resultados das atividades de monitorização, serão aplicadas sanções, condições e recompensas?
Garantia da prestação de programas que conduzam a uma qualificação	Existe um processo transparente de qualidade que assegura a disponibilização de programas que conduzam a uma qualificação, por exemplo, normas de qualidade, orientações, critérios? Como é que os fornecedores são aprovados para entregar um programado que conduz a uma qualificação? Como é monitorizada a provisão do fornecedor? Os relatórios das actividades de monitorização são tornados públicos? Tendo em conta os resultados das actividades de monitorização, serão aplicadas sanções, condições e recompensas?
Garantia de avaliação e certificação	<p>Quem emite documentos de certificação, por exemplo, organismo adjudicante?</p> <p>Como é assegurada a qualidade dos juízos de avaliação, por exemplo, processos de verificação ou moderação?</p> <p>Como é assegurada a qualidade dos documentos de certificação para garantir que fornecem informações e estratégias consistentes para evitar atividades fraudulentas?</p>
Registos	<p>Existem registos públicos para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificações que vão ao encontro do NQF • Os prestadores e os programas que são aprovados para entregar? <p>Quem é o responsável pela manutenção destes registos?</p>
Informação pública (avaliações a nível do sistema, dados)	<p>Os dados sobre a conformidade do fornecedor e/ou desempenho são tornados públicos?</p> <p>São realizadas e tornadas públicas avaliações alargadas do sistema, por exemplo, a aceitação da RPL, a satisfação das partes interessadas?</p>

Comprimento da palavra: O comprimento da palavra sugerido é de 2000 palavras.

Avaliação #3: RPL

A seguinte avaliação pode ser concluída como um indivíduo ou como um grupo.

A RPL é considerada simultaneamente um processo e uma avaliação. Castel-Branco (2022) resume o processo de RPL no diagrama seguinte.

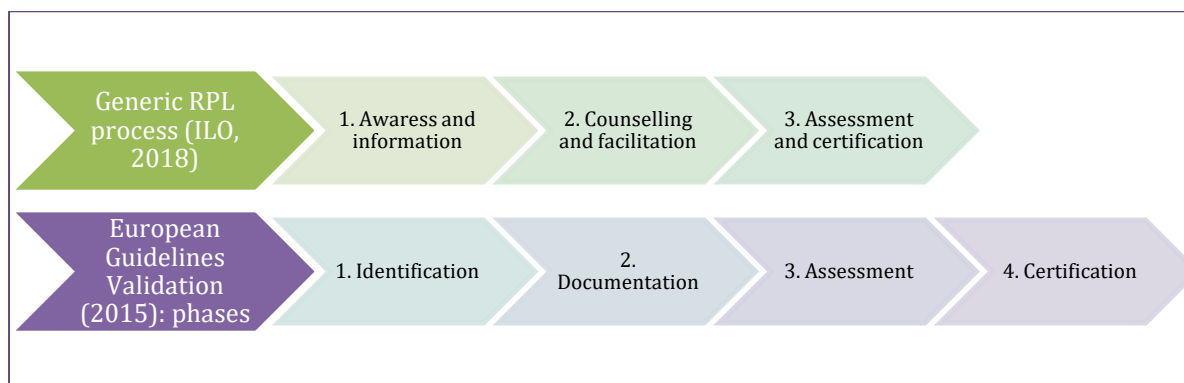



Figura 6: Fases de RPL

Fonte: Castel-Branco 2022 (adaptado da OIT 2018, Cedefop 2015)

O site da ACQF inclui um relatório: "O reconhecimento da aprendizagem prévia dá-nos asas" (<https://acqf.africa/resources/recognition-of-prior-learning/recognition-of-prior-learning-gives-us-wings>) sobre a forma como a RPL é implementada em 10 países africanos.

O anexo 6 inclui um extrato do presente relatório relativo à aplicação da RPL no Quênia.

 **Avaliação**

Esta avaliação pode ser realizada como uma resposta individual ou de grupo.

Leia a visão geral queniana da aplicação da RPL (anexo 6) e responda às seguintes questões.

1. No estudo de caso na secção "Como funciona a RPL?", identificam as várias etapas que se enquadram nas 4 fases do modelo da União Europeia.
2. No âmbito do processo "Como funciona a RPL?", que medidas poderiam ser adicionadas para reforçar a fase de identificação acima referida?
3. A RPL no Quênia é aplicável ao sector básico, ao sector industrial, ao sector TVET e ao sector universitário. Reveja o "Como funciona a RPL?" Considere se os aspectos deste processo identificados "Como funciona a RPL?" Se sim, como é o que poderia ser adaptado?

16 Apêndices

Referências e leitura mais aprofundada

ACQF:

ACQF. 2021a. Programa de Desenvolvimento da Capacidade do ACQF. Resumo temático 1. Conceitos e definições sobre quadros de qualificações e qualificações. Autor: Castel-Branco, E. . <https://acqf.africa/capacity-development-programme/thematic-briefs/acqf-thematic-brief-1-concepts-and-definitions>

ACQF 2021b. Programa de Desenvolvimento da Capacidade do ACQF. Resumo Temático 2. Quadros de Competências. Autor: Castel-Branco, E. . <https://acqf.africa/capacity-development-programme/thematic-briefs/acqf-thematic-brief-2-competences-frameworks>

ACQF. 2021c. Programa de Desenvolvimento da Capacidade do ACQF. Resumo Temático 3.1. Descritores de nível em quadros de qualificações. Visão geral de 24 Quadros africanos de Qualificações. Autor: Castel-Branco, E. . <https://acqf.africa/capacity-development-programme/thematic-briefs/acqf-thematic-brief-3-1-level-descriptors>

ACQF. 2021d. Programa de Desenvolvimento de Capacidades da ACQF. Resumo temático 4.1. Quadros de qualificações regionais (RQF) – 3 estudos de caso: SADCQF, ASEAN QRF, EQF. Autor: Castel-Branco, E. . <https://acqf.africa/capacity-development-programme/thematic-briefs/acqf-thematic-brief-4-1-regional-qualifications-frameworks-rqf>

ACQF. 2021e. Programa de Desenvolvimento da Capacidade do ACQF. Resumo Temático 6.1. Garantia de qualidade para o Ensino Técnico-Profissional e Formação (TVET). Visão geral das abordagens ou das organizações regionais/internacionais. Autor: Castel-Branco, E. . <https://acqf.africa/capacity-development-programme/thematic-briefs/acqf-thematic-brief-6-1-tvet-quality-assurance>

ACQF 2021f. Programa de Desenvolvimento de Capacidades ACQF. Resumo temático 11. Governança e gestão de NQFs. Autor: Mukhwana, E. J. . <https://acqf.africa/capacity-development-programme/thematic-briefs/acqf-thematic-brief-11-governance-of-nqfs-nqs>

ACQF. 2021g. Rumo ao Quadro Africano de Qualificações Continentais – Relatório de mapeamento. Programa de Competências da AU-UE para empregabilidade juvenil – Cooperação Técnica SIFA. Autores: J. Keevy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland, R. Matlala, U. Kyari e T. Sibiyá. <https://acqf.africa/resources/mapping-study/acqf-mapping-report-comprehensive>

ACQF. 2021h. Rumo ao Quadro Africano de Qualificações Continentais – Síntese. Programa de Competências da AU-UE para empregabilidade juvenil – Cooperação Técnica SIFA. Autores: J. Keevy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland e R. Matlala. . <https://acqf.africa/resources/mapping-study/acqf-mapping-report-synthesis>

ACQF. 2021i. Relatório de viabilidade de 2021. Racionalidade, cenários e plano. Autores: E. Castel-Branco. E. Mukhwana et al. <https://acqf.africa/resources/policy-guidelines/feasibility-study>

ACQF. 2022a. Orientação 10: Qualificações e NQFs (ou NQS): Uma visão sistémica. Autor: Bateman. Um

ACQF. 2022b. Programa de Desenvolvimento de Capacidades ACQF. Resumo Temático 8. Quadros Nacionais de Qualificações num mundo em mudança. Autor: Castel-Branco, E. (em breve)

ACQF. 2022c. Programa de Desenvolvimento de Capacidades do ACQF. Resumo Temático 9. Formação baseada em competência. Autor: Castel-Branco, E. (em breve)

ACQF. 2022d. Programa de Desenvolvimento de Capacidades da ACQF. Resumo temático 10. Descritores de nível ACQF – história da jornada de desenvolvimento. Autor: Jaftha, C. (em breve)

Outras fontes:

Normas e Orientações Africanas para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ASG-QA). <https://haqaa2.obsglob.org/african-standards-and-guidelines-for-quality-assurance-in-higher-education-asg-ga/>

União Africana. 2015. Estratégia De Educação Continental para África 2016-2025. https://au.int/sites/default/files/documents/29958-doc-cesa_-_english-v9.pdf

União Africana. 2019. Plano de Ação para a Década Africana para a Formação Técnica, Profissional, Empresarial e Juventude (2019-2028). <https://edu-au.org/resources/category/42-plan-of-action-for-the-african-decade-for-technical-professional-entrepreneurial-training-and-youth-employment>

Anderson, L.W., Krathwohl, D.R., Airasian, P.W., Cruikshank, K.A., Mayer, R.E., Pintrich, P.R., Rath, J. e Wittrock, M.C. 2001. Uma Taxonomia para Aprendizagem, Ensino e Avaliação. Nova Iorque, Addison Wesley Longman.ASEAN (2015).

Bateman, A., Keating, J., Gillis, S., Dyson, C., Burke, G. & Coles, M. (2012) Concept Paper: EAST ASIA SUMMIT Vocational Education and Training Quality Assurance Framework, Volume II. http://www.unevoc.unesco.org/e-forum/120619%20-%20East%20Asia%20Quality%20Assurance%20Framework_final%20concept%20paper_post%20workshop.pdf

Biggs, J. e Collis, K. 1982. Avaliação da Qualidade da Aprendizagem: A Taxonomia SOLO. (Nova Iorque: Imprensa Académica).

Castel-Branco, E. 2022. O reconhecimento da aprendizagem prévia dá-nos asas. Projeto-Quadro de Qualificações Continentais Africanas (ACQF). <https://acqf.africa/resources/recognition-of-prior-learning/recognition-of-prior-learning-gives-us-wings>

Cedefop. 2015. Ensuring the quality of certification in vocational education and training. <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/5551>

O Cedefop. 2013. "Análise e visão geral dos descritores de nível NQF nos países europeus". Papel de trabalho. https://www.cedefop.europa.eu/files/6119_en.pdf

Cedefop 2017. Definição, escrita e aplicação de resultados de aprendizagem: um manual europeu. Luxemburgo: Gabinete de Publicações. <http://dx.doi.org/10.2801/566770>

O Cedefop. 2018. Análise e visão geral dos descritores de nível NQF em países europeus. Trabalho de pesquisa, nº 68. https://www.cedefop.europa.eu/files/5566_en.pdf

O Cedefop. 2010. O desenvolvimento de quadros nacionais de qualificações na Europa. Papel de trabalho nº 8. http://www.cedefop.europa.eu/EN/Files/6108_en.pdf

Conselho da União Europeia. 2020. Recomendação do Conselho de 24 de novembro de 2020 sobre educação e formação profissional (EFP) para competitividade sustentável, equidade social e resiliência 2020/C 417/01. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32020H1202%2801%29>

Conselho da União Europeia 2017. Recomendação do Conselho de 22 de Maio de 2017 sobre o Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida e revogação da recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Abril de 2008 sobre a criação do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Acedido [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)

Departamento de Educação Profissional e Formação de Marrocos, 2020.

<https://www.dfp.gov.ma/publications/330-la-formation-professionnelle-en-chiffres.html>

Dreyfus, H. e Dreyfus, S. (1986). *Mente sobre a máquina: o poder da intuição humana e a perícia na era do computador*. Nova Iorque: Imprensa Livre.

Comissão Europeia. Uma abordagem europeia às micro-credenciais.

<https://education.ec.europa.eu/levels/higher-education/european-approach-to-micro-credentials>

Comissão Europeia 2021, Proposta de Recomendação do Conselho sobre uma abordagem europeia às micro-credenciais para a aprendizagem e empregabilidade ao longo da vida. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021DC0770>

Comissão Europeia, 2022. Nota EQF Grupo Consultivo EQF 58-2 Síntese dos desenvolvimentos nacionais relacionadas com a implementação das Recomendações do Conselho sobre OQF e VNFIL.

Comissão Europeia 2021, Documento de Trabalho do Pessoal da Comissão Acompanhando o documento Proposta de Recomendação do Conselho sobre uma abordagem europeia às micro-credenciais para a aprendizagem e empregabilidade ao longo da vida. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021SC0367&qid=1639417448217>

Normas e orientações europeias para a garantia da qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior. 2015. https://www.enqa.eu/wp-content/uploads/2015/11/ESG_2015.pdf

EQAVET: <https://www.eqavet.eu/>

EQAVET – quality assurance cycle : <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1546&langId=en>

A ETF. 2015. Promoção da garantia da qualidade no ensino e formação profissionais: A abordagem DAEF. <https://www.etf.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/promoting-quality-assurance-vocational-education-and>

A ETF. 2017. Organizar-se para melhores qualificações: Um kit de ferramentas. <https://www.etf.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/getting-organised-better-qualifications-toolkit>

A ETF. 2020. INFORM – Edição 26 – Monitorização da qualidade do ensino e formação profissional nos países parceiros da ETF. <https://www.etf.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/inform-issue-26-monitoring-vocational-education-and>

A ETF. 2021. Nota de Orientação sobre Quadros de Qualificações Regionais. Autor: Andrea Bateman. <https://acqf.africa/resources/library/publications-from-international-sources/etf-orientation-note-on-regional-qualifications-frameworks-2021>

Keevy, J., Mayet, A. e Matlala, R. (2017). *Quadro de Qualificações Regionais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral: Revisão Analítica dos Descritores de Nível*. Relatório elaborado pelos serviços de educação JET para a SADC.

Banco Mundial. 2001. Um quadro para a definição e avaliação das normas profissionais e de formação nos países em desenvolvimento. Série de informação nº 386. Autores: Fretwell, D.H., Lewis, M.V. e Deij, A.

ILO (2016). *Atualizar orientações para o desenvolvimento de Normas de Competência de Modelo Regional*. Organização Internacional do Trabalho. Banguécoque.

Markowitsch, M. e Luomi-Messerer, K. 2007. Desenvolvimento e Interpretação dos Descritores do Quadro Europeu de Qualificações. *European Journal of Vocational Training*, v42 n3-v43 n1 p33-58 2007. https://www.cedefop.europa.eu/files/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/491/42_en_markowitsch.pdf

OCDE 2006. Sistema de qualificação: Pontes para a aprendizagem ao longo da vida. Autores: Coles, M. and Werquin, P. OCDE: Paris.

OCDE, 2021. Qualidade e valor das micro-credenciais no ensino superior. https://www.oecd-ilibrary.org/education/quality-and-value-of-micro-credentials-in-higher-education_9c4ad26d-en

Oliver, B., 2021. Apresentação na Conferência da UNESCO: Um início de conversa: Rumo a uma definição comum de micro-credenciais. . <https://en.unesco.org/news/defining-micro-credentials-opportunities-and-challenges-shaping-educational-landscape>

Qualidade e Qualificações Irlanda. 2017. Quadros Nacionais de Qualificações: Reflexões e Trajetórias. Autor: Mike Coles. . <https://www.qqi.ie/news/QQI-publishes-Qualifications-Frameworks---Reflections-and-Trajectories>

SAQA NQFPedia. 2017. Glossário Padrão de Termos. Termos relativos ao Quadro Nacional de Qualificações da África do Sul 2017. https://www.saga.org.za/documents/references/nqfpedia?language_content_entity=en

Tuck R. 2007. Um guia introdutório dos quadros nacionais de qualificações: questões conceituais e práticas para os decisores políticos. Genebra: Gabinete Internacional do Trabalho (ILO) http://www.ilo.org/skills/pubs/WCMS_103623/lang--en/index.htm.

A UNESCO. 2014. Diretrizes de Garantia da Qualidade para Recursos Educativos Abertos: Quadro TIPS. <https://en.unesco.org/icted/content/quality-assurance-guidelines-open-educational-resources-tips-framework>

A UNESCO. 2014. Convenção Revista sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas, Diplomas e Outras Qualificações Acadêmicas no Ensino Superior nos Estados Africanos 2014. Adotado em 12 de Dezembro de 2014. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=49282&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#STATE_PARTIES

A UNESCO. 2017b. Orientações para a garantia de qualidade das qualificações de TVET na região Ásia-Pacífico. Autores: Bateman, A e Coles, M. . <https://bangkok.unesco.org/content/guidelines-quality-assurance-tvet-qualifications-asia-pacific-region>

A UNESCO. 2017a. Uma síntese das melhores práticas da garantia de qualidade do TVET em países selecionados do Sul da Ásia. Autores: Bateman, A e Coles, M. <https://unevoc.unesco.org/up/Quality%20assurance%20South%20Asia.pdf>

A UNESCO. 2019. Convenção Global sobre o reconhecimento das qualificações relativas ao ensino superior. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=49557&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO 2021, Projeto de Relatório Preliminar. Um início de conversa: Para uma definição comum de micro-credenciais.

Anexo 1: Finalidade ou objetivos dos NQF

País	Propósito ou objetivos nQF	Scope Âmbito de aplicação
Botsuana	<p>Para prever:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um único quadro integrado para a realização da aprendizagem • Acesso, mobilidade e progressão • Melhoria da qualidade da educação e da formação • Comparabilidade e determinação da equivalência das qualificações • Alinhamento das qualificações com as necessidades da indústria • Promoção da aprendizagem ao longo da vida através do reconhecimento de realizações de aprendizagem, incluindo aprendizagem no local de trabalho • Promoção do reconhecimento regional e internacional e portabilidade das qualificações locais • Reconhecimento das qualificações garantidas pela qualidade internacional • Registo de qualificações garantidas de qualidade. <p>Fonte: Regulamentos 2016 da Autoridade de Qualificações do Botsuana (Quadro Nacional de Crédito e Qualificações)</p>	Primeira infância ao ensino superior e formação
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar e articular as qualificações obtidas nos diferentes subsistemas de ensino, ensino profissional e ensino superior e as obtidas a partir de percursos não formais e informais e de experiência profissional; • melhorar a transparência das qualificações, apoiando o seu valor no mercado de trabalho, educação e formação e outros contextos de vida pessoal e social; • promover o acesso, avaliação e qualidade das qualificações; • aplicar uma abordagem baseada em competências para definir e descrever qualificações e promover a validação da aprendizagem não formal e informal; aproveitar as vantagens desta abordagem para aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida da população em risco de desemprego e de emprego precário; • promover laços estreitos com o Quadro Europeu de Qualificações e com os NQFs de outros países, nomeadamente os países membros da CEDEAO, com o objectivo de melhorar a mobilidade das pessoas e facilitar o reconhecimento de competências e competências; 	<p>Covers basic, secondary and higher education, professional training and the processes of recognition, validation and certification of competences acquired through non-formal and informal ways, in accordance with the legislation</p> <p>Abrange o ensino básico, secundário e superior, a formação profissional e os processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas através de formas não formais e informais, de acordo com a legislação</p>

País	Propósito ou objectivos nQF	Scope Âmbito de aplicação
	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar a legibilidade, transparência e comparabilidade das qualificações no sistema de educação e formação e na formação em emprego; e • adoptar medidas adequadas que assegurem que todos os novos certificados e diplomas emitidos pelas autoridades competentes contenham uma referência clara ao nível adequado de NQF. 	
Lesoto	<p>Os objetivos são resumidos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integrar os quadros sectoriais existentes num quadro único, tal como refletido nos Descritores de Nível • Eliminar as barreiras entre instituições e outros subsectoriais para melhorar a articulação e a progressão dos alunos • Manter a equidade e a reparação que permitam aos cidadãos adquirir qualificações independentemente da idade e da falta de qualificações formais. Estão em vigor medidas especiais para permitir o acesso a grupos minoritários deficientes e desfavorecidos e promover o acesso do género a programas de competências escassas • Melhorar a articulação e a mobilidade dos alunos através de ligações e percursos entre cursos de educação e formação e qualificações. As competências obtidas em diferentes contextos são reconhecidas através do reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL) e do reconhecimento das competências atuais (RCC) em locais de trabalho ou estabelecimentos de ensino • Fomentar a qualidade e a relevância através de resultados e educação e formação baseadas em padrões, que sejam mais orientadas para a procura e conduzam a um emprego significativo. Isto requer o compromisso e o empenho de todos os parceiros sociais • Reconhecer e valorizar a diversidade e o valor de todas as qualificações, uma vez que servem fins identificados, contribuindo para os maiores objectivos de desenvolvimento • Facilitar a renovação da inovação e qualificações curriculares • Garantir a coerência em termos de verificação e articulação de qualificação de todos os prémios em educação, formação, investigação, inovação e desenvolvimento de competências no Lesoto, região da SADC e internacionalmente. 	Ensino básico, técnico e profissional e formação, prémios académicos, de desenvolvimento profissional e de qualificações de parte.
Moçambique	O projecto de decreto do NQF integrado define 7 objectivos, resumidos brevemente da seguinte forma:	Novo NQF integrado e abrangente (previsto para adoção em março de 2022, pelo Gabinete de Ministros)

País	Propósito ou objetivos nQF	Scope Âmbito de aplicação
	<ul style="list-style-type: none"> • facilitar a clareza e a articulação de todas as qualificações num quadro integrado e promover a educação baseada em competências; • estabelecer coerência e transparência das qualificações no quadro do sistema educativo nacional (PDR) e facilitar a mobilidade e o reconhecimento de graus e outras qualificações; • definir parâmetros para comparar qualificações no SNE; • facilitar a mobilidade horizontal e vertical dos titulares de qualificações no âmbito do SNE; • assegurar a portabilidade das qualificações, a mobilidade dos alunos e dos trabalhadores e a aprendizagem ao longo da vida; • facilitar o alinhamento das qualificações nacionais com quadros de qualificações da SADC (SADCQF) e outras qualificações em África e no mundo; e • facilitar o acesso às qualificações oferecidas no âmbito do SNE através de processos de reconhecimento de competências adquiridas. <p>Princípios do novo NQF abrangente: igualdade, equidade, transparência, flexibilidade, mobilidade, adequação interna, adequação externa, aplicação obrigatória e autoridade técnica.</p>	
Namíbia	<p>O NQF representa um conjunto de acordos, regras e requisitos que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a utilização consistente dos títulos de qualificação • Proporcionar às pessoas uma compreensão mais clara do que uma pessoa que tem uma determinada qualificação alcançou • Ajudar as pessoas a determinar as semelhanças e diferenças entre qualificações na Namíbia • Melhorar a harmonização dos diferentes sectores da educação e formação e o seu alinhamento com os mundos do trabalho • Dar às pessoas uma maior garantia da qualidade da educação, formação e avaliação na Namíbia • Melhorar a reputação dos sistemas de educação e formação da Namíbia nas comunidades regionais, continentais e internacionais. <p>Fonte: http://www.namqa.org/about-us/Overview/161/</p>	Certificado de doutoramento (TVET e Ensino Superior)

País	Propósito ou objetivos nQF	Scope Âmbito de aplicação
Ruanda	<p>Os objetivos do RQF são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Criar um NQF integrado para a aprendizagem e formação de realizações para o Ensino Básico, TVET, Ensino Superior entre outros prestadores de serviços na indústria e na prática profissional 2 Melhorar a compreensão do sistema educativo ruandês, incluindo percursos de aprendizagem e qualificações e como se relacionam uns com os outros 3 Assegurar que as normas de educação e formação ruandesas sejam definidas por resultados de aprendizagem acordados que são aplicados de forma consistente 4 Melhorar e coordenar a qualidade da educação e da formação, estabelecendo normas entre os níveis de qualificações nos diferentes subsectores de ensino 5 Promover abordagens baseadas em competências para a aprendizagem, ensino e avaliação em todos os subsectores de educação ruandeses 6 Proporcionar múltiplas vias que incentivem os alunos a melhorar as suas competências, conhecimentos e competências para responder às necessidades em mutação da educação e do mercado de trabalho 7 Promover o reconhecimento da aprendizagem prévia através da qual a aprendizagem formal e informal é medida e mediada para reconhecimento em diferentes contextos de crédito, acesso, inclusão ou progressão no sistema nacional de educação e formação e no mercado de trabalho 8 Estabelecer um quadro de referência para os prestadores de educação e formação ruandeses, a fim de assegurar que satisfaçam as normas de qualidade exigidas e os certificados e graus de qualificação de atribuição reconhecidos a nível nacional, regional e internacional. <p>Fonte: Quadro de Qualificações do Ruanda 2021</p>	Básico, adulto, TVET, Ensino Superior
Seychelles	A Lei que cria a Autoridade de Qualificações das Seicheles define o Quadro Nacional de Qualificações das Seychelles (SNQF) como "um quadro para o desenvolvimento, reconhecimento e atribuição de qualificações com base nos padrões de conhecimento, competências e competência a adquirir pelos alunos".	Primário até ao ensino superior.

País	Propósito ou objetivos nQF	Scope Âmbito de aplicação
	<p>Tal como descrito no Relatório sobre o Alinhamento das Seychelles NQF para a SADCQF (pg 21-22), o Quadro Nacional de Qualificações das Seychelles (SNQF) destina-se a fornecer:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade assegurada, reconhecido nacionalmente padrões e qualificações de formação consistentes; • Reconhecimento e crédito pelos conhecimentos e competências adquiridos. Visa: • Assegurar a abrangência no reconhecimento da aprendizagem e das qualificações alcançadas no país, garantindo simultaneidade para as qualificações profissionais; • Promover e regular o desenvolvimento de qualificações baseadas em normas unitárias ligadas às exigências do local de trabalho e da sociedade; • Promover uma abordagem mais integrada da educação e formação; <p>O site indica o seguinte.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornece uma estrutura, ou uma estrutura, através da qual toda a educação e formação podem ser incluídas num sistema e podem ser comparadas entre si • Destina-se a ajudar os alunos a fazerem escolhas informadas sobre as suas qualificações e a ver quais as qualificações e percursos de carreira que lhes podem ser disponibilizados. Também facilita ao aluno explicar aos outros quais as qualificações que detém. Isto é importante quando se procura realizar mais educação e formação, ou se candidata a um emprego - em casa ou no estrangeiro • Destina-se a ajudar os prestadores de educação e formação a garantir que os padrões das suas qualificações estão ao nível exigido e podem ser reconhecidos tanto no país como no estrangeiro • Para os empregadores, o quadro servirá para clarificar o nível de educação e formação que os seus atuais ou potenciais colaboradores possuem, por exemplo, ao poderem comparar com outras qualificações no quadro. <p>Fonte: http://www.sqa.sc/pages/NQF/Nqf.aspx</p>	

País	Propósito ou objetivos nQF	Scope Âmbito de aplicação
África do Sul	<p>Os objetivos do NQF são:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) criar um quadro nacional único integrado para as realizações de aprendizagem b) facilitar o acesso e a mobilidade e progressão no interior, educação, formação e percursos profissionais c) melhorar a qualidade da educação e da formação d) acelerar a reparação da discriminação injusta passada na educação, na formação e nas oportunidades de emprego. <p>Fonte: Nº 67 de 2008: National Qualifications Framework Act, 2008</p>	Educação geral e contínua, profissões e comércios, ensino superior
Zimbabué	<p>Os principais objetivos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer vias para a progressão vertical das qualificações de educação e formação 2. Estabelecer vias de comparabilidade horizontal das qualificações de educação e formação 3. Aumentar a coerência entre a produção educativa e as necessidades do mercado de trabalho <p>Fonte: Quadro Nacional de Qualificações do Zimbabué 2018</p>	Educação geral, TVET, Ensino Superior, Profissões

Anexo 2: Estudo de caso NQF

Segue-se um extracto selectivo de um NQF, não dentro do Continente Africano.

Racionalidade:

1. O NQF ajudará a estabelecer a relação entre o sistema de ensino superior, o ensino técnico e profissional e a formação e o sistema escolar.
2. Define os resultados de aprendizagem dos níveis académicos e do sistema de crédito com base na carga académica. Isto facilita a comparação de programas entre institutos escolares, técnicos e profissionais, institutos monásticos e de ensino superior, que promoverão a mobilidade e portabilidade destas qualificações.

Objetivos:

1. Acomoda a diversidade de fins de educação e formação que os cidadãos usam dentro e fora do país
2. Apoia e reforça a mobilidade nacional e internacional dos licenciados e dos trabalhadores através do reconhecimento do valor e da comparabilidade das qualificações do país.
3. Apoia o desenvolvimento e manutenção de percursos, que proporcionam acesso a qualificações e ajudam os alunos a movimentar-se lateralmente.

Âmbito de aplicação

1. O NQF é um sistema transparente que servirá de ponto de referência para todas as qualificações
2. O NQF permite o processo de reconhecimento internacional e mobilidade transfronteiriça dos estudantes, que promoverá a acessibilidade, bem como o emprego através da normalização e das ligações.

Nível	Educação escolar	Ensino profissional	Educação Universitária	Educação monástica
8			Doutoramento	Título de qualificação XXXXX
7			Mestrado	XXXX Título de qualificação
6			Licenciatura	Título de qualificação XXX
5		ND1 e ND2	Diploma	Título de qualificação XX
4	HSEC	NC2 e NC3		
3	CSE	NC1		Título de qualificação X
2	LSE			
1	PE			

Nota: PE = Ensino Primário, LSE = Ensino Secundário Inferior, CSE = Certificado para o Ensino Secundário, HSEC = Certificado de Ensino Secundário Superior, NC = Certificado Nacional, ND = Diploma Nacional.

Annex 3: Anexo 3: Resumo dos princípios e indicadores da QA – UNESCO Ásia-Pacífico (UNESCO 2017b)

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
1.	.Existe uma visão clara de como as qualificações de QA de TVET operam em todo o sistema de qualificações TVET.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Uma visão para QA de qualificações TVET é comunicada através de legislação, plantas ou documentos semelhantes. ● Um roteiro é documentado e comunicado para o desenvolvimento futuro ou melhoria do sistema de qualificações TVET (e sua garantia de qualidade) a médio e longo prazo. 	<p><i>A prova de que existe uma visão clara para as qualificações de QA de TVET é medida por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Adopção de um quadro legal, de um projecto ou de documento semelhante para a QA das qualificações do TVET. ● O roteiro é aprovado por todos os principais intervenientes.
2.	As organizações envolvidas na QA das qualificações TVET operam com acordos de governação claros e transparentes.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● As organizações envolvidas na QA das qualificações TVET dispõem de acordos de governação adequados documentados através de protocolos e práticas para: <ul style="list-style-type: none"> ○ Orientar o seu trabalho de forma transparente ○ Garantir a independência das decisões ○ Evitar conflitos de interesses ○ Identificar papéis claros e linhas de responsabilidade e responsabilidade ○ Assegurar a prestação de contas através de relatórios públicos ● As organizações tornaram os seus protocolos e práticas públicos e implementaram-nos.. 	<p><i>A evidência da eficácia dos protocolos e práticas implementados é medida:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Proporção de organizações que tornaram públicos os seus protocolos e práticas em relação à QA das qualificações de TVET. ● Proporção de organizações que foram submetidas a avaliação interna e/ou externa que demonstram que existem estão em vigor e são sistematicamente implementadas. ● Proporção de organizações que tornaram públicas as conclusões de avaliações internas e/ou externas.

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
		<ul style="list-style-type: none"> As organizações realizaram avaliações internas e/ou externas para informar a sua prática. 	
3.	A prática de qualificações de QA da TVET é devidamente financiada.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Os planos anuais de dotações orçamentais são documentados, comunicados e tornados públicos. O apoio às dotações orçamentais está alinhado com os objectivos e práticas políticas de qualificações do QA do TVET. 	<p><i>A eficácia da repartição orçamental e a adequação das despesas são medidas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de investimento em recursos, serviços e instalações de avaliação. Nível de investimento em capacidade e competência, de assessoria, incluindo desenvolvimento profissional. Nível de investimento na capacidade e competência, do pessoal de garantia de qualidade, incluindo desenvolvimento profissional. Nível de investimento na monitorização, revisão e melhoria contínua.
4.	A prática de qualificações de QA da TVET baseia-se em padrões de qualidade claros e transparentes.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Os padrões de qualidade são documentados, comunicados e tornados públicos. Os padrões de qualidade são aplicados à prática de qualificações de QA da TVET. Os padrões de qualidade são aplicados aos processos de avaliação. Os padrões de qualidade são revistos e refinados em resposta à avaliação. Os padrões de qualidade permitem comparações entre sistemas de qualificações, tanto no interior como no exterior. Nível de transparência e sensibilização das partes interessadas para os objectivos e normas de 	<p><i>A prova da eficácia das normas de qualidade e da sua aplicação é medida:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Proporção de prestadores de avaliação (por exemplo, instituições de ensino, prestadores de TVET, centros de avaliação, organismos de certificação/adjudicação) que satisfaçam as normas de qualidade. Proporção de qualificações de TVET que cumprem os padrões de qualidade de acreditação. Proporção de qualificações de TVET que foram reavaliadas em relação aos padrões de qualidade. Proporção de fornecedores de avaliação que foram reavaliados em relação aos padrões de qualidade.

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
		garantia de qualidade em relação às qualificações do TVET.	
5.	A prática de qualificações de QA de TVET aborda a concepção e formação de processos de qualificação, avaliação, validação e certificação.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Endereços de prática de qualificações QA documentadas de qualificações TVET: <ul style="list-style-type: none"> ○ Concepção e formação de qualificações baseadas em resultados de aprendizagem e que estejam ligadas às necessidades do mercado de trabalho. ○ Avaliação e validação dos resultados da avaliação, garantindo que as decisões de avaliação válidas e fiáveis sejam tomadas de acordo com normas claras baseadas em resultados. ○ Processos de certificação, para confirmar que os resultados das normas pré-determinadas foram cumpridos e que é emitido um registo exato de realização. ● Implementação da prática de qualificações QA de TVET. ● É acordado e realizado um plano de avaliação da eficácia das práticas de qualificação de QA do TVET (refere-se aos Princípios 10, 11, 12). ● Os resultados e relatórios de avaliações são tornados públicos. 	<p><i>A evidência da eficácia das práticas de QA é medida por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Proporção de qualificações de TVET que cumprem os padrões de qualidade de acreditação. ● Proporção de qualificações TVET alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho. ● Proporção de qualificações de TVET com aprovação de associação profissional. ● Proporção de avaliadores que cumprem padrões de qualidade ou têm qualificações de avaliação. ● Proporção de avaliadores que participam no desenvolvimento profissional. ● Nível de actividade relacionado com a avaliação e revisão dos resultados da avaliação. ● Evidência de melhorias na prática de avaliação como resultado da avaliação e revisão. ● Proporção de pessoal de garantia de qualidade que participa no desenvolvimento profissional. ● Proporção de pessoal de garantia de qualidade com qualificações de garantia de qualidade. ● Nível de satisfação dos participantes e empregadores com resultados de qualificação. ● Proporção de diplomados empregados ou que progrediram para um estudo mais aprofundado.
6.	Os principais grupos interessados estão envolvidos em aspectos-chave da prática da QA (por exemplo,	<i>A implementação é demonstrada por:</i>	<i>A prova do compromisso e do envolvimento das principais partes interessadas é medida por:</i>

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
	concepção e formação de qualificações, avaliação, validação e certificação de TVET).	<ul style="list-style-type: none"> Os processos documentados para o QA das qualificações de TVET incluem as funções das principais partes interessadas. Os papéis das principais partes interessadas são claros e tornados públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção das principais partes interessadas participantes na concepção e formação de processos de avaliação, validação e certificação do TVET (referente ao Princípio 5). Proporção das principais partes interessadas participantes em revisões da prática de qualificações de QA do TVET (consulte o Princípio 10).
7.	As dimensões económica, social e ambiental são explícitas na prática de qualificações de QA do TVET para: maximizar o acesso, inclusão social, caminhos, articulação, participação de grupos vulneráveis, e taxas de retenção e conclusão dos participantes; e priorizar sectores-chave da indústria.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A documentação de políticas públicas liga a oferta de TVET de qualidade com a facilitação das aspirações económicas, sociais e ambientais do país. A informação é fornecida às partes interessadas sobre esquemas de acesso e inclusão social. A informação é fornecida às partes interessadas sobre serviços de avaliação credencial. Número e gama de esquemas implementados. A demografia dos participantes está ligada a medidas quantitativas. 	<p><i>A prova de que a gestão da QA inclui dimensões económicas, sociais e ambientais é medida por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Número matriculado nas qualificações de TVET em proporção do total de inscrições no sistema de ensino formal. Taxas de retenção e conclusão por tipo de qualificação TVET, sector da indústria e campo de estudo, e demografia dos participantes. Taxas de retirada por tipo de qualificação TVET, sector da indústria e campo de estudo. Nível de investimento em estratégias para maximizar o acesso e inclusão social. Proporção de participantes de grupos vulneráveis. Gama de percursos/articulação para cada qualificação e campo de estudos no sector TVET e para outros sectores de ensino no interior do país, por exemplo, ensino básico, ensino superior. Proporção de participantes que se deslocam entre e para os sectores de qualificação do TVET e/ou outros sectores de educação. Proporção de qualificações de TVET que abordam áreas prioritárias do sector.

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
			<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de qualificações TVET alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho. • Proporção de qualificações de TVET com uma componente formal de aprendizagem no local de trabalho. • Proporção de participantes que tenham alcançado a totalidade ou parte de uma qualificação de TVET através do reconhecimento da aprendizagem prévia, por exemplo, avaliação de aprendizagem não formal ou informal. • Número de pedidos de avaliação credencial, por exemplo, de qualificações internacionais.
8.	As barreiras à avaliação, incluindo para a aprendizagem não formal e informal, são minimizadas.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • As decisões são informadas pela investigação sobre as barreiras à avaliação. • São documentados obstáculos à avaliação, incluindo para a aprendizagem não formal, e foram propostas estratégias ou esquemas preventivos. • São implementados esquemas e comunicação dos regimes. • Orientações documentais para os avaliadores, relacionadas com o reconhecimento da aprendizagem prévia. 	<p><i>A evidência da eficácia das estratégias implementadas é medida por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de regimes para reduzir as barreiras à avaliação da aprendizagem não formal e informal. • Proporção de qualificações TVET que ofereçam reconhecimento de aprendizagem prévia ou crédito acordado. • Proporção de aplicações bem sucedidas para reconhecimento de aprendizagem prévia ou crédito. • Proporção de participantes que obtiveram a totalidade ou parte de uma qualificação de TVET através do reconhecimento da aprendizagem prévia, por exemplo, avaliação de aprendizagem não formal ou informal. • Proporção de qualificações de TVET que incluam acordos formais de crédito com outras qualificações relevantes dentro da TVET ou noutros sectores.

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
			<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de participação não formais e baseadas no trabalho.
9.	Profissionalização do pessoal subjacente às práticas de qualificações da QA da TVET.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estão documentados a selecção, o recrutamento e a remuneração do pessoal e/ou dos avaliadores da QA. • Estão documentadas estratégias de desenvolvimento profissional para pessoal e/ou assessores da QA. • As dotações orçamentais apoiam e alinham-se com as necessidades de desenvolvimento profissional do pessoal e/ou assessores da QA. 	<p><i>A prova de que a prática da QA é mantida ao longo do tempo é medida por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporção de investimento e alocações para capacidade e competência, de assessoria, incluindo desenvolvimento profissional. • Proporção de investimentos e alocações para capacidade e competência, do pessoal de garantia de qualidade, incluindo desenvolvimento profissional. • Proporção de pessoal de garantia de qualidade com qualificações de garantia de qualidade. • Proporção de avaliadores que cumprem padrões de qualidade ou têm qualificações de avaliação. • Taxa de retenção/volume de negócios do avaliador de pessoal. • Proporção de pessoal de garantia de qualidade que participa no desenvolvimento profissional. • Taxa de retenção/volume de negócios do pessoal de garantia de qualidade.
10.	A melhoria contínua sustenta a prática de qualificações de QA da TVET; as decisões são informadas por dados e investigação.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • As normas de dados e conjuntos de dados e estratégias de investigação para informar a melhoria contínua das decisões de qualificações do TVET são acordadas e utilizadas. • Implementam-se processos de monitorização e melhoria contínua. 	<p><i>A evidência da eficácia da melhoria contínua da prática da QA é medida:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Consistência e completude dos conjuntos de dados. • Proporção de utilização de conjuntos de dados na investigação e tomada de decisões. • Número de revisões da prática de qualificações de QA da TVET.

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
		<ul style="list-style-type: none"> Os resultados das actividades de monitorização e melhoria contínua são comunicados e tornados públicos. 	
11.	As organizações envolvidas na QA das qualificações de TVET comprometem-se a avaliar internamente e a uma avaliação externa cíclica, bem como a tornar públicas as conclusões das avaliações externas.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A avaliação interna e os métodos externos são documentados. A avaliação interna é implementada e os resultados são acções. É efetuada uma avaliação externa; as conclusões independentes relativas à qualificação qa de TVET são comunicadas e tornadas públicas, e as conclusões são tomadas em função. 	<p><i>A evidência da eficácia da autoavaliação e da avaliação externa é medida:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Proporção de organizações que aplicam avaliação interna e fazem resultados públicos e melhorias. Proporção de organizações que aplicam avaliações externas cíclicas e tornam públicas as conclusões das avaliações externas.
12.	A prática de qualificações de QA da TVET continua a ser adequada para o propósito e é sustentável.	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A prática de qualificações de QA de TVET é documentada, demonstrando que as práticas são proporcionais ao contexto. Existe um plano para práticas de QA sustentáveis. A prática de qualificações de QA de TVET é revista para avaliar a aptidão para fins, sustentabilidade potencial e para melhoria contínua (consulte os princípios 10 e 11). A prática de qualificações de QA de TVET permanece estável e é aplicada de forma consistente ao longo do tempo. 	<p><i>A prova de que a prática da QA é mantida ao longo do tempo é medida por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Número de revisões do sistema da prática de qualificações DE QA (consulte o Princípio 10). Os principais níveis de satisfação e confiança das partes interessadas na prática de qualificações de QA de TVET permanecem consistentes ou melhorados ao longo do tempo. Os principais níveis de satisfação e confiança das partes interessadas nos resultados da qualificação do TVET permanecem consistentes ou melhorados ao longo do tempo.
13.	A prática de qualificações de QA do TVET é reforçada através de ligações	<p><i>A implementação é demonstrada por:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A estratégia de harmonização das práticas de QA das qualificações de TVET com outros sectores da educação no país, por exemplo, o ensino superior e 	<p><i>A prova de que a prática da QA é mantida ao longo do tempo é medida por:</i></p>

#	Princípios	Indicadores	
		Qualitativo	Quantitativo
	e cooperação nacionais e internacionais.	<p>o ensino básico, é documentada, comunicada e tornada pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os padrões de qualidade do TVET são comparados a outros sistemas de QA do sector da educação dentro do país. A estratégia de internacionalização e cooperação é documentada, comunicada e tornada pública. Os padrões de qualidade TVET são comparados com os sistemas de qualificações QA de outros países. São realizados projetos conjuntos (nacionais e internacionais) relacionados com as qualificações de QA de TVET. Estabelecimento e envolvimento numa comunidade de prática. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de actividades de benchmarking e harmonização com outros sistemas de QA do sector da educação no país que foram realizados e tornados públicos. Número de atividades de benchmarking com sistemas QA de outros países que foram realizados e tornados públicos. Número e nível de participação em projectos colaborativos relacionados com QA de qualificações TVET, nacional e internacionalmente. Nível de participação na comunidade de atividades práticas.

Anexo 4: Quadro EQAVET

Fonte: RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO de 24 de novembro de 2020 sobre o ensino e a formação profissionais (EFP) em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32020H1202\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32020H1202(01)&from=EN)

Parte A. Descritores indicativos do EQAVET

O presente anexo propõe descritores indicativos destinados a ajudar os Estados-Membros e os prestadores de EFP, conforme considerem adequado, a aplicarem o quadro EQAVET. Esses descritores estão estruturados segundo as fases do ciclo de qualidade: Planeamento — Aplicação — Avaliação — Reexame. Podem ser aplicados tanto ao EFP inicial como ao EFP contínuo, bem como a todos os ambientes de aprendizagem: oferta em contexto escolar e aprendizagem em contexto laboral, incluindo programas de aprendizagem.

Critérios de qualidade	Descritores indicativos ao nível do sistema de EFP	Descritores indicativos ao nível do prestador de EFP
O planeamento reflete uma visão estratégica partilhada pelas partes interessadas pertinentes e inclui metas/objetivos, ações e indicadores explícitos	<p>As metas/objetivos do EFP são definidos para o médio e o longo prazos e estão associados aos objetivos europeus e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta considerações de sustentabilidade ambiental</p> <p>Os parceiros sociais e todas as outras partes interessadas pertinentes participam na definição das metas e dos objetivos do EFP aos diferentes níveis</p> <p>As metas são estabelecidas e acompanhadas por meio de indicadores específicos (critérios de sucesso)</p> <p>Foram instaurados mecanismos e procedimentos para identificar as necessidades de formação do mercado de trabalho e da sociedade</p>	<p>As metas/objetivos europeus, nacionais e regionais das políticas de EFP refletem-se nas metas locais fixadas pelos prestadores de EFP</p> <p>São definidas e acompanhadas metas/objetivos explícitos e são concebidos programas para os cumprir</p> <p>É organizada uma consulta permanente com os parceiros sociais e todas as outras partes interessadas pertinentes a fim de identificar necessidades locais/individuais específicas</p> <p>As responsabilidades em matéria de gestão e desenvolvimento da qualidade foram explicitamente atribuídas</p> <p>O pessoal participa desde o início no processo de planeamento, inclusive no que se refere ao desenvolvimento da qualidade</p>
	<p>Foi concebida uma política de informação para otimizar a divulgação dos resultados em matéria de qualidade, no respeito dos requisitos nacionais/regionais de proteção de dados</p> <p>Foram definidas normas e diretrizes para o reconhecimento, a validação e a certificação das competências individuais</p>	<p>Os prestadores planeiam iniciativas de cooperação com as partes interessadas pertinentes</p> <p>As partes interessadas pertinentes participam no processo de análise das necessidades locais</p> <p>Os prestadores de EFP dispõem de um sistema de garantia da qualidade explícito e transparente</p> <p>As medidas são concebidas por forma a garantir o cumprimento das regras em matéria de proteção de dados</p>

	<p>As qualificações do EFP são descritas com base nos resultados de aprendizagem</p> <p>São estabelecidos mecanismos para garantir a qualidade da conceção, da avaliação e do reexame das qualificações</p> <p>Os programas de EFP são concebidos para permitir percursos de aprendizagem flexíveis e dar respostas rápidas à evolução das necessidades do mercado de trabalho</p>	
<p>Os planos de aplicação são concebidos em consulta com as partes interessadas e contemplam princípios explícitos</p>	<p>Os planos de aplicação são estabelecidos em cooperação com os parceiros sociais, os prestadores de EFP e as demais partes interessadas pertinentes aos diferentes níveis</p> <p>Os planos de aplicação incluem uma análise dos recursos exigidos, das capacidades dos utilizadores e das ferramentas e diretrizes necessárias para prestar o apoio</p> <p>Foram concebidas diretrizes e normas para a aplicação a diferentes níveis. Estas diretrizes e normas incluem a avaliação, a validação e a certificação de qualificações</p> <p>Os planos de aplicação incluem apoio específico à formação de professores e formadores, nomeadamente na área das competências digitais e da sustentabilidade ambiental</p>	<p>Os recursos são adequadamente adaptados/atribuídos a nível interno tendo em vista alcançar as metas fixadas nos planos de aplicação</p> <p>É assegurado um apoio explícito a parcerias relevantes e inclusivas, nomeadamente entre professores e formadores, para executar as ações previstas</p> <p>O plano estratégico para o desenvolvimento das competências do pessoal indica as necessidades de formação de professores e formadores</p> <p>O pessoal frequenta regularmente ações de formação e desenvolve uma cooperação com as partes interessadas externas pertinentes, a fim de apoiar o desenvolvimento de capacidades e a melhoria da qualidade e de reforçar o desempenho</p>
	<p>As responsabilidades dos prestadores de EFP no processo de aplicação são descritas de forma explícita e transparente</p> <p>Foi concebido um quadro nacional e/ou regional de garantia da qualidade que inclui diretrizes e normas de qualidade ao nível do prestador de EFP para promover a melhoria contínua e a autorregulação</p>	<p>Os programas dos prestadores de EFP permitem aos aprendentes atingir os resultados de aprendizagem esperados e participar no processo de aprendizagem</p> <p>Os prestadores de EFP respondem às necessidades de aprendizagem dos indivíduos utilizando uma abordagem centrada nos aprendentes que permite que estes atinjam os resultados de aprendizagem esperados</p> <p>Os prestadores de EFP promovem a inovação nos métodos de ensino e aprendizagem, em contexto escolar e laboral, com o apoio das</p>

		<p>tecnologias digitais e das ferramentas de aprendizagem em linha</p> <p>Os prestadores de EFP utilizam métodos válidos, precisos e fiáveis para avaliar os resultados individuais de aprendizagem</p>
<p>São efetuadas regularmente avaliações dos resultados e dos processos com base em aferições</p>	<p>Foi concebida uma metodologia de avaliação que abrange as avaliações interna e externa</p> <p>A participação das partes interessadas no processo de acompanhamento e avaliação foi aprovada e é claramente descrita</p> <p>As normas e processos nacionais/regionais de melhoria e garantia da qualidade são pertinentes e proporcionados em relação às necessidades do setor</p> <p>Os sistemas estão sujeitos a autoavaliação e a reexame interno e externo, consoante necessário</p>	<p>É realizada periodicamente uma autoavaliação no quadro das regulamentações/regimes nacionais e regionais ou por iniciativa dos prestadores de EFP, que abrange também a preparação digital e a sustentabilidade ambiental das instituições de EFP</p> <p>A avaliação e o reexame abrangem os processos e os resultados do ensino e da formação, incluindo a avaliação da satisfação dos aprendentes, assim como o desempenho e satisfação do pessoal</p>
	<p>São implementados sistemas de alerta rápido</p> <p>São aplicados indicadores de desempenho</p> <p>É realizada uma recolha de dados regular, pertinente e coerente, a fim de aferir o sucesso e identificar os aspetos a melhorar Foram concebidas metodologias adequadas de recolha de dados, por exemplo, questionários e indicadores/métricas</p>	<p>A avaliação e o reexame incluem a recolha e utilização de dados, bem como mecanismos adequados e eficazes para envolver as partes interessadas internas e externas</p> <p>São implementados sistemas de alerta rápido</p>
Reexame	<p>Foram definidos procedimentos, mecanismos e instrumentos para proceder ao reexame, os quais são utilizados para melhorar a qualidade da prestação a todos os níveis</p> <p>Os processos são reexaminados regularmente, e são concebidos planos de ação para os alterar. Os sistemas são adaptados em conformidade</p> <p>É divulgada publicamente informação sobre os resultados da avaliação</p>	<p>É recolhido o retorno de informação dos aprendentes sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e sobre o ambiente de aprendizagem e de ensino. Esse retorno de informação, juntamente com o dos professores, dos formadores e de todas as outras partes interessadas pertinentes, serve de base para o desenvolvimento de novas ações</p> <p>As informações sobre os resultados do reexame são ampla e publicamente divulgadas</p> <p>Os procedimentos de retorno de informação e o reexame fazem parte de um processo estratégico de aprendizagem no seio da organização, favorecem o desenvolvimento de uma oferta de elevada qualidade e melhoram</p>

		<p>as oportunidades proporcionadas aos aprendentes</p> <p>Os resultados do processo de avaliação são discutidos com as partes interessadas pertinentes, e são postos em prática planos de ação adequados</p>
--	--	--

Parte B. Conjunto de indicadores de referência do EQAVET

A presente secção propõe um conjunto de indicadores de referência que podem ser usados para apoiar a avaliação e a melhoria da qualidade dos sistemas nacionais/regionais de EFP e/ou dos prestadores de EFP aquando da aplicação do quadro EQAVET.

Indicador	Tipo de indicador	Finalidade da política
Indicadores gerais para a garantia da qualidade		
Número 1		
<p>Importância dos sistemas de garantia da qualidade para os prestadores de EFP:</p> <p>a) Percentagem de prestadores de EFP que aplicam sistemas internos de garantia da qualidade por determinação legal ou por iniciativa própria</p> <p>b) Percentagem de prestadores de EFP acreditados</p>	<p>Indicador de contexto/de recursos</p>	<p>Promover uma cultura de melhoria da qualidade a nível do prestador de EFP</p> <p>Reforçar a transparência da qualidade da formação</p> <p>Melhorar a confiança mútua na oferta de formação</p>
Número 2		
<p>Investimento na formação de professores e formadores:</p> <p>a) Percentagem de professores e formadores que participam em programas de aperfeiçoamento profissional</p> <p>b) Montante dos fundos investidos, inclusive em competências digitais</p>	<p>Indicador de recursos/de processo</p>	<p>Promover a implicação dos professores e formadores no processo de desenvolvimento da qualidade no EFP</p> <p>Melhorar a capacidade de resposta do EFP à evolução das exigências do mercado de trabalho</p> <p>Fomentar as capacidades de aprendizagem individual</p> <p>Melhorar os resultados dos aprendentes</p>
Indicadores que contribuem para os objetivos de qualidade das políticas de EFP		
Número 3		
<p>Taxa de participação nos programas de EFP:</p> <p>Número de participantes nos programas de EFP (1), em função do tipo de programa e dos critérios individuais (2)</p>	<p>Indicador de recursos/de processo/de realizações</p>	<p>Obter informações básicas aos níveis do sistema de EFP e do prestador de EFP sobre a atratividade do EFP</p> <p>Orientar os apoios por forma a reforçar o acesso ao EFP, nomeadamente para os grupos desfavorecidos</p>
Número 4		

<p>Taxa de conclusão dos programas de EFP:</p> <p>Número de pessoas que concluíram com aproveitamento/abandonaram os programas de EFP, em função do tipo de programa e dos critérios individuais</p>	<p>Indicador de processo/de realizações/de resultados</p>	<p>Obter informações básicas sobre o sucesso escolar e sobre a qualidade dos processos de formação</p> <p>Calcular as taxas de abandono relação às taxas de participação</p> <p>Promover a conclusão com aproveitamento dos programas, como um dos principais objetivos de qualidade no domínio do EFP</p> <p>Apoiar a adaptação da oferta de formação, nomeadamente para os grupos desfavorecidos</p>
<p>Número 5</p>		
<p>Taxa de colocação em programas de EFP:</p> <p>a) Destino dos aprendentes do EFP num determinado momento após a conclusão da formação, em função do tipo de programa e dos critérios individuais (3)</p> <p>b) Percentagem de aprendentes empregados num determinado momento após a conclusão da formação, em função do tipo de programa e dos critérios individuais</p>	<p>Indicador de resultados</p>	<p>Apoio à empregabilidade</p> <p>Melhorar a capacidade de resposta do EFP à evolução das exigências do mercado de trabalho</p> <p>Apoiar a adaptação da oferta de formação, nomeadamente para os grupos desfavorecidos</p>
<p>Número 6</p>		
<p>Utilização, no local de trabalho, das competências adquiridas:</p> <p>a) Informação sobre o emprego obtido pelas pessoas após a conclusão da formação, em função do tipo de formação e dos critérios individuais</p> <p>b) Taxa de satisfação dos trabalhadores e dos empregadores com as aptidões/competências adquiridas</p>	<p>Indicador de resultados</p> <p>(combinação de dados qualitativos e quantitativos)</p>	<p>Aumentar a empregabilidade</p> <p>Melhorar a capacidade de resposta do EFP à evolução das exigências do mercado de trabalho</p> <p>Apoiar a adaptação da oferta de formação, nomeadamente para os grupos desfavorecidos</p>
<p>Informações contextuais</p>		
<p>Número 7</p>		
<p>Taxa de desemprego (4) em função dos critérios individuais</p>	<p>Indicador de contexto</p>	<p>Informações gerais para a tomada de decisão ao nível do sistema de EFP</p>
<p>Número 8</p>		
<p>Prevalência de grupos vulneráveis:</p> <p>a) Percentagem de participantes no EFP classificados como pertencendo a grupos desfavorecidos (numa determinada região ou zona de emprego) em função da idade e do género</p> <p>b) Taxa de sucesso dos grupos desfavorecidos em função da idade e do género</p>	<p>Indicador de contexto</p>	<p>Informações gerais para a tomada de decisão ao nível do sistema de EFP</p> <p>Promover o acesso ao EFP por parte dos grupos desfavorecidos</p> <p>Apoiar a adaptação da oferta de formação para os grupos desfavorecidos</p>
<p>Número 9</p>		

Mecanismos para identificar as necessidades de formação no mercado de trabalho: a) Informações sobre os mecanismos criados para identificar mudanças na procura a diferentes níveis b) Provas da utilização desses mecanismos e da sua eficácia	Indicador de contexto/de recursos (informações qualitativas)	Melhorar a capacidade de resposta do EFP à evolução das exigências do mercado de trabalho Apoio à empregabilidade
Número 10		
Sistemas utilizados para promover um melhor acesso ao EFP e fornecer orientações aos (potenciais) aprendentes do EFP: a) Informações sobre os sistemas existentes a diferentes níveis b) Provas da eficácia desses sistemas	Indicador de processo (informações qualitativas)	Promover o acesso ao EFP, nomeadamente para os grupos desfavorecidos Fornecer orientações aos (potenciais) aprendentes do EFP Apoiar a adaptação da oferta de formação

(1) No que respeita à formação profissional inicial: é necessário um período de seis semanas de formação para que um aprendente seja contado como participante. No que respeita à aprendizagem ao longo da vida: percentagem da população admitida em programas formais de EFP.

(2) Além das informações básicas sobre género e idade, poderão ser aplicados outros critérios sociais, por exemplo: abandono escolar precoce, nível de escolaridade mais elevado, estatuto de migrante, pessoa com deficiência, duração do desemprego.

(3) No que respeita à formação profissional inicial: incluindo informações sobre o destino dos aprendentes que abandonaram o programa.

(4) Definição de acordo com a OIT: pessoas entre os 15 e os 74 anos sem trabalho, que procuram emprego ativamente e que estão prontas para começar a trabalhar.

Anexo 5: Modelos de governação e envolvimento das partes interessadas num NQF

País	Visão geral da governação e do envolvimento das partes interessadas	Visão geral das funções
Hong Kong	<p>Gabinete de Educação</p> <p>O Gabinete é responsável por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • formulação, desenvolvimento e revisão de políticas, programas e legislação em matéria de educação desde o nível pré-primário ao ensino superior • supervisionar a implementação efectiva dos programas educativos. <p>A Mesa monitoriza os serviços prestados por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Comité de Bolsas universitárias, o Gabinete de Finanças estudantis, a Autoridade de Exames e Avaliação de Hong Kong, o Conselho de Acreditação de Qualificações Académicas e Profissionais de Hong Kong e o Conselho de Formação Profissional. <p>Fonte: https://www.edb.gov.hk/en/about-edb/info/our-work/index.html</p> <p>O Gabinete criou comités consultivos para a formação da indústria (ITACs) ou o Comité Consultivo para a Formação Interindu industry (CITAC), composto por representantes de empregadores, trabalhadores, organismos profissionais e organismos reguladores das indústrias relevantes. A sua principal função é desenvolver padrões de competência, mas também são actores-chave na promoção do QF no sector da indústria.</p> <p>https://www.hkqf.gov.hk/en/itac/index.html</p>	<p>O Gabinete de Educação é responsável pela formulação da política, estratégia e orientação no desenvolvimento do QF de Hong Kong. Em junho de 2009 foi criado um Secretariado pela Mesa e serve como seu braço executivo para desenvolver, implementar e promover o QF. As principais funções e responsabilidades do Secretariado incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ajudar a EDB no desenvolvimento da infraestrutura de QF, com vista à construção de uma plataforma mais eficaz para a aprendizagem ao longo da vida • implementação do QF em várias indústrias e sectores • qualificações reconhecidas pelo QF e pelo QF a nível local e internacional. <p>Fonte: https://www.hkqf.gov.hk/en/overview/gov_admin/index.html</p>
Quénia	<p>Autoridade Nacional de Qualificações do Quénia</p> <p>Lei 2014 + Regulamento 2018 da Autoridade Nacional de Qualificação do Quénia (KNQA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • coordenar e supervisionar o desenvolvimento de políticas em matéria de qualificações nacionais

País	Visão geral da governação e do envolvimento das partes interessadas	Visão geral das funções
	<p>A gestão do KNQA é através de um Conselho composto por um Presidente nomeado pelo Secretário de Estado, 3 Secretários Principais (educação, trabalho, finanças), 6 pessoas (da Comissão de Educação Universitária, Autoridade tveteta, Conselho de Normas da Educação e Garantia da Qualidade, uma associação profissional, grupos patronais, sindicatos) e Director-geral.</p> <p>Fonte: https://www.knqa.go.ke/index.php/background/</p>	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolver um quadro para um sistema de acreditação sobre qualificações • desenvolver um sistema de avaliação das qualificações nacionais • desenvolver e rever inter-relações e ligações entre as qualificações nacionais • manter uma base de dados nacional de qualificações nacionais • publicar manuais, códigos e orientações sobre qualificações nacionais • aconselhar e apoiar qualquer pessoa, organismo ou instituição responsável pela atribuição de qualificações nacionais • definir padrões e critérios de referência para qualificações e competências, incluindo competências, conhecimentos, atitudes e valores • definir os níveis de qualificações e competências • prever o reconhecimento de realização ou competências, incluindo competências, conhecimentos, atitudes e valores • facilitar ligações, transferências de crédito e isenções e uma mobilidade vertical e horizontal a todos os níveis para permitir a entrada, reentrada e saída • realizar investigação sobre a equipaização das qualificações • estabelecer normas de harmonização e reconhecimento das qualificações nacionais e estrangeiras • criar confiança no sistema nacional de qualificações que contribui para a economia nacional • fornecer vias que apoiem o desenvolvimento e manutenção de um acesso flexível às qualificações • promover o reconhecimento das qualificações nacionais a nível internacional
Namíbia	<p>Autoridade de Qualificações da Namíbia</p> <p>Lei de 1996 da Autoridade de Qualificações da Namíbia (NQA); Regulamento: 2006</p>	<ul style="list-style-type: none"> • para configurar e administrar um NQF • definir padrões profissionais para qualquer ocupação, emprego, posto ou posições

País	Visão geral da governação e do envolvimento das partes interessadas	Visão geral das funções
	<p>O NQA é gerido por um Conselho composto por Secretário Permanente, Vice-Chanceler da Universidade da Namíbia, Reitor do Politécnico da Namíbia, NQA Direto, Secretários Permanentes de outros 10 ministérios, 21 outros membros nomeados pelo Ministro (9 convidados de organizações patronais, organizações de trabalhadores, organizações representando pessoas com deficiência, e organizações que representam o sector privado, bem como outras seis pessoas em vários ministérios, bem como membros que representam organismos profissionais [arquitetos, engenheiros, inspetores, serviços de saúde e sociais, educação jurídica] e o conselho nacional de formação profissional.</p> <p>Fonte: https://www.namqa.org/about-us/Legislation/129/, http://www.namqa.org/about-us/Executive-Management/127/</p>	<ul style="list-style-type: none"> • definir normas curriculares para a consecução dos padrões profissionais • promover o desenvolvimento de, ou análise, critérios de referência de normas de desempenho aceitáveis para qualquer ocupação, emprego ou posição • credenciar pessoas, instituições e organizações que forneçam educação e cursos de ensino ou formação • avaliar e reconhecer competências aprendidas fora do ensino formal • ser um fórum sobre questões relacionadas com qualificações • estabelecer instalações para a recolha e divulgação de informações relacionadas com qualificações • saber se qualquer qualificação específica cumpre as normas nacionais • aconselhar qualquer pessoa, organismo, instituição, organização ou grupo de interesses em matérias relacionadas com qualificações e normas nacionais para qualificações.
Nova Zelândia	<p>Autoridade de Qualificações da Nova Zelândia</p> <p>Entidade Coroa, tal como definida pela Crown Entities Act 2004, e criada ao abrigo da Subparte 2 da Parte 5 da Lei de Educação e Formação 2020.</p> <p>A Autoridade de Qualificações da Nova Zelândia (NZQA) é chefiada por um Conselho de Administração (conhecido como Comissão do Ensino Superior), que é nomeado pelo Ministro da Educação. A Comissão representa interesses da indústria, da comunidade e da educação, com entre 6, mas não mais de 9 membros.</p> <p>Fonte: https://www.nzqa.govt.nz/</p>	<ul style="list-style-type: none"> • gestão do Quadro de Qualificações da Nova Zelândia • administração do sistema de avaliação do ensino secundário • garantia de qualidade independente dos prestadores de ensino superior não universitários • reconhecimento de qualificações • regulação padrão para algumas normas de unidade especificadas.
Escócia	<p>Parceria SCQF</p> <p>A SCQF Partnership, criada em novembro de 2006, é uma empresa limitada por garantia e uma instituição de caridade registada escocesa.</p> <p>A Parceria SCQF (SCQFP) é regida por um Conselho de Administração de organizações membros.</p>	<p><u>Objectivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • assegurar que, se for caso disso, todas as aprendizagens e qualificações avaliadas na Escócia sejam incluídas no Quadro • alargar o reconhecimento da aprendizagem informal e não formal • desenvolver e promover o Quadro como uma ferramenta de aprendizagem ao longo da vida

País	Visão geral da governação e do envolvimento das partes interessadas	Visão geral das funções
	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de Desenvolvimento Universitário • Agência de Garantia da Qualidade do Ensino Superior • Universidades Da Escócia • Autoridade escocesa de Qualificações. <p>Todos os organismos representados no Conselho têm um papel proeminente na aprendizagem ao longo da vida na Escócia.</p> <p>Além disso, o Conselho de Administração tem um Presidente independente e dois administradores co-optados, um representando os interesses do empregador e o outro é o presidente do Comité de Qualidade do SCQFP.</p> <p>Fonte:</p> <p>https://scqf.org.uk/the-scqf-partnership/</p> <p>https://scqf.org.uk/the-scqf-partnership/the-scqf-partnership-board/</p> <p>https://www.sfc.ac.uk/access-inclusion/articulation/articulation.aspx</p>	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolver relações com outros quadros a nível internacional
África do Sul	<p>Autoridade sul-africana de qualificações (SAQA)</p> <p>Lei-Quadro nacional de qualificações de 2008</p> <p>A SAQA é governada por um Conselho de Administração composto por 12 membros nomeados pelo Ministro em consulta com o Ministro do Trabalho (através de um processo de nomeação), o CEO da SAQA e o CEO de cada Conselho de Qualidade. O Ministro deve nomear membros no processo de nomeação para garantir que as funções são desempenhadas de acordo com os mais elevados padrões. As nomeações serão de pessoas envolvidas na educação e formação, organizações envolvidas na educação e formação, organismos profissionais, trabalho organizado, organiza empresas e organização que representem interesses comunitários e de desenvolvimento. As nomeações devem ter em conta a representatividade do conselho de administração, como a raça, o género e a deficiência.</p>	<p>O papel da SAQA é promover os objectivos do NQF, supervisionar o desenvolvimento e implementação do NQF e coordenar os sub-Quadros. As funções da SAQA estão definidas na secção 13 da Lei NQF, que, em resumo, obriga a SAQA a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar a implementação do NQF e colaborar com os Conselhos de Qualidade • Desenvolver e implementar políticas e critérios de NQF • Registrar qualificações e qualificações no NQF • Reconhecer os organismos profissionais e registar designações profissionais • Realizar investigação e colaborar com congéneres internacionais • Manter a Base de Dados Nacional de Registos dos Alunos • Prestar um serviço de avaliação e aconselhamento no que diz respeito às qualificações estrangeiras

País	Visão geral da governação e do envolvimento das partes interessadas	Visão geral das funções
		<ul style="list-style-type: none"> • Informar o público sobre o NQF • Prestar aconselhamento ao Ministro do Ensino Superior e Formação <p>Fonte: https://www.saqa.org.za/about-saqa</p>

Anexo 6: Estudo de caso - Reconhecimento de aprendizagem prévia

O seguinte estudo de caso é um extrato do *Reconhecimento da Aprendizagem Prévia dá-nos asas* (ACQF 2022, Autora Eduarda Castel-Branco). Fonte: <https://acqf.africa/resources/recognition-of-prior-learning/recognition-of-prior-learning-gives-us-wings>

QUÉNIA¹³

[Autoridade Nacional de Qualificações Quénia \(KNQA\)](#) foi criada em 2015, conforme estabelecido no [Quadro das Qualificações do Quénia \(KNQF\) act no. 22 of 2014](#).

[KNQF Regulamentos, 2018](#) estipulam os regulamentos relativos a todos os domínios do NQF (certificação; reconhecimento, equação e aprovação de qualificações estrangeiras e RPL; estrutura do NQF – sistemas nacionais de avaliação de qualificações, base de dados nacional. Níveis, volume de aprendizagem, acumulação de créditos para qualificações, transferência de créditos, atribuição de qualificações).

Através do KNQA, o Governo do Quénia publicou em junho de 2021 o [Reconhecimento Posterior do Quadro da Política de Ensino](#) e [Directrizes para a implementação do Reconhecimento do Ensino Posterior no Quénia](#). Isto está em conformidade com a Lei n.º 22 da KNQF de 2014, que promove a RPL nas seguintes secções da lei;

- Secção 4, c: obriga a KNQA a desenvolver um sistema de competência, de aprendizagem ao longo da vida e de obtenção de qualificações nacionais;
- Secção 8(1)(k): Prevê o reconhecimento da realização de competências, incluindo competências, conhecimentos, atitudes e valores - independentemente de onde e como os indivíduos as adquiriram.

Uma fase piloto para testar as novas Diretrizes RPL iniciada em 2021 com foco nas qualificações para ocupação em três áreas: têxteis, mecânica automóvel e soldadura. Os candidatos são maioritariamente trabalhadores do sector informal (JUA KALI). Trabalhadores do sector informal qualificado, artesãos, pequenas empresas terão melhores oportunidades para entrar e participar na economia formal.

A política de RPL

- Objectivos de proporcionar um quadro coordenado para a implementação de todas as actividades relacionadas com a RPL no Quénia;
- Integra a RPL nos quadros jurídicos e políticos existentes nos sectores da educação, formação e emprego;
- Alinha as actividades de RPL com o Quadro Nacional de Qualificações do Quénia (KNQF);
- Explicita os objectivos, os resultados esperados e os mecanismos de garantia da qualidade para a realização de RPL no Quénia;
- Define os vários quadros institucionais e as suas funções específicas no processo de RPL;
- Delineia o processo de realização de RPL no Quénia
- Promover o acesso, empregabilidade, mobilidade, progressão e oportunidades justas aos grupos desfavorecidos, desencorajados e tradicionalmente marginalizados;
- Permite a coordenação nacional de RPL centrada na integração do RPL nas políticas e enquadramentos jurídicos existentes em matéria de Educação, Formação e Emprego;
- Apoios à aceitação alargada de trabalhadores formados de várias formas, incluindo a utilização de RPL, especialmente por parte dos empregadores; e incentiva os colaboradores a prosseguirem as

¹³ Agradecimentos ao Dr. Eusébio Juma Mukhwana pela redação do capítulo sobre o RPL Quénia

suas carreiras utilizando RPL', e instituições de formação para reconhecer e admitir estudantes que gostariam de utilizar a RPL para prosseguir os seus estudos;

- Desenvolver capacidade humana e tecnológica para implementar e gerir a RPL no país;
- Apoiar a implementação do sistema de acumulação e transferência de crédito (KCATs) no Quênia;
- Apoiar a Internacionalização das Qualificações quenianas e facilitar a mobilidade dos quenianos que gostariam de ir trabalhar noutros países;

The RPL ecosystem system in Kenya identifies four sectors of the education and training system where RPL can be practiced and implemented:

O sistema de ecossistemas RPL no Quênia identifica quatro sectores do sistema de educação e formação onde a RPL pode ser praticada e implementada:

- O Sector Básico;
- Sector industrial (trabalhadores em situação de emprego);
- Sector Técnico, Profissional, Educativo e Formação (TVET);
- Os sectores da Universidade.

Como funciona a RPL?

Os profissionais da RPL trabalham com candidatos para garantir que:

- As competências e competências são avaliadas
- Discutir os objectivos dos candidatos são ajudá-los a escolher a qualificação certa que corresponda às competências de reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL) e explicar as ações e medidas necessárias para atingir os objectivos;
- Carteira de Provas
 - o Recolher provas tais como: currículo atual, cartas de referência, exemplos de trabalho/amostras, fotos/vídeos, certificados e transcrições e qualificações e experiências de aprendizagem no estrangeiro;
- capacidade e competência, Verificar
 - o Uma vez que os avaliadores de RPL tenham passado pelo seu portfólio, eles irão chamá-lo para uma conversa de competência e uma observação prática, se necessário;
- Qualificação/ Emissão de Certificado
 - o Se os candidatos se considerarem competentes e cumprirem as normas estabelecidas para o nível que foi avaliado, então são certificados competentes e emitidos com um certificado;
 - o Todos os certificados são reconhecidos a nível nacional e emitidos por uma Instituição de Atribuição de Qualificações (que deve ser acreditada pelo KNQA);
 - o O Avaliado pode igualmente considerar o candidato não competente ou recomendar formação de atualização para ajudar a cumprir as normas estabelecidas;
- Os candidatos estão satisfeitos com o Processo RPL?
 - o Se não estiver satisfeito com o resultado da avaliação, há o direito de recurso!
 - o Nesse caso, os candidatos têm direito a mais uma avaliação (a seu custo).

Quais são os benefícios da RPL

- RPL para transferência ou harmonização de créditos (créditos nacionais e estrangeiros);
- RPL para reconhecimento da aprendizagem experiencial;
- RPL para a modernização de competências ou qualificações; e
- Requisitos regulamentares de alguns sectores em termos de contratação de pessoas qualificadas.

Quem se qualifica para avaliar e premiar certificados RPL?

No contexto queniano, as seguintes instituições qualificam-se para avaliar os candidatos e atribuir um certificado de RPL:

- Qualquer instituição reconhecida ou acreditada de acordo com a KnQF Act. Pelo KNQA como instituição de atribuição de qualificação (este poderia ser um organismo/instituição de exame sectorial básico, TVET, industrial e universitário);
- Universidade acreditada em conformidade com a Lei das Universidades (n.º 42 de 2012);
- Politécnicos Nacionais com Aviso Legal;

Exemplo da ferramenta de avaliação de RPL utilizada no Quênia

Nível KNQF	Carteira de provas	Requisitos mínimos
2	Amostras de trabalho / fotos / vídeo / ficheiros áudio Os materiais ou ferramentas utilizados pelo candidato no trabalho Comissários	Obrigatório Amostras de trabalho Aceite qualquer três
3	Amostras de trabalho / fotos / vídeo / ficheiros áudio Os materiais ou ferramentas utilizados pelo candidato no trabalho Comissários Lista e folha de tempo	Obrigatório Amostras de trabalho Aceite qualquer três
4	Amostras de trabalho / fotos / vídeo / ficheiros áudio Os materiais ou ferramentas utilizados pelo candidato no trabalho Comissários Lista e folha de tempo Livros de registo e outros registos de desempenho Curriculum vitae de currículo	Obrigatório Amostras de trabalho Aceite qualquer três
5	Amostras de trabalho / fotos / vídeo / ficheiros áudio Os materiais ou ferramentas utilizados pelo candidato no trabalho Comissários Lista e folha de tempo Diários de bordo e outros registos de desempenho Orçamentos do trabalho realizados Registos de formação no local de trabalho Curriculum vitae de currículo	Obrigatório: - Amostras de trabalho - Curriculum vitae Aceite qualquer cinco

O processo de avaliação da RPL

Os processos e procedimentos de avaliação da RPL podem consistir nas seguintes fases:

- Aconselhamento e facilitação;
- Estabelecer o objetivo da avaliação;
- Identificar os elementos de prova necessários;
- Utilizando métodos adequados de recolha de provas;
- Interpretar provas e fazer um juízo;

- f. Registrar o resultado;
 - g. Comunicação às principais partes interessadas;
 - h. Candidato bem sucedido emitido com Certificado;
 - i. Processo de recurso.
-